



**EDITAL DE CONCORRÊNCIA BNDES Nº [•]/202[•]**

**ANEXO 9**

**CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GESTÃO,  
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE METROFERROVIÁRIA DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE RECIFE**

**RIO DE JANEIRO – RJ**

## SUMÁRIO

1.	DISPOSIÇÕES INICIAIS.....	9
2.	OBJETO DO CONTRATO DE CONCESSÃO .....	24
3.	PRAZO E FASES DA CONCESSÃO .....	25
4.	PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À OPERAÇÃO DA REDE METROFERROVIÁRIA .....	32
5.	BENS DA CONCESSÃO .....	37
6.	RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA .....	42
7.	AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS .....	45
8.	PLANO DE OPERAÇÃO.....	47
9.	DIRETRIZES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO .....	49
10.	DECLARAÇÕES.....	51
11.	GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO .....	51
12.	DIREITOS DOS USUÁRIOS.....	54
13.	PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....	55
14.	FISCALIZAÇÃO .....	60
15.	VALOR DO CONTRATO E REMUNERAÇÃO .....	62
16.	INVESTIMENTOS, PROJETOS E APORTES PÚBLICOS .....	70
17.	RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS .....	81
18.	PENALIDADES .....	84
19.	ALOCÇÃO DE RISCOS .....	88
20.	RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO .....	98
21.	CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS E EMPREGADOS .....	105

22.	ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA .....	107
23.	TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE E DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA CONCESSIONÁRIA .....	108
24.	FINANCIAMENTO.....	109
25.	ASSUNÇÃO DO CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA PELOS FINANCIADORES .....	111
26.	INTERVENÇÃO DO PODER CONCEDENTE .....	111
27.	CASOS DE EXTINÇÃO .....	114
28.	ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL .....	116
29.	ENCAMPAÇÃO .....	117
30.	CADUCIDADE .....	118
31.	RESCISÃO .....	120
32.	ANULAÇÃO .....	120
33.	FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA .....	121
34.	SEGUROS .....	121
35.	VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE.....	125
36.	RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	135
37.	DISPOSIÇÕES DIVERSAS .....	139
	ANEXO 1 Investimentos Obrigatórios e Marcos Contratuais.....	143
	ANEXO 2 Parâmetros de Desempenho.....	144
	ANEXO 3-A Modelo de Fiança Bancária a ser apresentada pela Concessionária .....	145
	ANEXO 3-B Modelo de Seguro Garantia a ser apresentado pela Concessionária.....	148
	ANEXO 4 Edital .....	151
	ANEXO 5 Estrutura Societária da Concessionária.....	152
	ANEXO 6 Contrato de Administração dos Recursos de Aporte.....	153

ANEXO 7 Convênio de Transferência e Regularização de Bens .....	154
ANEXO 8 Minuta de Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Garantia e Administração de Contas .....	155

MINUTA

## CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Aos [•] dias do mês de [•] de [•], pelo presente instrumento, de um lado, na qualidade de contratante:

(1) **GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA – SEMOBI**, com sede [na Avenida Cruz Cabugá, 1.111, Bairro Santo Amaro, Município de Recife, Pernambuco, CEP 50.040-000], inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº [•], neste ato representada por [seu/sua] **SECRETÁRIO(A), SR(A)**. [•], [nacionalidade, estado civil, profissão, Município de residência, CPF], na forma do artigo 1º, inciso X, da Lei Estadual nº 18.139, de 18 de janeiro de 2023, doravante denominado “**PODER CONCEDENTE**”;

de outro lado, na qualidade de contratada:

(2) **[RAZÃO SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA]**, sociedade anônima, constituída e organizada de acordo com as leis brasileiras, com sede no Município de Recife, Pernambuco, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº [•], neste ato representada por [seu/sua(s)] **[REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)/DIRETOR/A(S)/ETC.]**, **[SR/A(S)]** [•], [nacionalidade, estado civil, profissão, Município de residência, CPF], na forma de seu [Estatuto/Contrato] Social, doravante denominada “**CONCESSIONÁRIA**”;

no exercício de suas competências legais:

(3) **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE**, autarquia em regime especial vinculada ao Gabinete do Governador, integrante da Administração Pública Estadual Indireta, dotada de personalidade jurídica de Direito Público, nos termos da Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003, com sede na Avenida Conselheiro Rosa e Silva, nº 975, Bairro Aflitos, Município de Recife, Pernambuco, CEP 52050-020, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº [•], neste ato representada por [seu/sua] **Diretor(a) presidente, Sr(a)**. [•], [nacionalidade, estado civil, profissão, Município de residência,

CPF], na forma do artigo 3º § 1º, inciso V da Lei Estadual nº 12.524/2003, doravante denominada “ARPE”, ou simplesmente “AGÊNCIA”;

e, na qualidade de intervenientes-anuentes:

(4) **[RAZÃO SOCIAL DA VENCEDORA DA CONCORRÊNCIA]**, sociedade [limitada/anônima], constituída e organizada de acordo com as leis [•], com sede na [•], Município de [•], [Estado], [País], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº [•], neste ato representada por [seu/sua(s)] [REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)/DIRETOR/A(S)/ETC.], [SR/A(S).] [•], [nacionalidade, estado civil, profissão, Município de residência, CPF], na forma de seu [Estatuto/Contrato] Social, doravante denominada “CONTROLADORA A”; e

(5) **[RAZÃO SOCIAL DA VENCEDORA DA CONCORRÊNCIA]**, sociedade [limitada/anônima], constituída e organizada de acordo com as leis [•], com sede na [•], Município de [•], [Estado], [País], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº [•], neste ato representada por [seu/sua(s)] [REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS)/DIRETOR/A(S)/ETC.], [SR/A(S).] [•], [nacionalidade, estado civil, profissão, Município de residência, CPF], na forma de seu [Estatuto/Contrato] Social, doravante denominada “CONTROLADORA B” e, juntamente com a CONTROLADORA A, “CONTROLADORAS”,

doravante denominadas, em conjunto, como “PARTES” e, individualmente, como “PARTE”,

## **CONSIDERANDO QUE**

(i) Conforme previsto pela Lei Estadual nº 18.139, de 18 de janeiro de 2023, o **Poder Concedente** tem a competência de planejar, regular, acompanhar e executar políticas de transporte urbano e trânsito, bem como coordenar projetos com vistas a promover a melhoria das grandes cidades, regiões metropolitanas e aglomerações urbanas no âmbito do Estado de Pernambuco, de acordo com o artigo 25, §§ 1º e 3º, da Constituição Federal;

(ii) Anteriormente à celebração deste **Contrato**, a prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção da **Rede Metroferroviária da Região Metropolitana de Recife** (os “**Serviços**”) era realizada pela COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS (a

“**CBTU**”), empresa pública controlada pela **UNIÃO**, de acordo com a disciplina do Decreto Federal nº 89.363, de 22 de fevereiro de 1984 e da Lei Federal nº 8.693, de 3 de agosto de 1993;

(iii) Por meio do Decreto Federal nº 9.999, de 3 de setembro de 2019, a desestatização da **CBTU** foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI e incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND, em conformidade com a Resolução nº 60, de 8 de maio de 2019, do Conselho do PPI;

(iv) Em observância da Lei Federal nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que institui o PND, foram vinculadas, ao Fundo Nacional de Desestatização – FND, a título de depósito, as ações da **CBTU** detidas pela **UNIÃO**, conforme o artigo 9º desta lei;

(v) Na qualidade de administrador do FND, e em conformidade com o Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2019, firmado em 27 de dezembro de 2019 entre o ESTADO DE PERNAMBUCO, por meio do CONSÓRCIO DE TRANSPORTES DA REGIÃO METROPOLITANA – CMT e da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO – SDUH, e a **UNIÃO**, por meio da SECRETARIA ESPECIAL DO PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS (o “**ACT**”), o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - **BNDES**, nos termos autorizados pela Resolução CPPI nº 102, de 19 de novembro de 2019, procedeu à contratação de estudos para a estruturação da desestatização da **CBTU**, associada à outorga da prestação dos **Serviços**, na modalidade de concessão (a “**Concessão**”), conforme os artigos 17 e 18, inciso IV da Lei Federal nº 9.491/1997;

(vi) O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (“**CPPI**”) aprovou, por meio da Resolução nº 324, de 25 de março de 2025, as orientações para a modelagem da **Concessão**;

(vii) Com base na Resolução CPPI nº 324/2025, a **UNIÃO**, representada por [•], o **PODER CONCEDENTE** e o **BNDES** celebraram o Acordo de Cooperação Técnica nº [•], de [•] de [•] de 2025, tendo por objeto a [•];

(viii) A minuta do presente **Contrato**, assim como seus **Anexos**, foi submetida à Consulta Pública, com aviso publicado no **DOE-PE** do dia [•], e disponibilizada a todos os interessados no sítio eletrônico [•], para apresentação de contribuições durante o período de [•] a [•]. Durante a Consulta Pública, foi realizada Audiência Pública pelo

**Poder Concedente**, no dia [•], previamente comunicada por meio de publicação, respectivamente no **DOE-PE** do dia [•] e em jornais de grande circulação do dia [•];

(ix) As condições gerais da desestatização foram objeto da Audiência Pública em [•], previamente comunicada por meio de publicação no **DOU** do dia [•], no **DOE-PE** do dia [•] e em jornais de grande circulação do dia [•], além da divulgação no sítio eletrônico [•];

(x) A **União**, na qualidade de ente repassador de recursos para a finalidade de pagamento dos **Aportes Públicos** da **Concessão**, nos termos da Lei Federal nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, Decreto Federal nº 11.632, de 11 de agosto de 2023, Decreto Federal nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, e da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 103, de 29 de dezembro de 2025, autorizou a publicação do Edital e dos seus Anexos, por meio da [Resolução nº [•], de [•] de [•] de [2026]], nos termos do artigo 4º, inciso VIII, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 103/2025;

(6) A **Concessão** foi incluída no Plano de Parceria Público-Privada pelo Conselho do Programa de Parcerias Estratégicas de Pernambuco (“**CPPPE**”), por meio da Resolução nº [•], de [•], nos termos previstos pela Lei Estadual nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005 e pela Lei Estadual nº 16.575, de 20 de maio de 2019;

(xi) Os estudos para a estruturação da outorga dos **Serviços** foram aprovados em [•], na forma da [•] e resultaram na Concorrência BNDES nº [•]/202[•] (“**Concorrência**”) e no presente instrumento; e

(xii) O objeto da **Concorrência**, consistente na outorga dos **Serviços**, foi adjudicado à(s) vencedora(s) da **Concorrência**, nos termos do ato homologatório e adjudicatório publicado na edição do **DOU** de [•], que se tornará(ão) a(s) **CONTROLADORA(S)**, sendo uma das **Partes** do presente **Contrato de Concessão**;

resolvem as **PARTES** celebrar o presente Contrato de Concessão Patrocinada de Serviços Públicos nº [•]/[•] (o “**Contrato de Concessão**”, ou simplesmente o “**Contrato**”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:



## 1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

### 1.1. DEFINIÇÕES

**1.1.1** Para os fins do presente **Contrato de Concessão**, termos iniciados em letras maiúsculas terão os significados a eles atribuídos nos termos desta Cláusula.

(i) **Administração Pública**: significa quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual, Distrital ou Municipal;

(ii) **AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, ARPE ou AGÊNCIA**: significa a autarquia em regime especial qualificada no Preâmbulo deste **Contrato**, instituída pela Lei Estadual nº 12.524/2003, incumbida do controle, da fiscalização e da regulação da execução da prestação dos Serviços;

(iii) **Agente de Administração de Recursos**: significa a instituição financeira controlada pela **União** ou **Instituição Financeira Nacional de Primeira Linha**, contratada pelo **Poder Concedente** para receber e manter em depósito em conta especial vinculada (*escrow*) os valores dos **Aportes Públicos**, e que se incumbirá de assegurar a guarda desses recursos e sua liberação de acordo com os estritos termos e condições deste **Contrato**;

(iv) **Agente de Pagamento**: instituição financeira contratada pelo **Poder Concedente** para gestão do mecanismo de garantia e pagamento das obrigações pecuniárias assumidas pelo **Poder Concedente** neste **Contrato**, nos termos do **Anexo 8 – Minuta do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Garantia e Administração de Contas**;

(v) **Anexo**: significa cada um dos documentos anexos ao presente **Contrato**;

(vi) **Anexo ao Edital**: significa cada um dos documentos anexos ao **Edital**;

(vii) **Aportes Públicos**: significa o montante de R\$ 3.209.600.000,00 (três bilhões, duzentos e nove milhões e seiscentos mil reais), na **Data-Base**, depositado gradualmente junto ao **Agente de Administração de Recursos**, em conta especial vinculada (tipo *escrow*), para utilização exclusivamente no custeio dos **Investimentos Obrigatórios**, a serem liberados e transferidos à **Concessionária** na exata medida em que sejam alcançados os marcos determinados pelo **Anexo 1-G – Eventograma**, conforme a sistemática prevista neste **Contrato** e no **Anexo 6 – Contrato de Administração dos Recursos de Aporte** celebrado com o **Agente de Administração de Recursos**;

(viii) **Auto de Infração**: significa o documento emitido pela **AGÊNCIA** para notificação da **CONCESSIONÁRIA** acerca de irregularidades verificadas na prestação dos **Serviços**, anteriormente à aplicação de eventuais penalidades contratuais, conforme a Cláusula 18;

(ix) **Bens da Concessão**: significa todos os bens móveis e imóveis e direitos detidos pela **Concessionária** em razão da celebração deste **Contrato**;

(x) **Bens Reversíveis**: significa os **Bens da Concessão** necessários à continuidade da prestação dos **Serviços**, que deverão ser revertidos ao **Poder Concedente** ao fim da vigência deste **Contrato**;

(xi) **BNDES**: significa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com sede em Brasília/DF e escritório central na Avenida República do Chile, nº 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-917, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, na condição de estruturador do projeto de concessão dos serviços públicos de gestão, operação e manutenção da **Rede Metroferroviária da Região Metropolitana de Recife**, nos termos da Lei Federal nº 9.491/1997, que atribuiu ao **BNDES** a responsabilidade pela execução e acompanhamento do processo da desestatização, enquanto gestor do **FND**;

(xii) **Câmara de Negociação, Conciliação e Mediação da Administração Pública Estadual** ou **CNCM**: significa o órgão da Procuradoria-Geral do Estado de Pernambuco competente para dirimir disputas envolvendo quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, Direta ou Indireta, em fase administrativa ou judicial, envolvendo direitos disponíveis e indisponíveis, que admitam transação, haja ou não pretensão econômica, inclusive aquelas decorrentes de contratos, criado pela Lei Complementar Estadual nº 417, de 9 de dezembro de 2019, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 48.505, de 6 de janeiro de 2020;

(xiii) **Cartão VEM** ou **VEM**: significa o Vale Eletrônico Metropolitano, cartão eletrônico integrante do **SCBE**, utilizado para acesso aos serviços de transporte do **STPP/RMR** pelos **Usuários**, bem como ao **Serviço de Transporte Metroferroviário**, emitido pelo **CTM** nas modalidades VEM Estudante, VEM Comum e VEM Trabalhador, previstos pelo artigo 17 da Lei Estadual nº 14.474, de 16 de novembro de 2011, conforme alterada; na modalidade VEM Social, instituída pela Lei Estadual nº 17.182, de 22 de março de 2021 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 50.501, de 08 de abril de 2021, conforme alterado; na modalidade VEM Pessoa Idosa, instituída pela Resolução CSTM nº 007, de 27 de setembro de 2019; VEM Passe Livre RMR, instituída pela Lei Estadual nº 15.554, de 15 de julho de 2015 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 44.107, de 16 de fevereiro de 2017; na modalidade VEM Livre Acesso, instituída pela Lei Estadual nº

14.916, de 18 de janeiro de 2013; e em outras modalidades que venham a ser instituídas por **Regulamentação Específica**;

(xiv) **CBTU**: é a Companhia Brasileira de Trens Urbanos, empresa pública federal cuja criação foi prevista pelo artigo 5º da Lei Federal nº 3.115, de 16 de maio de 1957, pelo Decreto Federal nº 74.242, de 28 de junho de 1974, e, em especial, pelo Decreto Federal nº 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, à qual, previamente à celebração deste **Contrato**, competia a gestão da **Rede Metroferroviária**;

(xv) **Certificador Independente**: significa a(s) empresa(s) de notório conhecimento no campo de engenharia de obras e de verificação/acompanhamento de concessões e/ou parcerias público-privadas a ser(em) nomeada(s) de comum acordo entre a **Concessionária** e o **Poder Concedente**, nos termos da Cláusula 35 deste **Contrato**, à(s) qual(is) caberá análise dos **Projetos de Engenharia** elaborados pela **Concessionária** e a verificação e certificação da completude dos **Investimentos Obrigatórios** e de demais novos investimentos que venham a ser executados pela **Concessionária** mediante o consentimento do **Poder Concedente**, além de outras atividades devidamente definidas no âmbito do presente **Contrato**;

(xvi) **Comitê de Prevenção e Resolução de Divergências** ou *Dispute Board*: significa o comitê, composto na forma estabelecida neste **Contrato** para solucionar potenciais divergências de natureza eminentemente técnica a ele submetidas durante o **Prazo da Concessão**;

(xvii) **Concessão**: tem o significado definido na Subcláusula 2.1;

(xviii) **CONCESSIONÁRIA**: tem o significado definido no Preâmbulo do presente **Contrato**;

(xix) **Concorrência**: é a Concorrência BNDES nº [•]/[•];

(xx) **CONSELHO GESTOR DO SCBE**: significa o órgão colegiado previsto pelo **Regulamento do STPP/RMR**, responsável pela definição das políticas, diretrizes, procedimentos e prioridades operacionais e financeiras referentes à gestão do **SCBE**;

(xxi) **Contraprestação Pública**: significa a contraprestação pecuniária que será paga mensalmente pelo **Poder Concedente** à **Concessionária**, após o início da **Operação Comercial**, no montante e conforme os prazos e procedimentos previstos na Subcláusula 15.6 e seguintes deste **Contrato**;

(xxii) **Contrato de Concessão** ou **Contrato**: significa o presente Contrato de Concessão Patrocinada de Serviços Públicos nº [•]/[•], conforme definido no Preâmbulo;

(xxiii) **CONTROLADORAS**: significa uma referência conjunta à **CONTROLADORA A** e à **CONTROLADORA B**, assim como a qualquer outra pessoa que possa vir a deter o **Controle da Concessionária**;

(xxiv) **Controle**: significa, com relação à **Concessionária**, o poder de determinar as decisões de sua assembleia geral de acionistas, seja em razão da propriedade de ações representando metade mais uma das ações com direito a voto, da participação em acordo de voto, ou de qualquer outra forma prevista em lei, nos termos do artigo 116 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Para os fins do presente **Contrato**, os termos “**Controladora**” e “**Controlada**” devem ser interpretados de acordo com a definição de **Controle**;

(xxv) **Convênio de Cooperação Técnica e Financeira**: significa o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira para Operacionalização do **STPP/RMR**, conforme aditado, firmado originalmente entre a **CBTU** e o **CTM** em 16 de dezembro de 2009, tendo como objeto a disciplina da integração física, operacional e tarifária entre o **Sistema Complementar** e o SEI, de um lado, e a **Rede Metroferroviária**, de outro, a ser assumido pela **Concessionária**, com a interveniência-anuência do **Poder Concedente**;

(xxvi) **Convênio de Transferência e Regularização de Bens**: significa o Convênio firmado pela **CBTU** e pelo **Poder Concedente** que formaliza a transferência da posse da **Rede Metroferroviária** ao **Poder Concedente** e estabelece procedimentos para a regularização cartorial dos bens imóveis pertinentes, além de outras disposições relativas à transferência da **Rede Metroferroviária** ao **Poder Concedente** e à **Concessionária**, incluído no **Anexo 7** deste **Contrato**, ao qual a **Concessionária** deverá aderir na forma prevista neste **Contrato**;

(xxvii) **CTM**: significa o Consórcio de Transporte da Região Metropolitana de Recife, consórcio público de Direito Privado integrado pelo Estado de Pernambuco e pelos Municípios de Recife, Olinda e Camaragibe, disciplinado pelo contrato de consórcio relevante, originado do protocolo de intenções celebrado por tais entes federativos, ratificado pela Lei Estadual nº 13.235, de 24 de maio de 2007, no âmbito do Estado de Pernambuco; pela Lei Municipal nº 17.360, de 10 de outubro de 2007, do Município de Recife; pela Lei Municipal nº 5.553, de 4 de julho de 2007, do Município de Olinda; e pela Lei Municipal nº 990, de 07 de março de 2024, do Município de Camaragibe;

(xxviii) **Data-Base**: a data-base de maio de 2024, aplicável a todos os valores indicados neste **Contrato** e seus **Anexos**, salvo disposição expressa em sentido diverso;

(xxix) **Data de Assunção**: significa a data em que a **Concessionária** receberá a **Ordem de Assunção** para assumir a posse da **Rede Metroferroviária** e iniciar a prestação do **Serviço de Transporte Metroferroviário** aos **Usuários**, o que iniciará a fase de **Operação Comercial da Rede Metroferroviária** e o **Período de Operação Assistida**;

(xxx) **Déficit de Arrecadação**: significa a diferença a menor entre a **Receita Tarifária** arrecadada pela **CONCESSIONÁRIA**, constatada ao longo de cada mês civil a partir da **Data de Assunção**, e o montante mensal a que faz jus a **Concessionária** a título de **Receita de Remuneração**;

(xxxi) **Demanda Referencial**: significa a demanda de referência adotada com base nos estudos realizados para dar suporte ao **Edital**, constante da Cláusula 20.5.3 deste **Contrato**, a ser utilizada como parâmetro para aferir a ocorrência de **Variações Ordinárias de Demanda** e de **Variações Extraordinárias de Demanda**, observados os **Fatores de Sazonalidade**;

(xxxii) **Diretrizes para Transporte Coletivo de Passageiros**: significa as diretrizes estabelecidas pelo **Poder Concedente** e pela **Agência**, por meio de atos administrativos próprios, para organização e funcionamento da **Rede Metroferroviária** e do **Sistema** em geral, bem como as informações constantes do **Anexo 2**;

(xxxiii) **DOE-PE**: significa o Diário Oficial do Estado de Pernambuco;

(xxxiv) **Edital**: significa o Edital de Concorrência BNDES nº [•]/[•], incluindo os **Anexos ao Edital**;

(xxxv) **Evento Climático Extremo**: ocorrência(s) climática(s) ou meteorológica(s) extraordinária(s) reconhecida(s) pela **Agência** na forma deste **Contrato** que possa(m) colocar em risco ou prejudicar a integridade dos **Bens da Concessão**, a segurança dos **Usuários** e as condições de prestação dos **Serviços**;

(xxxvi) **Evento de Desequilíbrio**: significa qualquer evento, ato ou fato que desencadeie o desequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, considerada a alocação de riscos que consta da Cláusula 19, e que enseje a instauração de processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da **Concessão**, conforme a disciplina da Cláusula 20,

para a aferição e reequilíbrio dos efeitos dos impactos econômico-financeiros efetivamente ocasionados à **Concessionária** ou ao **Poder Concedente**;

**(xxxvii) Fatores de Sazonalidade:** significam os índices trimestrais a serem aplicados à **Demanda Referencial**, conforme definidos na Cláusula 20.5.4 deste **Contrato**, para verificação da ocorrência de **Variações Ordinárias de Demanda** e **Variações Extraordinárias de Demanda**, na forma especificada no presente **Contrato**;

**(xxxviii) Financiadores:** significa quaisquer instituições financeiras, bancos de fomento nacionais ou internacionais, fundos de desenvolvimento, investidores do mercado de capitais, ou entidades multilaterais que venham a conceder, por qualquer forma legalmente admitida, empréstimos à **CONCESSIONÁRIA** para financiamento dos investimentos e custos decorrentes das obrigações assumidas por meio deste **Contrato**;

**(xxxix) Fluxo de Caixa Marginal:** forma de calcular o impacto de **Evento de Desequilíbrio** no equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, conforme detalhada na Cláusula 20.6 deste **Contrato**;

**(xl) Garantia de Execução do Contrato de Concessão ou Garantia de Execução do Contrato:** significa a garantia de fiel cumprimento das obrigações assumidas pela **CONCESSIONÁRIA** por meio do presente **Contrato**, a ser mantida em favor do **PODER CONCEDENTE** na forma da Cláusula 11;

**(xli) Garantia Pública:** significa a garantia do pagamento da **Contraprestação Pública** a ser constituída pelo **Poder Concedente** na forma deste **Contrato**;

**(xlii) Instituição Financeira Nacional de Primeira Linha:** significa uma instituição financeira brasileira, devidamente autorizada a funcionar pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL e que não esteja em regime de administração especial temporária nem em processo de liquidação, que detenha classificação de risco (*rating*) mínima de BR AA+, de acordo com a agência de classificação *Standard & Poors*;

**(xliii) Investimentos:** significa a referência conjunta aos **Investimentos Obrigatórios** e eventuais **Investimentos Adicionais**, se houver;

**(xliv) Investimentos Adicionais:** significa o conjunto de investimentos eventualmente aportados pela **CONCESSIONÁRIA** não abarcados pelos **Investimentos Obrigatórios**, cuja implementação é facultada à **CONCESSIONÁRIA**, mediante o consentimento do **Poder Concedente**, ou por este solicitada, em observância à disciplina da Subcláusula 19.4;

(xlv) **Investimentos Principais:** significa a parcela dos **Investimentos Obrigatórios** a serem realizados pela **Concessionária** para requalificação da **Rede Metroferroviária** nos primeiros 3 (três) anos do **Prazo da Concessão**, conforme definidos e detalhados no **Anexo 1-G – Eventograma**;

(xlvi) **Investimentos Obrigatórios:** significa o conjunto de investimentos obrigatórios a serem aportados pela **Concessionária** para execução da **Concessão**, voltados à melhoria das condições da **Rede Metroferroviária**, conforme previstos no **Anexo 1**, entre os quais estão os **Investimentos Principais**;

(xlvii) **IPCA:** significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, devendo ser substituído por outro que venha a ser criado em seu lugar na hipótese de sua extinção;

(xlviii) **Material Rodante** ou **Trens:** são os veículos capazes de circular sobre a via férrea, a serem fornecidos, instalados e operados pela **Concessionária**, de acordo com as especificações e quantidades mínimas indicadas no **Anexo 1**;

(xlix) **Operação Comercial da Rede Metroferroviária** ou simplesmente **Operação Comercial:** significa o período subsequente ao **Período Pré-Operacional**, iniciado a partir da **Data de Assunção**, no qual a **Concessionária** prestará integralmente os **Serviços** e implementará à **Rede** as melhorias indicadas no **Plano de Operação**, após aprovado, nos termos deste **Contrato**;

(l) **Operador Subcontratado:** eventual empresa subcontratada pela **Concessionária** para exercer a supervisão técnica da operação ou mesmo a própria operação da **Rede Metroferroviária**, sem qualquer prejuízo da responsabilidade integral da **Concessionária** pela prestação dos **Serviços**, na forma do artigo 25, § 1º, da Lei Federal nº 8.987/1995, nos termos do **Edital** e deste **Contrato**;

(li) **Ordem de Assunção:** significa o ato administrativo próprio expedido pela **Agência** para autorizar a assunção da operação da **Rede Metroferroviária** e da prestação do **Serviço de Transporte Metroferroviário** pela **Concessionária**, encerrando o **Período Pré-Operacional** e iniciando a **Operação Comercial da Rede Metroferroviária** e o **Período de Operação Assistida**;

(lii) **Ordem de Início:** significa o ato administrativo próprio expedido pelo **PODER CONCEDENTE** para autorizar à **Concessionária** o início das atividades a serem realizadas

durante o **Período Pré-Operacional**, nos termos da Cláusula 3, marco a partir do qual será contado o **Prazo da Concessão**;

(liii) **Ordens de Serviços Operacionais** ou **OSO**: significa os atos administrativos próprios expedidos pela **Agência** para determinação das características de funcionamento e das especificações operacionais da **Rede Metroferroviária**, como frequências, horários e frota, emitidos de acordo com o **Anexo 2**;

(liv) **Parâmetros de Desempenho**: significa os critérios de avaliação do desempenho da **CONCESSIONÁRIA** na prestação dos **Serviços**, previstos no **Anexo 2**, estabelecidos com base nas **Diretrizes para Transporte Coletivo de Passageiros** e nos atos normativos aplicáveis à prestação dos **Serviços**, expressando as condições mínimas de qualidade e quantidade a serem mantidas durante o **Prazo da Concessão**;

(lv) **Partes Relacionadas**: significa qualquer **Controladora**, **Controlada**, pessoa jurídica sob **Controle** comum, ou pessoa jurídica que mantenha com a **Concessionária** vínculos de participação acionária ou de dependência em termos econômicos, técnicos, comerciais ou empresariais;

(lvi) **Período de Operação Assistida**: significa os primeiros 6 (seis) meses da Fase II ou **Operação Comercial da Rede Metroferroviária**, contados a partir da **Data de Assunção**, durante os quais a **Concessionária** prestará os **Serviços** com a assistência e o acompanhamento da **CBTU**;

(lvii) **Período Pré-Operacional**: significa a Fase I de execução contratual, período inicialmente de 6 (seis) meses, contado a partir da **Ordem de Início** até a **Data de Assunção**, de acordo com a disciplina da Cláusula 3, durante a qual a **CBTU** permanecerá a única e exclusiva responsável pela operação da **Rede Metroferroviária**, e durante o qual a **Concessionária** deverá realizar apenas **Investimentos Obrigatórios** que não afetarem a operação da **Rede**, bem como apresentar e obter a aprovação do **Plano de Transição**;

(lviii) **Plano de Operação**: significa o projeto de prestação dos **Serviços** e realização dos **Investimentos Obrigatórios** elaborado pela **Concessionária** em conformidade com o **Anexo 2-A**, sujeito à aprovação da **Agência** e que deve ser atualizado periodicamente nos termos deste **Contrato**;

(lix) **Plano de Transição**: significa o plano a ser elaborado, apresentado e aprovado durante o **Período Pré-Operacional**, observado o **Anexo 1-H – Diretrizes de Transição**



**Operacional**, que estabelecerá a forma de (i) transferência à **Concessionária** da operação da **Rede**; e (ii) prestação dos **Serviços** na **Data de Assunção** e durante o **Período de Operação Assistida**;

**(Ix) PODER CONCEDENTE**: significa o GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA – SEMOBI, conforme definido no Preâmbulo deste **Contrato**;

**(Ixi) Prazo da Concessão**: significa o prazo de duração da **Concessão**, conforme estabelecido na Cláusula 3;

**(Ixi) Projetos Associados**: significa todas as atividades e investimentos realizados pela **Concessionária** para a obtenção de **Receitas Extraordinárias** cujo valor de investimento seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na **Data-Base**, sendo esse valor reajustado anualmente nos mesmos termos e períodos da **Tarifa de Remuneração**;

**(Ixi) Projetos Conceituais e Referenciais**: significa os estudos que apresentam propostas de arquitetura e engenharia, de caráter não vinculante, com nível de detalhamento de anteprojeto com as premissas fundamentais ao planejamento e à prestação dos **Serviços**, para embasamento da elaboração do **Plano de Operação**, incluindo desenhos, em número e escala suficientes à compreensão daquilo que o **PODER CONCEDENTE** pretende com relação aos **Serviços**, bem como memoriais descritivos, quantitativos que comprovam o atendimento aos requisitos mínimos do **Contrato** e cronograma físico preliminar;

**(Ixiv) Projetos de Engenharia**: significa o conjunto dos elementos necessários e suficientes para a execução de uma obra ou serviço, apresentados pela **Concessionária** de forma objetiva, precisa e detalhada, desenvolvidos em processo BIM – Modelagem da Informação da Construção (*Building Information Modeling*), englobando o projeto funcional, o projeto executivo e o *as built*, observadas as normas constantes do **Edital**, do **Contrato**, dos **Anexos** e das normas técnicas aplicáveis, incluindo aquelas expedidas pelo **Poder Concedente** e pela **Agência**;

**(I xv) Proposta Econômica**: significa a proposta econômica ofertada pela Licitante Vencedora no âmbito da **Concorrência**;

**(I xvi) Receita de Remuneração**: significa o montante mensal a que faz jus a **Concessionária** pela prestação dos **Serviços**, calculado pelo produto da **Tarifa de**

**Remuneração** pelo número de **Usuários** efetivamente transportados na **Rede** em um determinado mês civil, sobre o qual incidirá eventual dedução decorrente da incidência dos **Parâmetros de Desempenho**, na forma do **Anexo 2-B**, sendo esse montante custeado em parte pela **Receita Tarifária** arrecadada pela **Concessionária** por meio da cobrança da **Tarifa Pública** aos **Usuários** e em parte pela **Contraprestação Pública** paga pelo **Poder Concedente** para a cobertura dos **Déficits de Arrecadação** verificados a cada mês, na forma prevista neste **Contrato**;

(I xvii) **Receita Tarifária**: significa o montante mensal arrecadado pela **Concessionária** por meio da cobrança da **Tarifa Pública** aos **Usuários** pela utilização da **Rede Metroferroviária**;

(I xviii) **Receitas Extraordinárias**: significa a parcela da **Remuneração** da **Concessionária** referente a quaisquer receitas complementares, acessórias ou alternativas à **Receita Tarifária** e à **Contraprestação Pública**, decorrentes da exploração da **Rede Metroferroviária** e de **Projetos Associados à Rede**;

(I xix) **Recursos Financeiros da Concessionária** ou **Recursos da Concessionária**: significa a totalidade de recursos financeiros da **Concessionária** decorrentes de sua **Remuneração**, da contribuição de capital das **Controladoras**, da captação de dívidas, do resultado de aplicações financeiras e de demais recursos financeiros de titularidade da **Concessionária**, com expressa exceção dos valores dos **Aportes Públicos**, antes do seu desembolso à **Concessionária** pelo cumprimento dos **Investimentos Obrigatórios**, e do resultado das respectivas aplicações financeiras desses valores, que não se configuram como **Recursos Financeiros da Concessionária** e que não fazem parte de sua **Remuneração**;

(I xx) **Rede Metroferroviária** ou **Rede**: significa a rede de transporte público coletivo de passageiros no modo metroferroviário da **RMR**, composta pelo conjunto de bens e infraestruturas afetos à prestação do **Serviço de Transporte Metroferroviário** nos Municípios de Recife, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho, incluindo as linhas existentes e eventuais ampliações que vierem a ser implementadas pela **Concessionária** nos termos deste **Contrato**, cuja utilização se dá por meio do pagamento da **Tarifa Pública**, sendo parte do **Sistema Metroferroviário**;

(I xxi) **Região Metropolitana de Recife** ou **RMR**: significa a região metropolitana criada pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973 e regulamentada pela Lei Complementar Estadual nº 382, e 9 de janeiro de 2018, conforme alterada, integrada pelos Municípios de Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe,

Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata;

**(Ixxii) Regulamentação Específica:** significa os atos normativos expedidos pelo **Poder Concedente** e pela **Agência**, de caráter eminentemente procedimental e suplementar, que versam sobre matérias pertinentes ao **Contrato**, naqueles temas em que a disciplina contratual não for exaustiva, permitindo um entendimento mais apurado dos temas de que tratam;

**(Ixxiii) Regulamento do STPP/RMR:** significa o conjunto de normas que disciplinam o funcionamento do **STPP/RMR** e a prestação dos serviços que o integram, aprovadas originalmente pelo Decreto Estadual nº 14.846, de 28 de fevereiro de 1991, conforme alterado pelo Decreto Estadual nº 25.654, de 15 de julho de 2003 e pelo Decreto Estadual nº 27.099, de 8 de setembro de 2004, ou a(s) norma(s) editada(s) pelo **Poder Concedente** que vier(em) a substituí-lo;

**(Ixxiv) Remuneração:** significa o montante a que faz jus a **Concessionária** pelos **Serviços** prestados, correspondente à soma da **Receita de Remuneração**, composta pela **Receita Tarifária** e pela **Contraprestação Pública**, e das **Receitas Extraordinárias**;

**(Ixxv) Revisão Extraordinária:** significa o procedimento administrativo extraordinário de revisão do **Contrato**, disciplinado pela Subcláusula 20.3, destinado à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, em virtude da ocorrência de **Eventos de Desequilíbrio**;

**(Ixxvi) Revisão Ordinária:** significa o procedimento administrativo de revisão do **Contrato** realizado a cada 5 (cinco) anos da **Data de Assunção**, disciplinado pela Subcláusula 20.2 deste **Contrato**, destinado à aferição da adequação e pertinência do **Contrato** à sua finalidade;

**(Ixxvii) Serviços:** significa os serviços públicos de gestão, operação e manutenção da **Rede Metroferroviária** a serem prestados pela **Concessionária** de maneira integrada ao **SEI**, ao **Sistema Complementar** e aos demais **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR** que vierem a ser operados em integração com a **Rede**, incluindo a realização dos **Investimentos Obrigatórios** para melhoria das condições da **Rede**, conforme definidos no **Anexo 1** deste **Contrato**, observados o **Período Pré-Operacional** e os **Parâmetros de Desempenho**;

(lxxviii) **Serviço de Transporte Metroferroviário**: significa o serviço de transporte coletivo público de passageiros, no modo metroferroviário prestado no âmbito da **RMR**, oferecido aos **Usuários** no âmbito da **Rede Metroferroviária** e integrante dos **Serviços**;

(lxxix) **Sistema Complementar do STPP/RMR** ou **Sistema Complementar**: significa o sistema de transporte coletivo operado por ônibus convencionais, especiais, micro-ônibus ou veículos de pequeno porte do **STPP/RMR** caracterizado por atender aos deslocamentos requeridos pelos usuários não contemplados pelo **SEI**, nos termos do artigo 33, § 6º, do Decreto Estadual nº 14.846, de 28 de fevereiro de 1991;

(lxxx) **Sistema de Controle de Bilhetagem Eletrônica** ou **SCBE**: significa o conjunto de recursos tecnológicos e serviços integrados de pagamento de passagens e de controle de acesso dos usuários do **STPP/RMR** aos serviços integrantes deste sistema, bem como ao **Serviço de Transporte Metroferroviário**, conforme previsto no **Regulamento do STPP/RMR** e gerido pelo **CTM**, observadas as diretrizes estabelecidas pelo **Conselho Gestor do SCBE**, sendo um instrumento que permite o acesso dos **Usuários à Rede**;

(lxxxi) **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR**: significa o conjunto de serviços e sistemas de transporte público coletivo, em todos os modos existentes e a serem instituídos, e bens de infraestrutura afetos a tais serviços e sistemas no âmbito da **Região Metropolitana de Recife**, inclusive o **STPP/RMR** e o **Sistema Metroferroviário**;

(lxxxii) **Sistema Estadual de Transporte Metroferroviário** ou **Sistema Metroferroviário**: significa o conjunto de serviços de transporte prestados no modo metroferroviário e bens de infraestrutura afetos a estes serviços, no âmbito da **RMR**, incluindo a **Rede Metroferroviária**;

(lxxxiii) **Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana de Recife** ou **STPP/RMR**: significa o sistema de gestão associada dos serviços de transporte metropolitano coletivo de passageiros, no âmbito da **Região Metropolitana de Recife**, regido pela Lei Estadual nº 14.474, de 16 de novembro de 2011, conforme alterada, e composto pelo **Sistema Estrutural Integrado** e pelo **Sistema Complementar**, nos termos do artigo 33, § 1º, incisos I e II do Decreto Estadual nº 14.846, de 28 de fevereiro de 1991;

(lxxxiv) **Sistema Estrutural Integrado** ou **SEI**: significa o sistema de transporte estruturado para a **RMR**, integrante do **STPP/RMR**, com característica tronco-alimentadora, com condições físicas, operacionais e tarifárias específicas, onde as linhas troncais são alimentadas por linhas que captam a demanda para os terminais de integração

específicos do **SEI**, o que permite aos usuários do **STPP/RMR** a possibilidade de circular através de sua rede, por meio de integrações, nos termos do artigo 33, § 2º, do Decreto Estadual nº 14.846/1991;

(lxxxv) **Tarifa Pública**: significa os preços públicos pagos pelos **Usuários** da **Rede Metroferroviária** para realização de viagens exclusivamente na **Rede** ou com integração ao **SEI** e ao **Sistema Complementar** do **STPP/RMR**, nos termos do **Convênio de Cooperação Técnica e Financeira**, ou ainda com integração a qualquer outro sistema que venha a ser criado ou instituído na **RMR**, pagos pelos **Usuários** em dinheiro, por meio de sistemas de bilhetagem eletrônica e outros meios de pagamento que venham a ser implantados na **Rede**, sempre em valores iguais àqueles fixados pelo **Poder Concedente**;

(lxxxvi) **Tarifa de Remuneração**: significa o valor por passageiro transportado a que a **Concessionária** faz jus pela prestação dos **Serviços**, equivalente, na **Data-Base**, a R\$ [•] ([•] reais);

(lxxxvii) **Terminais Metroferroviários**: significa os terminais metroferroviários e as estações de embarque e desembarque localizados exclusivamente na **Rede Metroferroviária** listados pelo **Anexo 1-B** e que venham a ser implementados pela **Concessionária** no caso desta realizar eventual expansão da **Rede**, cuja gestão, manutenção e exploração compete à **Concessionária**, nos termos deste **Contrato** e da regulamentação aplicável, não abrangendo espaços de anterior titularidade da **CBTU** que atualmente estejam sob a titularidade do **Poder Concedente** e sob gestão do **CTM**, afetos ao **SEI** ou ao **Sistema Complementar** do **STPP/RMR**;

(lxxxviii) **Termo de Aceitação Definitiva e de Permissão de Uso de Ativos** ou simplesmente **Termo de Aceitação Definitiva**: documento assinado pela **Agência** e pela **Concessionária**, contendo a aceitação expressa e definitiva da **Concessionária** quanto à descrição do estado de conservação, operação e especificações técnicas dos bens indicados no **Anexo 1-B - Inventário**;

(lxxxix) **União**: é a **UNIÃO FEDERAL**, pessoa jurídica de Direito Público interno, com sede administrativa em Brasília, Distrito Federal;

(xc) **Usuários**: significa os usuários do **Serviço de Transporte Metroferroviário** operado pela **Concessionária**, pagantes ou não, que realizem viagens exclusivamente no âmbito da **Rede** ou viagens integradas com os modos do **STPP/RMR** ou com demais

modos dos **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR** que venham a ser integrados à **Rede Metroferroviária**;

(xci) **Variações Extraordinárias de Demanda**: significa as variações em relação à **Demanda Referencial** observadas em níveis superiores a 20% (vinte por cento), durante, ao menos, 12 (doze) meses consecutivos, observados os **Fatores de Sazonalidade**, as quais ensejarão procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, nos termos da Cláusula 20;

(xcii) **Variações Ordinárias de Demanda**: significam as variações em relação à **Demanda Referencial** observadas pela **CONCESSIONÁRIA** em níveis iguais ou inferiores a 20% (vinte por cento) ou que, ainda que superiores a 20% (vinte por cento), ocorram por período inferior a 12 (doze) meses consecutivos, observados os **Fatores de Sazonalidade**, as quais constituem risco integralmente assumido pela **Concessionária**, nos termos da Subcláusula 19.2.1(vii) deste **Contrato**; e

(xciii) **Verificador Independente**: significa a(s) empresa(s) de notório conhecimento no campo de acompanhamento de indicadores de desempenho e de verificação/acompanhamento de concessões e/ou parcerias público-privadas a ser(em) nomeada(s) preferencialmente pela **Agência**, nos termos da Cláusula 35 deste **Contrato**, à(s) qual(is) caberá a verificação do atingimento dos **Parâmetros de Desempenho**, além de outras atividades devidamente definidas no âmbito do presente **Contrato**.

## **1.2. INTERPRETAÇÃO**

**1.2.1.** Exceto quando o contexto não permitir tal interpretação:

(i) As definições deste **Contrato** serão igualmente aplicadas em suas formas singular e plural; e

(ii) As referências ao **Contrato**, ou a qualquer outro documento relacionado à **Concessão**, incluirão eventuais alterações e aditivos que venham a ser celebrados entre as **PARTES**.

**1.2.2.** O título dos capítulos e das cláusulas deste **Contrato** e dos **Anexos** não devem ser usados na sua aplicação ou interpretação.

**1.2.3.** No caso de divergência entre o **Contrato** e os **Anexos**, prevalecerá o disposto no **Contrato**.

**1.2.4.** No caso de divergência entre os **Anexos**, prevalecerão aqueles emitidos pelo **Poder Concedente**.

**1.2.5.** No caso de divergência entre os **Anexos** emitidos pelo **Poder Concedente**, prevalecerá aquele de data mais recente.

### **1.3. ANEXOS**

**1.3.1.** Integram o **Contrato**, para todos os efeitos legais e contratuais, os **Anexos** e respectivos apêndices relacionados nesta Cláusula:

**(i) Anexo 1 (subanexos 1-A a 1-H): Investimentos Obrigatórios e Marcos Contratuais de desembolso dos Aportes Públicos:**

**(i.1)** Anexo 1-A: Descrição Geral da Concessão;

**(i.2)** Anexo 1-B: Inventário;

**(i.3)** Anexo 1-C: Diretrizes de Investimento em Obras Cíveis;

**(i.4)** Anexo 1-D: Diretrizes de Investimento em Via Permanente e Sistemas de Energia;

**(i.5)** Anexo 1-E: Diretrizes de Investimentos em Sistemas de Sinalização, Controle e Telecomunicações;

**(i.6)** Anexo 1-F: Diretrizes de Investimentos em Material Rodante e Equipamentos de Manutenção;

**(i.7)** Anexo 1-G: Eventograma;

**(i.8)** Anexo 1-H: Diretrizes de Transição Operacional;

**(ii) Anexo 2: Diretrizes do Plano de Operação e Parâmetros de Desempenho:**

**(ii.1)** Anexo 2-A: Diretrizes de Elaboração do Plano de Operação;

**(ii.2)** Anexo 2-B: Parâmetros de Desempenho;

- (iii) **Anexo 3:** Modelos de Fiança Bancária e de Seguro-Garantia a serem apresentados pela **Concessionária** como **Garantia de Execução do Contrato**;
- (iv) **Anexo 4:** Edital;
- (v) **Anexo 5:** Estrutura societária da **Concessionária**;
- (vi) **Anexo 6:** Contrato de Administração dos Recursos de Aporte celebrado com o **Agente de Administração de Recursos**;
- (vii) **Anexo 7:** Convênio de Transferência e Regularização de Bens; e
- (viii) **Anexo 8:** Minuta de Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Garantia e Administração de Contas.

## **2. OBJETO DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

**2.1.** O **Contrato de Concessão** tem por objeto a concessão patrocinada da prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção da **Rede Metroferroviária**, incluindo a realização dos **Investimentos Obrigatórios** voltados à sua melhoria, e, se for o caso, dos **Investimentos Adicionais**, para exploração integrada com o **SEI** e o **Sistema Complementar** do **STPP/RMR** e com os demais modos de transporte dos **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR** que venham a ser integrados à **Rede**, no prazo e nas condições previstos neste **Contrato**, com a seguinte divisão:

- (i) Fase I, correspondente ao **Período Pré-Operacional**, na forma da Cláusula 3 a seguir; e
- (ii) Fase II, correspondente à **Operação Comercial da Rede Metroferroviária**.

**2.2.** A **Concessionária** será remunerada por meio da **Receita de Remuneração**, composta pela **Receita Tarifária** e pela **Contraprestação Pública**, além de eventuais **Receitas Extraordinárias**, nos termos das Cláusulas 15 e 17.



### 3. PRAZO E FASES DA CONCESSÃO

3.1. O **Prazo da Concessão** corresponde a 30 (trinta) anos contados da data da **Ordem de Início**.

#### ORDEM DE INÍCIO

3.2. Para os efeitos deste **Contrato**, a **Ordem de Início** corresponde àquela que inaugurará o **Período Pré-Operacional**, e por meio da qual será autorizado à **Concessionária** (i) o livre acesso a todas as instalações da **Rede Metroferroviária** e o acompanhamento de todas as atividades realizadas pela **CBTU** para a prestação dos **Serviços**, com o objetivo de elaboração do **Plano de Transição** e do **Plano de Operação**, e (ii) o início da realização dos **Investimentos Obrigatórios** que não afetarem a operação normal da **Rede Metroferroviária** pela **CBTU**.

3.3. A **Ordem de Início** deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do **Contrato**.

3.4. Caso, por fato imputável ao **Poder Concedente**, à **CBTU** ou à **União**, não seja emitida a **Ordem de Início** no prazo estabelecido na Subcláusula 3.3, acima, caberá ao **Poder Concedente** suportar todos os ônus provocados por consequência, inclusive aqueles decorrentes de eventual atraso no cumprimento dos demais prazos previstos neste **Contrato**, observada a alocação de riscos prevista na Cláusula 19.

3.5. Para emissão da **Ordem de Início** pelo **Poder Concedente** deverão ser previamente comprovados:

- (i) A publicação do extrato do **Contrato** no **DOE-PE** e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- (ii) A constituição da **Garantia Pública** pelo **Poder Concedente**; e
- (iii) A adesão formal da **Concessionária** ao **Convênio de Transferência e Regularização de Bens**.

3.6. Verificado o cumprimento das condições acima, o **Poder Concedente** emitirá a **Ordem de Início**, a partir da qual será dado início ao **Período Pré-Operacional**.

## **PERÍODO PRÉ-OPERACIONAL**

**3.7.** Durante o **Período Pré-Operacional**, a **CBTU** permanecerá como única e exclusiva responsável pela operação, manutenção e conservação da **Rede Metroferroviária** e da prestação do **Serviço de Transporte Metroferroviário** aos **Usuários**, assumindo isoladamente todos os custos, despesas e riscos inerentes a essas responsabilidades.

**3.8.** O **Período Pré-Operacional** terá duração de até 6 (seis) meses, contados do dia seguinte à data de emissão da **Ordem de Início**, podendo esse prazo ser reduzido ou aumentado, mediante comunicação prévia à **CBTU**, desde que autorizado pelo **Poder Concedente** e pela **Agência**, observado o previsto na Cláusula 3.35.

**3.9.** A partir do início do **Período Pré-Operacional**, a **Concessionária** terá garantido livre acesso a todas as instalações e informações da **Rede**, de modo que possa ser elaborado o **Plano de Transição** e o **Plano de Operação** e iniciados os **Investimentos Obrigatórios** que não afetarem a regular prestação do **Serviço de Transporte Metroferroviário** pela **CBTU**.

**3.10.** Até a conclusão do **Período Pré-Operacional**, a **CBTU** permanecerá integralmente à disposição da **Concessionária** para prestar qualquer esclarecimento ou qualquer assistência que venha a ser necessária para que a **Concessionária** possa formular o **Plano de Transição** e se preparar para dar início à prestação do **Serviço de Transporte Metroferroviário** após o cumprimento de todos os requisitos prévios indicados neste **Contrato** para a emissão da **Ordem de Assunção** pela **Agência**.

**3.11.** Os empregados da **CBTU** alocados direta ou indiretamente na **Rede Metroferroviária** continuarão na condição de seus contratados, e responderão apenas às orientações emanadas pela **CBTU**, não se estabelecendo qualquer vínculo trabalhista com a **Concessionária** ou com o **Poder Concedente**, cabendo exclusivamente à **CBTU** arcar com seus custos trabalhistas.

**3.12.** Durante o **Período Pré-Operacional**, a **CBTU** continuará responsável pela operação da **Rede**, com o acompanhamento da **Concessionária**, razão pela qual a **CBTU** seguirá, ao longo deste período, auferindo todas as receitas e suportando todos os custos operacionais da **Rede**, inclusive aqueles de natureza trabalhista.

**3.13.** O **Plano de Transição** deverá ser apresentado à **Agência** no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da **Ordem de Início**, prorrogável por 15 (quinze) dias adicionais, mediante prévia justificativa da **Concessionária**.

**3.14.** O **Plano de Transição** terá por finalidade proporcionar a transferência à **Concessionária** da competência integral para prestação dos **Serviços**, sem que, para tanto, seja interrompida a operação da **Rede Metroferroviária**, ou deixem de ser atendidas as condições mínimas de qualidade e quantidade aplicáveis à prestação dos **Serviços**.

**3.15.** Observado o disposto na Subcláusula acima, o **Plano de Transição** deverá ser elaborado pela **Concessionária** de acordo com as diretrizes indicadas no **Anexo 1-H – Diretrizes de Transição Operacional**.

**3.16.** A **Concessionária** e a **CBTU** ficarão livres para negociar entre si, se for do seu interesse, outras atividades e eventos preparatórios em conjunto a serem executados durante o **Período Pré-Operacional** e o **Período de Operação Assistida** além daqueles previstos no **Anexo 1-H – Diretrizes de Transição Operacional**, em termos e condições a serem estabelecidos livremente e em conjunto pelas duas partes, o que não impactará em nenhuma alteração dos direitos, deveres e responsabilidades atribuídas a cada qual nos termos deste **Contrato** e da legislação aplicável.

**3.17.** A **Concessionária** poderá, livremente, desde que em comum acordo com o(s) respectivo(s) funcionário(s), escolher entre contratar ou não qualquer parcela dos funcionários da **CBTU**, devendo, nesse caso, manter o **Poder Concedente** indene de qualquer responsabilidade relativa aos custos, riscos e passivos decorrentes direta ou indiretamente dessa contratação.

**3.18.** O **Poder Concedente**, a **Agência** e a **CBTU** acompanharão a elaboração do **Plano de Transição**, cabendo-lhes solicitar à **Concessionária** a prestação de esclarecimentos e a implementação de modificações, mediante a apresentação dos devidos fundamentos para tanto, caso entendam haver desconformidade com os **Parâmetros de Desempenho**, com as **Diretrizes para Transporte Coletivo de Passageiros**, ou com quaisquer leis e atos regulatórios vigentes, à vista do **Anexo 1**.

**3.19.** A **Agência** deverá avaliar o **Plano de Transição** dentro de 15 (quinze) dias de sua apresentação pela **Concessionária**, podendo aprová-lo ou solicitar ajustes e complementações à **Concessionária** de forma fundamentada.

**3.20.** A **Concessionária** terá o prazo de 15 (quinze) dias, após o recebimento da avaliação da **Agência**, prorrogável justificadamente por mais 15 (quinze) dias, para apresentar o **Plano de Transição** revisto conforme as orientações recebidas da **Agência**, que deverá proferir a sua decisão no mesmo prazo indicado na Subcláusula 3.19 acima.

**3.21.** A aprovação do **Plano de Transição** deverá ocorrer até o término do 4º (quarto) mês contado da **Ordem de Início**, de modo que a **Concessionária** possa iniciar, a partir do início do 5º (quinto) mês contado da **Ordem de Início**, a execução das atividades previstas no **Plano de Transição** aprovado que não dependam da assunção da **Rede Metroferroviária** pela **Concessionária** e que sejam preparatórias para essa assunção, tais como, mas sem limitação, as atividades relativas à encomenda de equipamentos e **Material Rodante**, comunicação e informação ao público, ao treinamento e capacitação do pessoal da **Concessionária** e à formação das equipes de gestão do processo de transição operacional, sem qualquer prejuízo à obrigação de que o **Plano de Transição** também contemple as atividades aplicáveis a partir da assunção da **Rede Metroferroviária** e durante o subsequente **Período de Operação Assistida**, observado o disposto pelo **Anexo 1-H – Diretrizes de Transição Operacional**.

**3.22.** A **Concessionária** deverá promover uma auditoria patrimonial completa para verificar a exatidão da descrição, do estado de conservação e das demais características técnicas dos **Bens da Concessão** indicados no **Anexo 1-B – Inventário** e de quaisquer outros bens eventualmente recebidos da **CBTU** e solicitar à **Agência**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias anteriores à **Data de Assunção** prevista, de forma justificada, eventuais ajustes e complementações ao conteúdo daquele **Anexo**, se necessários, para que sejam contemplados na emissão do **Termo de Aceitação Definitiva**.

**3.23.** Após deferimento dos ajustes solicitados, a **Agência** emitirá um novo inventário, que passará a ser anexo ao **Termo de Aceitação Definitiva** a ser assinado pela **Concessionária** e pela **Agência** até a **Data de Assunção** prevista.

**3.24.** A emissão da **Ordem de Assunção** pela **Agência** marcará o fim do **Período Pré-Operacional** e o início da **Operação Comercial da Rede Metroferroviária**.

**3.25.** Para emissão da **Ordem de Assunção** pela **Agência** deverão ser previamente comprovados:

(i) A aprovação do **Plano de Transição** pela **Agência**;

- (ii) A conclusão pela **Concessionária** das atividades preparatórias para a assunção da **Rede Metroferroviária** previstas no **Plano de Transição**, observado o **Anexo 1-H – Diretrizes de Transição Operacional**;
- (iii) A celebração do **Termo de Aceitação Definitiva** pela **Concessionária** e pela **Agência**;
- (iv) A contratação de todos os Seguros obrigatórios previstos na Cláusula 34 pela **Concessionária**;
- (v) A sub-rogação da **Concessionária** na posição contratual da **CBTU** no **Convênio de Cooperação Técnica e Financeira**, com interveniência e anuência do **Poder Concedente**; e
- (vi) A obtenção pela **Concessionária** de todas as autorizações, permissões e licenças, inclusive ambientais, necessárias para a prestação do **Serviço de Transporte Metroferroviário**.

#### **OPERAÇÃO COMERCIAL E PERÍODO DE OPERAÇÃO ASSISTIDA**

**3.26.** Emitida a **Ordem de Assunção**, será dado início à **Operação Comercial da Rede Metroferroviária**, assumindo a **Concessionária** a responsabilidade pela prestação do **Serviço de Transporte Metroferroviário** e pela operação da **Rede Metroferroviária**, tendo por principal objeto a execução do **Plano de Transição** aprovado.

**3.27.** Os primeiros 6 (seis) meses da **Operação Comercial da Rede Metroferroviária** corresponderão ao **Período de Operação Assistida**, durante o qual:

- (i) A **Concessionária** prestará integralmente os **Serviços** com a assistência e o acompanhamento do pessoal integrante dos quadros da **CBTU**;
- (ii) A aferição dos **Parâmetros de Desempenho** não produzirá efeitos no cálculo da **Remuneração** da **Concessionária**;
- (iii) A **Concessionária** deverá executar as atividades do **Plano de Transição** previstas para o **Período de Operação Assistida**;

(iv) A **Concessionária** deverá promover, em conjunto com o **Poder Concedente** e com a **CBTU**, mitigação de potenciais efeitos negativos produzidos pela transferência operacional da **Rede**;

(v) A **Concessionária** deverá apresentar e obter a aprovação do **Plano de Operação**, nos termos da Cláusula 8 do **Contrato**.

3.28. Durante o **Período de Operação Assistida**, todos os custos e despesas arcados pela **CBTU** com o acompanhamento e a supervisão dos **Serviços** prestados pela **Concessionária** serão arcados integralmente pela **CBTU**, nos termos do **Anexo 1-H – Diretrizes de Transição Operacional**, com exceção de eventual atividade adicional negociada entre a **Concessionária** e a **CBTU** na forma da Cláusula 3.16 deste **Contrato**, cujos termos e condições poderão ser estabelecidos livremente entre as duas partes.

3.29. Durante o **Período de Operação Assistida**, a **Agência** realizará visitas à **Rede Metroferroviária** e às instalações relacionadas à sua gestão e operação, para verificação da regular execução do **Plano de Transição**.

3.30. No caso de o resultado das visitas indicar que a execução do **Plano de Transição** foi concluída em conformidade com o estabelecido neste **Contrato**, a **Agência** expedirá, com anuência do **Poder Concedente**, até o último dia previsto do **Período de Operação Assistida**, ato administrativo próprio que autorize a prestação integral dos **Serviços** pela **Concessionária** sem a assistência da **CBTU**.

3.31. Na hipótese de as visitas indicarem que a execução do **Plano de Transição** não foi realizada em conformidade com o disposto no **Contrato**, a **Agência** notificará a **Concessionária**, imediatamente após a constatação das referidas desconformidades, indicando as exigências a serem cumpridas e o prazo para tanto, a fim de que a **Concessionária** esteja apta a prestar os **Serviços** sem assistência da **CBTU** até o final do **Período de Operação Assistida**, sem prejuízo da eventual aplicação de penalidades contratuais cabíveis, conforme a Cláusula 18, nos casos em que eventuais atrasos decorram de atos ou fatos de responsabilidade da **Concessionária**.

3.32. O **Período de Operação Assistida** será considerado concluído quando da verificação concomitante:

(i) Da emissão, pela **Agência**, de ato administrativo próprio, autorizando a **CONCESSIONÁRIA** para prosseguir com a prestação integral dos **Serviços** sem a assistência e o acompanhamento da **CBTU**, nos termos da Subcláusula 3.30; e

(ii) Da aprovação do **Plano de Operação**, nos termos da Cláusula 8.

**3.33.** Eventuais atrasos por parte do **Poder Concedente** e/ou da **Agência** serão acrescidos aos prazos previstos nas Cláusulas 3.8 e 3.27 acima, sem prejuízo de eventual reequilíbrio econômico-financeiro em favor da **Concessionária** na hipótese em que esses atrasos não puderem ser imputados à **Concessionária**.

**3.34.** Findo o **Período de Operação Assistida**, a **Agência** realizará vistorias mensais na **Rede**, para verificação da regularidade na implementação das melhorias à **Rede Metroferroviária**, de acordo com o **Plano de Operação**.

**3.35.** Mediante solicitação da **Concessionária** e prévia aprovação da **Agência**, e desde que os requisitos prévios aplicáveis a cada etapa indicados nesta Cláusula 3 tenham sido cumpridos pelas **Partes**, os prazos e fases previstos nesta Cláusula 3 poderão ser antecipados, a fim de que a **Concessionária** antecipe a realização dos **Investimentos Obrigatórios** e a assunção dos **Serviços**, observada a alocação de riscos e responsabilidades inerente a cada etapa.

**3.35.1.** A solicitação de antecipação acima indicada deverá ser encaminhada pela **Concessionária** à **Agência** com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para a nova data proposta pela **Concessionária** para avanço à fase contratual seguinte, devendo a solicitação ser encaminhada juntamente a todos os documentos e comprovações necessários (i) para a emissão da **Ordem de Assunção**, conforme acima indicados, no caso de se pretender antecipar o término do **Período Pré-Operacional**, ou (ii) para emissão dos atos previstos na Cláusula 3.32, no caso de se pretender antecipar o término do **Período de Operação Assistida**.

**3.35.2.** Caso deferido o pedido, a **Agência** comunicará a **Concessionária** e a **CBTU** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à nova data estipulada para mudança de fase contratual, a fim de que a **Concessionária** e a **CBTU** possam se planejar para o exercício, a partir da nova data estipulada, de suas respectivas atribuições e responsabilidades inerentes à fase contratual seguinte.

**3.35.3.** Exceto se estabelecido expressamente de modo diverso entre a **Concessionária** e a **Agência**, eventual antecipação do término do **Período Pré-Operacional** implicará automaticamente a antecipação dos marcos inicial e final do **Período de Operação Assistida** pelo mesmo tempo em que houver sido reduzido o **Período Pré-Operacional**, a fim de preservar a duração originalmente prevista para o **Período de Operação Assistida**, sem prejuízo de eventual pedido adicional posterior específico para a antecipação do término desta última etapa, conforme previsto nas Cláusulas anteriores.

#### **4. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES RELACIONADAS À OPERAÇÃO DA REDE METROFERROVIÁRIA**

**4.1.** A prestação dos **Serviços** está subordinada, principalmente, às disposições, no que couber, **(i)** da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que estabeleceu a Política Nacional de Mobilidade Urbana; **(ii)** da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no artigo 175 da Constituição Federal; **(iii)** da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública; **(iv)** da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação; **(v)** da Lei Estadual nº 12.765, de 27 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Programa Estadual de Parceria Público-Privada de Pernambuco; **(vi)** da Lei Estadual nº 16.573, de 20 de maio de 2019, que institui o Programa de Parcerias Estratégicas de Pernambuco; **(vii)** do Plano de Mobilidade e demais instrumentos de planejamento pertinentes à mobilidade urbana vigentes ou que venham a ser editados pelo **Poder Concedente**; **(viii)** do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado que eventualmente venha a ser elaborado para normatizar o exercício de funções públicas de interesse comum da **RMR** em observância ao artigo 2º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015; **(ix)** da Lei Complementar Estadual nº 382, de 9 de janeiro de 2018, no que se refere ao planejamento dos **Serviços** em integração metropolitana; **(x)** da Constituição do Estado de Pernambuco; **(xi)** da Lei Estadual nº 14.474, de 16 de novembro de 2011, conforme atualizada, que institui o **STPP/RMR**, e do Decreto Estadual nº 14.846, de 28 de fevereiro de 1991, conforme atualizado, que o regulamenta, no que couberem; **(xii)** do **Edital** e dos **Anexos ao Edital**; **(xiii)** deste **Contrato** e seus **Anexos**; e **(xiv)** dos demais atos normativos, instruções e **OSO** expedidos pelo **Poder Concedente** e pela **Agência**, sendo obrigações da **Concessionária**:



**4.1.1.** A oferta de viagens na **Rede Metroferroviária** aos **Usuários**, a partir da adequada prestação do **Serviço de Transporte Metroferroviário** e da operação da **Rede** em integração com os demais modos de transporte dos **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR** e com observância dos **Parâmetros de Desempenho**;

**4.1.2.** A execução dos **Investimentos Obrigatórios**, em conformidade com o **Anexo 1**;

**4.1.3.** A execução de eventuais **Investimentos Adicionais**, a serem processados de acordo com a disciplina prevista pela Subcláusula 19.4 do **Contrato**;

**4.1.4.** O planejamento operacional dos **Serviços** em observância às **Diretrizes para Transporte Coletivo de Passageiros**, bem como aos parâmetros e especificações estabelecidos para prestação dos **Serviços** ou para funcionamento dos **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR** de modo geral, conforme aplicáveis, visando, entre outros objetivos, a melhoria contínua do atendimento à população e a otimização da prestação dos **Serviços**;

**4.1.5.** A gestão, a manutenção e a operação da frota de trens afeta à **Rede Metroferroviária**;

**4.1.6.** A gestão e manutenção de pátios e instalações necessários à manutenção, conservação e guarda da frota de trens afeta à **Rede Metroferroviária**;

**4.1.7.** A manutenção, a conservação e a operação dos recursos tecnológicos integrantes do(s) sistema(s) de bilhetagem eletrônica utilizado(s) nas estações da **Rede Metroferroviária** e nos **Terminais Metroferroviários** designados pelo **Poder Concedente**;

**4.1.8.** A gestão e manutenção das áreas administrativas e demais **Bens da Concessão** indicados no **Anexo 1** deste **Contrato**;

**4.1.9.** Integram a prestação dos **Serviços**, ainda:

(i) O registro da programação operacional da **Rede Metroferroviária**, conforme as características de funcionamento e especificações contratuais e regulamentares;

(ii) A automatização dos processos e relatórios de controle da operação da **Rede Metroferroviária**, para monitoramento em tempo real da frota de trens em operação, do

número e tempo de duração das viagens realizadas, da quantidade de passageiros transportados e das ocorrências reportadas no âmbito da **Rede**;

(iii) A disponibilização de todas as informações obtidas por meio do sistema de monitoramento da frota vinculada à **Rede** ao **Poder Concedente** e à **Agência**;

(iv) A realização de atendimento telefônico e digital, por meio de central de atendimento telefônico e de plataformas digitais, para divulgação de informações sobre os produtos e serviços ofertados na **Rede Metroferroviária**, incluindo a disponibilização de ferramentas de roteirização e a consulta de horários de viagem na **Rede**;

(v) O recebimento de críticas, sugestões, reclamações e elogios aos serviços prestados na **Rede Metroferroviária**, mediante os canais de atendimento telefônico e digital;

(vi) A preservação de base de dados atualizada sobre os hábitos de consumo dos usuários da **Rede Metroferroviária**, em Plataforma CRM (*“Customer Relationship Management”*), acessível ao **Poder Concedente**, observada a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

(vii) A pesquisa do nível de satisfação dos usuários da **Rede Metroferroviária**, e a avaliação dos principais motivos de contato por meio dos canais de atendimento telefônico e digital; e

(viii) A administração, a operação, a manutenção, a conservação, a limpeza e a segurança patrimonial da faixa de domínio e dos **Terminais Metroferroviários** designados pelo **Poder Concedente**.

4.2. Após o **Período Pré-Operacional**, a **Concessionária** terá exclusividade na prestação dos **Serviços** e na exploração da **Rede Metroferroviária** durante a vigência e nos termos do **Contrato**.

4.3. Os **Serviços** constituem serviços públicos essenciais, devendo ser prestados sem interrupções indevidas e em observância às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade tarifária, nos termos da legislação aplicável e deste **Contrato**.

4.4. A **Concessionária** se obriga a manter o **Serviço de Transporte Metroferroviário** permanentemente à disposição da população, conforme as **Diretrizes**

para **Transporte Coletivo de Passageiros**, as **Ordens de Serviço Operacionais**, este **Contrato**, o **Anexo 2** e demais normas e procedimentos pertinentes.

**4.5.** Ao longo do **Prazo da Concessão**, as características de funcionamento e especificações operacionais da **Rede Metroferroviária** poderão ser ajustadas às necessidades de aumento e aprimoramento da integração da **Rede** com os demais modos de transporte dos **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR**, bem como de desenvolvimento urbano, de racionalidade operacional e de equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.

**4.5.1** A **Concessionária** poderá, por meio da apresentação de estudos técnicos, propor ao **Poder Concedente** a realização de ajustes nas características de funcionamento e especificações operacionais da **Rede Metroferroviária**, conforme a Subcláusula acima, cabendo ao **Poder Concedente** aprovar tais propostas.

**4.5.2** O **Poder Concedente** modificará as características da **Rede** sempre que houver alterações na demanda de passageiros e/ou necessidade de revisão da oferta do **Serviço de Transporte Metroferroviário**, por mudanças ou nos demais modos de transporte dos **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR**, que tragam consequências à velocidade operacional e ao tempo das viagens realizadas na **Rede**, ou por qualquer outra razão que venha a ser verificada.

**4.5.3** Sempre que ajustes nas características de funcionamento e especificações operacionais da **Rede Metroferroviária** tiverem impacto nos custos e despesas de operação da **Rede**, afetando, para mais ou para menos, o valor da **Remuneração**, tais ajustes deverão ser individual e expressamente identificados pelo **Poder Concedente**, o qual deverá justificar sua implementação em ato administrativo próprio, sem prejuízo de eventual reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Cláusula 20.

**4.6.** Durante o **Prazo da Concessão**, o funcionamento da **Rede Metroferroviária** estará sujeito às regras e especificações aplicáveis ao **Sistema Estadual de Transporte Metroferroviário** e aos **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR**, não havendo hipótese de constituição de qualquer outro regime.

**4.7.** A **Concessionária** se valerá de pessoal devidamente selecionado, habilitado e qualificado para o exercício de suas funções.

**4.8.** A **Concessionária** responderá por seus empregados e prepostos, nos termos da lei, por todos os danos e prejuízos que, na execução dos **Serviços**, venham a provocar

ou causar aos usuários da **Rede Metroferroviária**, a terceiros e ao **Poder Concedente**, observada a responsabilidade exclusiva da **CBTU** pela prestação do **Serviço de Transporte Metroferroviário** e de todos os custos e riscos inerentes a essa atividade durante o **Período Pré-Operacional**.

**4.9.** O **Poder Concedente** se compromete a promover a integração operacional e tarifária da **Rede** aos demais modos de transporte dos **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR**, com o objetivo de proporcionar condições adequadas para que a operação da **Rede** pela **CONCESSIONÁRIA** se dê de maneira integrada aos **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR**, envidando esforços para evitar qualquer forma de sobreposição de linhas ou concorrência indevida entre os modos metroferroviário e rodoviário dos **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR**, além daquelas já existentes quando da emissão da **Ordem de Início**.

**4.9.1.** O **Poder Concedente** dentro do prazo máximo de 3 (três) anos contados da data da **Ordem de Início** deverá realizar a completa integração da **Rede Metroferroviária** aos serviços integrantes do **STPP/RMR**, mediante (i) a criação de uma **Tarifa Pública** de igual valor para o **Serviço de Transporte Metroferroviário** e para as linhas estruturais do **SEI** e (ii) a criação de uma **Tarifa Pública** integrada para viagens entre a **Rede Metroferroviária** e o **SEI**, sem prejuízo da obrigação do **Poder Concedente** de envidar os melhores esforços para que seja promovida a integração da **Rede** aos demais **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR**.

**4.9.2.** O **Poder Concedente** declara neste ato que a progressão da **Demanda Referencial** prevista na Cláusula 20.5.3 abaixo considera o cumprimento tempestivo da obrigação do **Poder Concedente** prevista na Cláusula 4.9.1 acima, de modo que eventuais impactos na demanda decorrentes de descumprimento ou atraso no cumprimento dessa obrigação contratual pelo **Poder Concedente** já estão implícitos e contemplados na alocação de riscos deste **Contrato** por meio da definição da **Demanda Referencial**, observando-se o disposto na Cláusula 20.5 abaixo.

**4.10.** As características dos **Serviços** e dos **Investimentos** descritas nos **Anexos 1 e 2**, compreendendo a execução de obras civis, via permanente, implantação de sistemas, o fornecimento de **Material Rodante**, equipamentos, montagens e demais intervenções, constituem-se em diretrizes e condições mínimas estimadas pelo **Poder Concedente** para nortear a prestação dos **Serviços**, devendo a **Concessionária** realizar seus próprios levantamentos, investigações, avaliações e estimativas com o objetivo de aferir e, se for o caso, adotar por sua conta e risco características técnicas, quantidades e qualidade

superiores para permitir a adequada prestação dos **Serviços** concedidos e cumprir integralmente os **Parâmetros de Desempenho**.

## **5. BENS DA CONCESSÃO**

### **5.1. COMPOSIÇÃO**

**5.1.1.** São os seguintes os **Bens da Concessão**, cuja posse, guarda, manutenção e vigilância serão, a partir da **Data de Assunção**, de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**:

(i) Todos os bens móveis e imóveis que sejam considerados necessários à continuidade da prestação dos **Serviços**, na forma dos **Bens Reversíveis**, conforme indicados neste **Contrato** e seus **Anexos**, independentemente de quem seja seu proprietário;

(ii) Todos os bens móveis e imóveis afetos à **Rede Metroferroviária** cuja posse tenha sido transferida à **Concessionária**; e

(iii) Todos os bens móveis e imóveis afetos à **Rede Metroferroviária** que tenham sido construídos, adquiridos, arrendados ou locados pela **Concessionária** durante o **Prazo da Concessão**.

**5.1.2.** A **Concessionária** declara que tem conhecimento da natureza e das condições da totalidade dos **Bens da Concessão**, os quais estarão sujeitos aos termos e condições do **Contrato**.

**5.1.3.** A **Concessionária** declara pleno conhecimento de que o conteúdo do **Anexo 1-B – Inventário** é meramente referencial, tendo a **Concessionária** realizado seus próprios estudos e levantamentos para verificar a natureza e as condições da totalidade os **Bens da Concessão**, de modo que eventual divergência entre o conteúdo daquele **Anexo** e as efetivas condições dos **Bens da Concessão** verificadas pela **Concessionária** não caracterizarão **Evento de Desequilíbrio** e não ensejarão reequilíbrio econômico-financeiro para fins deste **Contrato**.

**5.1.3.1.** É dever da **Concessionária** atualizar e complementar o conteúdo do **Anexo 1-B – Inventário** na ocasião da emissão do **Termo de Aceitação Definitiva**, conforme previsto na Cláusula 3.22 deste **Contrato**, bem como revisar e atualizar com

periodicidade anual as informações ali indicadas, por meio da apresentação do relatório previsto na Cláusula 13.1.9 deste **Contrato**.

**5.1.4.** A **Concessionária** deve efetuar a manutenção corretiva e preventiva dos **Bens da Concessão**, de modo a conservá-los em condições adequadas de uso, respeitando as normas técnicas relativas à saúde, segurança, acessibilidade, higiene, conforto, sustentabilidade ambiental, entre outros parâmetros técnicos essenciais à sua boa utilização.

**5.1.5.** São considerados **Bens Reversíveis** os bens necessários e essenciais à prestação adequada dos **Serviços** objeto deste **Contrato** e ao atingimento dos **Parâmetros de Desempenho**, que deverão ser revertidos ao **Poder Concedente** ao fim da vigência deste **Contrato**, incluindo, mas não apenas:

(i) a **Rede Metroferroviária**, os **Terminais Metroferroviários**, a faixa de domínio, o **Material Rodante** e as demais edificações e instalações operacionais, bem como os demais bens que sejam considerados essenciais para a prestação dos **Serviços** indicados no **Anexo 1** deste **Contrato**; e

(ii) outros bens que serão gradualmente incorporados aos **Serviços** pela **Concessionária** para atendimento dos **Investimentos Obrigatórios**, eventuais **Investimentos Adicionais** e para atingimento permanente e contínuo dos **Parâmetros de Desempenho**.

**5.1.6.** A aquisição de **Bens Reversíveis** pela **Concessionária** no curso da **Concessão** será em regra realizada diretamente em nome do **Poder Concedente**, exceto quando no caso concreto existir qualquer vantagem ou eficiência em adquiri-lo em nome da **Concessionária**, devidamente justificada, e desde que isso não implique qualquer dificuldade ou impedimento para a reversão de todos **Bens Reversíveis** ao **Poder Concedente** no encerramento da **Concessão**, conforme previsto neste **Contrato**, sendo certo que qualquer custo eventualmente necessário para viabilizar essa reversão será arcado integral e exclusivamente pela **Concessionária**.

**5.1.7.** Os **Bens Reversíveis** deverão ser devidamente registrados na contabilidade da **Concessionária**, de modo a permitir a sua fácil identificação pelo **Poder Concedente** e pelo **Verificador Independente**, incluindo sua distinção em relação aos outros **Bens da Concessão**, observadas as normas contábeis vigentes.

**5.1.8.** Os **Bens da Concessão**, incluindo os **Bens Reversíveis**, serão permanente e regularmente inventariados pela **Concessionária** nos termos da Cláusula 13.1.9(v) deste **Contrato**.

**5.1.9.** Por meio da aposição de sua assinatura neste **Contrato**, a **Concessionária** declara ter pleno conhecimento do teor do **Convênio de Transferência e Regularização de Bens**, incluído no **Anexo 7**, e adere formalmente a todos os seus termos e obrigações, comprometendo-se a executar todas as atividades indicadas no referido instrumento como de atribuição da **Concessionária**.

## **5.2. DESFAZIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DOS BENS DA CONCESSÃO E AMORTIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS**

**5.2.1.** A **Concessionária** não poderá alienar ou transferir a posse dos **Bens Reversíveis** sem prévia, expressa e escrita autorização do **PODER CONCEDENTE**, à exceção daqueles bens que tenham vida útil inferior ao **Prazo da Concessão**, caso em que será suficiente a prévia comunicação ao **Poder Concedente** e à **Agência** de sua alienação ou transferência pela **Concessionária**.

**5.2.2.** A **Concessionária** fica obrigada a manter, em estado adequado de funcionamento, conservação e segurança, até o término da **Concessão**, todos os **Bens Reversíveis**, incluindo aqueles recebidos do **Poder Concedente**, por meio da **CBTU**, obrigando-se a substituí-los por bens novos, de qualidade igual ou superior, sempre que por desgaste, avaria ou obsolescência se mostrem inadequados aos fins a que se destinam e ao atingimento dos **Parâmetros de Desempenho**.

**5.2.3.** A **Concessionária** poderá ser liberada pelo **Poder Concedente**, a exclusivo critério deste, da obrigação de promover a substituição de alguns dos **Bens Reversíveis** ao final da sua vida útil, caso demonstre ser a substituição dispensável para a adequada prestação dos **Serviços** e para o atingimento dos **Parâmetros de Desempenho**, e desde que essa liberação não recaia sobre **Bens Reversíveis** obtidos mediante a realização dos **Investimentos Obrigatórios**.

**5.2.4.** A **Concessionária** declara, na assinatura deste **Contrato**, que todos os valores necessários à reposição, à substituição e à manutenção ordinária dos **Bens da Concessão**, incluindo os **Bens Reversíveis**, já foram considerados em sua **Proposta Econômica**, razão pela qual concorda que o valor da **Remuneração** nos termos deste **Contrato** é suficiente para tais substituições, reposições ou manutenções ao tempo de suas respectivas vidas úteis.

**5.2.5.** A **Concessionária** declara pleno conhecimento de que o **Material Rodante** alocado na prestação dos **Serviços** deverá atender às especificações e quantidades mínimas previstas no **Anexo 1** deste **Contrato**, obrigando-se a **Concessionária** a adquirir, por sua conta e risco, quantidade de **Material Rodante** em número superior àquele previsto no **Anexo 1**, sem necessidade de prévia autorização específica do **Poder Concedente**, sempre que necessário ao atendimento da demanda e dos **Parâmetros de Desempenho**, seja para promover o aumento da frota de **Material Rodante** ou para substituir os **Trens** em operação em caso de extravio, avaria ou obsolescência, inclusive dos **Trens** recebidos do **Poder Concedente**, por meio da **CBTU**, tendo-se sempre em consideração o sistema de alocação de riscos deste **Contrato** para fins de preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

**5.2.5.1.** A **Concessionária** poderá, a seu critério e por sua conta e risco, caso entenda ser mais vantajoso para a futura operação e gestão dos **Serviços**, inclusive sob o aspecto socioambiental, sem que isso caracterize um **Evento de Desequilíbrio**, optar pela aquisição de **Material Rodante** de modelo ou matriz energética limpa ou menos poluente do que a solução prevista no **Anexo 1** ao **Contrato** para utilização nos ramais Cabo e Curado do VLT da **Rede Metroferroviária**, sendo certo que, nessa hipótese, fará jus ao mesmo montante dos **Aportes Públicos** que estão previstos no referido **Anexo** para o pagamento dos marcos de **Investimentos Obrigatórios** relativos à aquisição de **Material Rodante** para esses respectivos trechos metroferroviários.

**5.2.5.2.** Com relação à aquisição dos **Trens** necessários à prestação dos **Serviços**, a **Concessionária** deverá obter prévia e expressa manifestação de não objeção do **Certificador Independente** e da **Agência** quanto ao(s) modelo(s) a serem adquirido(s), nos seus aspectos técnicos, sendo que sua aceitação, após entrega pelo respectivo fabricante, estará condicionada à conformidade com o(s) modelo(s) previamente avaliado(s) pelo **Certificador Independente** e pela **Agência**, mantida em todo caso a integral e exclusiva responsabilidade da **Concessionária** pela prestabilidade dos **Trens** adquiridos para a adequada prestação dos **Serviços** e para o atingimento dos **Parâmetros de Desempenho**.

**5.2.6.** A **Concessionária** poderá alienar os **Bens Reversíveis** que, por desgaste, avaria ou obsolescência, sejam substituídos ao longo da **Concessão**, nos termos da Cláusula 5.2.2, devendo as receitas advindas das alienações dos **Bens Reversíveis** serem revertidas em favor da **Concessionária**, bem como discriminadas em conta contábil específica, observado o disposto na Cláusula 5.2.8 abaixo.



**5.2.7.** Os **Bens da Concessão** que não se enquadrarem como **Bens Reversíveis** poderão ser livremente dispostos pela **Concessionária**, com ou sem reposição, segundo seu interesse, devendo a **Concessionária** comunicar previamente a disposição dos bens em questão ao **Poder Concedente**.

**5.2.8.** Os recursos auferidos pela **Concessionária** em decorrência das alienações de bens repassados pelo **Poder Concedente** serão considerados na **Revisão Ordinária** seguinte como valores devidos em favor do **Poder Concedente**, inclusive no cálculo do valor de eventual indenização devida por extinção antecipada da **Concessão**, à exceção daqueles que tenham sido substituídos ou repostos ao longo da **Concessão**.

**5.2.8.1.** A partir da **Data de Assunção**, a **Concessionária** será responsável pela destinação final ambientalmente adequada de qualquer parcela eventualmente inservível dos bens repassados pelo **Poder Concedente**, devendo manter o **Poder Concedente** indene quanto a qualquer responsabilidade relativa ao descumprimento, total ou parcial, dessa obrigação.

**5.2.9.** Todos os **Bens Reversíveis** e investimentos realizados em tais bens com **Recursos da Concessionária** deverão ser integralmente depreciados e amortizados pela **Concessionária** durante o **Prazo da Concessão**, em observância à legislação vigente, não cabendo pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro devido à pendência de sua depreciação e amortização ao fim do **Prazo da Concessão**, exceto se observadas, cumulativamente, as condições abaixo, situação na qual deverão ser indenizados na forma prevista neste **Contrato**:

- (i) Os investimentos em questão tiverem sido realizados para preservação da atualidade e da qualidade dos **Serviços**;
- (ii) Os investimentos tenham sido executados nos últimos 5 (cinco) anos da **Concessão**;
- (iii) A realização dos investimentos tenha sido previamente autorizada pelo **Poder Concedente**; e
- (iv) Os investimentos realizados possuam vida útil superior ao **Prazo da Concessão**.

**5.2.10.** Após a conclusão dos marcos dos **Investimentos Obrigatórios** relativos às reformas e ampliações do Pátio de Manutenção de Cajueiro Seco, conforme previstos no

**Anexo 1-G – Eventograma**, a **Concessionária** deverá (i) transferir toda e qualquer atividade anteriormente desenvolvida no Pátio de Manutenção de Edgar Werneck para o Pátio de Manutenção de Cajueiro Seco, desativando definitivamente qualquer atividade realizada no primeiro; e (ii) notificar a **Agência** e o **Poder Concedente** para que (ii.1) a **Agência**, por meio da expedição de ato próprio, formalize a desafetação e desvinculação do Pátio de Manutenção e do Ramal de Ligação de Edgar Werneck em relação à **Concessão**, e (ii.2) após a sua devida desvinculação formal, o **Poder Concedente** possa destinar esses respectivos bens e infraestrutura conforme os termos previstos no **Convênio de Transferência e Regularização de Bens**.

## **6. RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL E GOVERNANÇA CORPORATIVA**

**6.1.** A **Concessionária** se obriga, durante o **Prazo da Concessão**, a executar e manter programas de responsabilidade social e de responsabilidade ambiental envolvendo seus clientes, funcionários, fornecedores, população em geral e a sociedade, em linha com as melhores práticas nacionais e internacionais, tendo em vista o que consta da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas - ONU.

### **6.2. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**

**6.2.1** A **Concessionária** deverá implantar, em até 2 (dois) anos contados da data da **Ordem de Início**, Sistemas de Gestão Ambiental com base na norma NBR ISO 14.001, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (“ABNT”).

**6.2.2** Após 12 (doze) meses contados da **Data de Assunção**, a **Concessionária** deverá elaborar a seguinte documentação, a ser encaminhada à **Agência**, para avaliação, dando-se ciência ao **Poder Concedente**:

(i) Plano detalhado de Implantação de Estruturas para Gestão de Recursos Naturais e Eficiência Energética;

(ii) Inventário de Gases de Efeito Estufa – GEE, com base na norma NBR ISO 14.04-2, da ABNT, GHG Protocol ou equivalente, contendo a quantificação de todas as emissões, em carbono equivalente, relativas à operação da **Concessionária** naquele período e as metas voluntárias de redução para o período subsequente; e

(iii) Análise de Risco de Desastres Naturais e Mudanças Climáticas.

**6.2.3** A **Concessionária** deverá atualizar anualmente, em até 12 (doze) meses contados do fim do prazo para a última apresentação, a documentação determinada pela Subcláusula acima, enviando-a à **Agência**, com ciência ao **Poder Concedente**.

### **6.3. RESPONSABILIDADE SOCIAL**

**6.3.1** A **Concessionária** deverá implantar, em até 2 (dois) anos contados da **Ordem de Início**, Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, com base na norma NBR ISO 45.001, da ABNT.

### **6.4. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

**6.4.1** Em até 12 (doze) meses da data da **Ordem de Início**, a **Concessionária** deverá elaborar a seguinte documentação, a ser encaminhada à **Agência**, para aprovação, dando-se ciência ao **Poder Concedente**:

(i) Programa de Compliance, com mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e aplicação efetiva de códigos de ética e conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a **Administração Pública**;

(ii) Política de Transações com Partes Relacionadas, contendo, no mínimo:

(ii.1) Critérios para a realização de transações entre a **Concessionária** e suas **Partes Relacionadas**, que deverão observar condições equitativas de mercado, inclusive de preço;

(ii.2) Procedimentos para auxiliar a identificação de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses e, consequentemente, determinar o impedimento de voto com relação a acionistas ou administradores da **Concessionária**;

(ii.3) Procedimentos e responsáveis pela identificação das **Partes Relacionadas** e pela classificação de transações com **Partes Relacionadas**;

- (ii.4) Indicação das instâncias de aprovação das transações com **Partes Relacionadas**, a depender do valor envolvido ou de outros critérios de relevância;
- (ii.5) Exigência de realização de processo competitivo simplificado junto ao mercado para obras e serviços acima de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), reajustado na forma e periodicidade da Tarifa de Remuneração, conforme regras aprovadas pela administração da **Concessionária**, como condição à contratação de obras e serviços com **Partes Relacionadas**;
- (ii.6) Dever da administração da **Concessionária** de formalizar, em documento escrito a ser arquivado na companhia, as justificativas da seleção de **Partes Relacionadas** em detrimento das alternativas de mercado.

**6.4.2** A Política de Transações com **Partes Relacionadas** acima mencionada deverá constar dos atos societários da **Concessionária** e ser atualizada sempre que necessário, observando-se as atualizações nas recomendações de melhores práticas e a necessidade de inclusão ou alteração de disposições específicas que visem conferir maior efetividade à transparência das transações com **Partes Relacionadas**.

**6.4.3** Em até 12 (doze) meses da data da **Ordem de Início**, a **Concessionária** deverá elaborar a seguinte documentação, a ser encaminhada à **Agência**, para avaliação, dando-se ciência ao **Poder Concedente**:

- (i) Política de Recursos Humanos da **Concessionária**, incluindo:
  - (i.1) Código de Conduta para trabalhadores e terceirizados, pautado em princípios éticos, incluindo a promoção da diversidade e a conscientização sobre práticas discriminatórias e violentas dentro e fora do ambiente de trabalho;
  - (i.2) Treinamento e qualificação de mão-de-obra, incluindo a implementação de programas e ações informativos sobre diversidade e inclusão, em linha com o Código de Conduta;
  - (i.3) Procedimentos para garantir a igualdade de oportunidades no acesso aos cargos da **Concessionária**;
  - (i.4) Programa de promoção à diversidade de gênero, raça e orientação sexual, bem como à inclusão de pessoas com deficiência e minorias sociais, que incorpore

metodologia reconhecida para o recenseamento empresarial, engajamento, recrutamento, capacitação, retenção de talentos e ascensão na carreira; e

(i.5) Mecanismos de consulta, reclamação e denúncia de trabalhadores, inclusive de terceirizados, devidamente divulgados e que garantam amplo acesso e anonimato, para que estes possam tratar de temas como práticas de discriminação, assédio moral ou físico, dentre outros.

(ii) Programa de mapeamento e mitigação de riscos de violação de direitos fundamentais de pessoas impactadas pela **Concessão** e pela cadeia de fornecimento, com metodologia adequada e reconhecida, baseada nos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU ou em outra metodologia que possa substituí-la.

**6.4.4** A cada período de 2 (dois) anos, após a apresentação da documentação indicada na Subcláusula 6.4.3 acima, a **Concessionária** deverá apresentar à **Agência** relatório acerca das medidas previstas na Subcláusula 6.4.3 acima, contendo os resultados obtidos e desafios quanto à sua implantação.

## **7. AUTORIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS**

**7.1.** A **Concessionária** deverá obter, renovar, manter, transferir e regularizar todas as licenças, permissões e autorizações necessárias à plena prestação dos **Serviços**, incluindo licenças ambientais que venham a se fazer necessárias à manutenção da **Rede Metroferroviária** e à realização dos **Investimentos Obrigatórios** e eventuais **Investimentos Adicionais**, adotando todas as providências exigidas pelos órgãos competentes, nos termos da legislação vigente, para que lhe sejam concedidas tais licenças, permissões e autorizações, arcando, por sua conta e risco, com as despesas e custos correspondentes.

**7.2.** A demora na obtenção de licenças ambientais é um risco assumido pela **Concessionária**, exceto quando comprovadamente a causa da demora não lhe possa ser imputada, sem prejuízo, ainda, de eventual reequilíbrio econômico-financeiro nos termos deste **Contrato**.

**7.2.1** Não será imputada à **Concessionária** a demora na obtenção de licenças ambientais nos casos em que (i) os órgãos ambientais responsáveis descumprirem os

prazos legais previstos para a prática de atos necessários para esse procedimento, ou (ii) inexistindo prazo legal, a prática de determinado ato necessário pelo referido órgão ocorrer em prazo superior a 90 (noventa) dias.

7.3. Sem qualquer prejuízo do disposto nesta Cláusula, o **Poder Concedente** se obriga a auxiliar a **Concessionária** em todos os aspectos que possam ser necessários à obtenção das licenças, permissões e autorizações necessárias à regular e plena prestação dos **Serviços**.

7.4. A CBTU disponibilizará à **Concessionária**, em até 30 (trinta) dias contados da emissão da **Ordem de Início**, todas as licenças, permissões e autorizações existentes relativas à **Rede Metroferroviária**, inclusive ambientais, e demais documentos pertinentes para viabilizar a assunção da **Rede** pela **Concessionária**; a CBTU também disponibilizará à **Concessionária**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, os documentos pertinentes a eventuais renovações dessas licenças, permissões e autorizações efetivadas pela CBTU durante o **Período Pré-Operacional**.

7.5. Caberá à **Concessionária** providenciar junto aos órgãos públicos competentes, de maneira diligente e em conformidade com os prazos fixados por essas autoridades a transferência das licenças, permissões e autorizações vigentes que estiverem em nome da CBTU para a própria **Concessionária**, sem qualquer limitação à obrigação integral e exclusiva da **Concessionária** de obter, diretamente junto aos respectivos órgãos competentes, quando se fizer necessário, todas as licenças, permissões e autorizações exigidas para a prestação dos **Serviços**, na forma da legislação aplicável, incluindo eventuais licenças, permissões e autorizações que, embora não detidas anteriormente ou disponibilizadas pela CBTU até a **Data de Assunção**, sejam consideradas ou venham a ser consideradas necessárias para a adequada prestação dos **Serviços** e realização dos **Investimentos Obrigatórios** pela legislação ou regulamentação vigente.

7.6. Verificada a necessidade de apoio à **Concessionária** de qualquer dos entes signatários do **Convênio de Transferência e Regularização de Bens** para a obtenção, renovação ou transferência das licenças, permissões e autorizações previstas nesta Cláusula, o **Poder Concedente** deverá assegurar que esse(s) ente(s) prestem o apoio devido à **Concessionária** em tempo hábil para a obtenção, renovação ou transferência do referido documento.

## 8. PLANO DE OPERAÇÃO

8.1. Dentro do prazo de 3 (três) meses contados da **Data de Assunção**, a **Concessionária** apresentará o **Plano de Operação** à **Agência**, o qual disporá, dentre outros aspectos, sobre:

- (i) A equipe técnica da **Concessionária** que ficará responsável pela operação da **Rede Metroferroviária**;
- (ii) Os requisitos mínimos necessários à adequada implementação dos **Investimentos Obrigatórios** a serem executados a partir do término do **Período de Operação Assistida**;
- (iii) A metodologia de operação da **Rede Metroferroviária** a ser adotada pela **Concessionária** nos períodos de implantação dos **Investimentos Obrigatórios** ou de outros investimentos que possam impactar na operação da **Rede** e pós-conclusão dos **Investimentos Obrigatórios**, incluindo detalhamento de eventuais interrupções e iniciativas de mitigação de interferências;
- (iv) Os requisitos operacionais e a metodologia empregados para devida prestação dos **Serviços** e operação da **Rede Metroferroviária**;
- (v) Os meios a serem utilizados para o atendimento das obrigações previstas no **Anexo 2-B – Parâmetros de Desempenho**; e
- (vi) As demais informações indicadas no **Anexo 2-A – Diretrizes para Elaboração do Plano de Operação**.

8.2. O **Plano de Operação** deverá ser elaborado pela **Concessionária** e encaminhado à **Agência** e ao **Poder Concedente** em estrita consonância com as obrigações contratuais, os dados e elementos mínimos indicados nos **Projetos Conceituais e Referenciais**, as **Diretrizes para Transporte Coletivo de Passageiros**, as **Ordens de Serviços Operacionais** e demais disposições do **Anexo 1**, bem como com a legislação e regulamentação vigentes, inclusive a eventualmente exarada pela **Agência**.

8.3. O **Plano de Operação** norteará a execução do **Contrato** durante toda a sua vigência e deverá ser atualizado periodicamente ou conforme necessidade.

8.4. A **Agência** poderá acompanhar a elaboração e as atualizações do **Plano de Operação**, cabendo-lhe solicitar à **Concessionária** a prestação de esclarecimentos e a

implementação de modificações, mediante a apresentação dos devidos fundamentos para tanto, caso entenda haver desconformidade com o **Contrato** e seus **Anexos** ou com a legislação, regulamentação e normas técnicas vigentes.

**8.5.** A **Concessionária** poderá consultar a **Agência** durante os processos de elaboração e atualização do **Plano de Operação**.

**8.6.** A **Agência** deverá avaliar o **Plano de Operação** e emitir, em até 1 (um) mês contado da data de sua apresentação pela **Concessionária**, Manifestação de Não Objeção em relação ao seu conteúdo caso esteja em conformidade com o disposto na Cláusula 8.1, momento a partir do qual a **Concessionária** estará autorizada a implementar o **Plano de Operação**, seja pela manifestação formal de não objeção, seja pela anuência tácita da **Agência**.

**8.7.** A **Agência**, quando da emissão da Manifestação de Não Objeção sobre o **Plano de Operação**, considerará em sua análise:

- (i) As disposições deste **Contrato** e de seus **Anexos**;
- (ii) As normas e manuais técnicos aplicáveis ao setor metroferroviário, em especial os expedidos pela **Agência** e pela ABNT; e
- (iii) Demais normas técnicas editadas por órgãos e entidades nacionais e internacionais de referência.

**8.8.** A objeção da **Agência** ao **Plano de Operação** deverá ser acompanhada, no mínimo, da indicação da inconformidade, erro ou falha, do respectivo fundamento técnico, com a indicação das normas técnicas desatendidas e, ainda, da correção a ser implementada pela **Concessionária**.

**8.9.** Após o recebimento da objeção da **Agência**, a **Concessionária** terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para implementar os ajustes pertinentes ao **Plano de Operação** e submetê-lo novamente à avaliação da **Agência**, que terá mais 15 (quinze) dias corridos para emitir a Manifestação de Não Objeção pertinente.

**8.10.** Em caso de inconformidades, erros, incorreções ou quaisquer falhas na elaboração do **Plano de Operação** atribuíveis à **Concessionária** ou a seus contratados responsáveis pela elaboração de qualquer parcela do **Plano de Operação**, a **Concessionária** será responsável pelos ajustes do **Plano de Operação** sem que possa arguir a seu favor o reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.



**8.11.** A Manifestação de Não Objeção emitida pela **Agência**, a resposta às consultas feitas pela **Concessionária** durante seu processo de elaboração e os esclarecimentos, complementações e modificações solicitados pela **Agência** à **Concessionária** nesse âmbito não implicam a assunção de qualquer responsabilidade técnica pela **Agência**, bem como não interferem, de qualquer forma, na alocação de riscos prevista no **Contrato**.

**8.12.** O rito geral para a aprovação do **Plano de Operação** que consta desta Cláusula é aplicável também à atualização do **Plano de Operação** para a implementação de eventuais **Investimentos Adicionais**, quando aprovados pelo **Poder Concedente**, sendo certo que a **Concessionária** não poderá dar início à execução de quaisquer obras ou intervenções de parte dos **Investimentos Adicionais** sem a prévia aprovação da atualização do **Plano de Operação** pertinente pela **Agência**.

**8.13.** A **Concessionária** poderá alterar, a qualquer tempo e quando necessário, o **Plano de Operação**, submetendo-o à avaliação da **Agência**, em conformidade com o rito descrito neste **Contrato**, para substituição de melhorias complexas e onerosas por outras, desde que preservem o mesmo grau de qualidade.

## **9. DIRETRIZES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO**

### **9.1. DIRETRIZES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**9.1.1.** É obrigação da **Concessionária** prestar os **Serviços**, por si ou por meio de terceiros, por sua conta e risco, em integral atendimento aos **Parâmetros de Desempenho** e demais exigências mínimas estabelecidas no **Contrato**, notadamente no **Anexo 1**.

**9.1.2.** A **Concessionária** deverá implantar, no prazo máximo de 02 (dois) anos contados do início da **Operação Comercial da Rede Metroferroviária**, um sistema de gestão de qualidade da prestação dos **Serviços**, com base na Norma NB-9004, da ABNT, equivalente à Norma ISO 9004, da *International Standards Organization*, e suas atualizações.

**9.1.3.** O sistema de gestão de qualidade a ser implantado pela **Concessionária** conforme a Subcláusula anterior, a ser acompanhado permanentemente pela **Agência**, deverá contemplar o Manual de Qualidade especificado na Norma NB-9004, incluindo

medidas que assegurem um processo continuado de atualização técnica e tecnológica de produtos e serviços relacionados à **Concessão**, bem como o desenvolvimento de recursos humanos.

**9.1.4.** A **Concessionária** deverá realizar:

(i) Os **Investimentos Obrigatórios**, em atenção aos elementos mínimos do **Anexo 1** e ao conteúdo do **Plano de Transição** e do **Plano de Operação**; e

(ii) Todas as intervenções de engenharia necessárias ao cumprimento dos **Parâmetros de Desempenho** e demais especificações técnicas mínimas estabelecidas neste **Contrato** e seus **Anexos**.

**9.1.5.** A **Concessionária** declara e garante ao **Poder Concedente** que a qualidade da prestação dos **Serviços** é, e sempre será, suficiente e adequada ao cumprimento do **Contrato**, responsabilizando-se integralmente por qualquer desconformidade com os **Parâmetros de Desempenho** e especificações técnicas mínimas estabelecidas neste **Contrato** e em seus **Anexos**, observados os termos deste **Contrato** e da legislação aplicável.

## **9.2. COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**9.2.1.** Para o atendimento ao **Contrato**, a **Concessionária** deverá prestar os **Serviços** em cumprimento aos **Parâmetros de Desempenho**, às **Diretrizes para Transporte Coletivo de Passageiros**, ao **Anexo 1**, ao **Plano de Operação** e às demais especificações técnicas mínimas.

**9.2.2.** Os **Serviços** executados serão recebidos pelo **Poder Concedente** na forma deste **Contrato**, sendo que o **Poder Concedente** rejeitará, no todo ou em parte, o **Serviço** executado em desconformidade com o **Contrato**, os elementos mínimos indicados no **Anexo 1**, as **Diretrizes para Transporte Coletivo de Passageiros**, as normas técnicas aplicáveis à prestação dos **Serviços** ou, ainda, com as normas técnicas editadas pela ABNT.

## 10. DECLARAÇÕES

**10.1.** A **Concessionária** declara que obteve, por si ou por terceiros, todas as informações necessárias ao cumprimento de suas obrigações contratuais.

**10.2.** A **Concessionária** não será de qualquer maneira liberada de suas obrigações contratuais, tampouco terá direito a ser indenizada pelo **Poder Concedente**, em razão de qualquer informação incorreta ou insuficiente que obtenha, reconhecendo que era sua a incumbência de fazer seus próprios levantamentos para verificar a adequação e a precisão de qualquer informação que lhe foi fornecida.

## 11. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO

**11.1.** A **Concessionária** deverá prestar e manter, em favor do **Poder Concedente**, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a **Garantia de Execução do Contrato de Concessão** nos montantes indicados na tabela abaixo:

MARCO	VALOR
Da data de assinatura deste <b>Contrato</b> até a comprovação de conclusão da totalidade dos <b>Investimentos Principais</b> , nos termos da Cláusula 16.3.17	R\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais), correspondente a cerca de 10% (dez por cento) da totalidade dos <b>Investimentos Obrigatórios</b> a serem realizados pela <b>Concessionária</b> para a execução do <b>Contrato</b>
Entre a comprovação de conclusão da totalidade dos <b>Investimentos Principais</b> , nos termos da Cláusula 16.3.17, até 6 (seis) meses após o encerramento do <b>Prazo da Concessão</b> .	R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), correspondente a cerca de 5% (cinco por cento) da totalidade dos <b>Investimentos Obrigatórios</b> a serem realizados pela <b>Concessionária</b> para execução do <b>Contrato</b>

**11.2.** Caso sejam autorizados **Investimentos Adicionais**, o **Poder Concedente** poderá demandar o incremento da **Garantia de Execução do Contrato** pela **Concessionária**, em montante proporcional ao valor total destes investimentos, de forma a manter a proporção de 5% (cinco por cento) dos investimentos, incluindo os **Investimentos Obrigatórios** e os **Investimentos Adicionais**.

**11.3.** Os valores previstos acima estão referenciados na **Data-Base**, devendo a **Concessionária** assegurar que a **Garantia de Execução do Contrato** será reajustada anualmente, na mesma data e pelo mesmo meio de reajuste da **Tarifa de Remuneração**.

**11.4.** A **Concessionária** permanecerá responsável pelo cumprimento de suas obrigações contratuais, incluindo o pagamento de eventuais multas e indenizações, independentemente da utilização da **Garantia de Execução do Contrato** pelo **Poder Concedente**, descontando-se delas os valores das multas e indenizações.

**11.5.** A **Garantia de Execução do Contrato**, a critério da **Concessionária**, poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades:

- (i) Caução, em dinheiro ou em títulos da dívida pública federal;
- (ii) Fiança bancária, na forma do modelo que integra o **Anexo 3-A**; ou
- (iii) Seguro-garantia cuja apólice deve observar, no mínimo, o conteúdo do **Anexo 3-B**.

**11.6.** As cartas de fiança bancária e apólices de seguro-garantia deverão ter vigência mínima de 1 (um) ano a contar da data da assinatura do **Contrato**, sendo de inteira responsabilidade da **Concessionária** mantê-las em plena vigência, de forma ininterrupta, durante todo o **Prazo da Concessão**, devendo, para tanto, promover as renovações e atualizações que forem necessárias.

**11.7.** Qualquer modificação ao conteúdo da carta de fiança bancária ou do seguro-garantia deve ser previamente submetida à aprovação do **Poder Concedente**.

**11.8.** A **Concessionária** deverá encaminhar ao **Poder Concedente**, na forma da regulamentação vigente, documento comprobatório de que as cartas de fiança bancária ou apólices dos seguros-garantia foram renovadas e tiveram seus valores reajustados na forma da Subcláusula 11.3, em até 10 (dez) dias úteis contados da formalização da contratação, renovação, substituição ou alteração do instrumento da **Garantia de Execução do Contrato**.

**11.9.** Se prestada por títulos da dívida pública do Tesouro Nacional, a **Garantia de Execução do Contrato** deverá ser prestada pelo valor nominal dos títulos, não podendo esses estar onerados com cláusula de impenhorabilidade, inalienabilidade, intransferibilidade ou aquisição compulsória.

**11.10.** Os títulos da dívida pública ofertados deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, com cotação de mercado e acompanhados de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e ao valor.

**11.11.** Somente serão aceitos os seguintes títulos da dívida pública federal:

- (i) Letras do Tesouro Nacional – LTN;
- (ii) Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT;
- (iii) Notas do Tesouro Nacional Série B Principal – NTN-B Principal;
- (iv) Notas do Tesouro Nacional Série C – NTN-C; e
- (v) Notas do Tesouro Nacional Série F – NTN-F.

**11.12.** A **Garantia de Execução Contratual** não poderá conter quaisquer ressalvas que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade, observadas as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de seguros no Brasil, se ofertada na modalidade de seguro-garantia.

**11.13.** Sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste **Contrato de Concessão** e na regulamentação vigente, a **Garantia de Execução do Contrato** poderá ser executada, total ou parcialmente:

- (i) No caso de a **Concessionária** não realizar **(i.1)** os **Investimentos Obrigatórios**; **(i.2)** as intervenções necessárias ao atendimento dos **Parâmetros de Desempenho**, incluindo aquelas constantes do **Plano de Operação**; ou, ainda, **(i.3)** no caso de realizá-las em desconformidade com o estabelecido pelo **Poder Concedente** ou pela **Agência**, conforme o caso;
- (ii) No caso de a **Concessionária** não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma do **Contrato** e de regulamentos do **Poder Concedente** e da **AGÊNCIA**, conforme aplicáveis;

(iii) No caso de devolução de **Bens Reversíveis** ao **Poder Concedente**, quando da extinção deste **Contrato de Concessão**, em desconformidade com as exigências estabelecidas no **Contrato**, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento dos **Parâmetros de Desempenho** e demais exigências estabelecidas pelo **Poder Concedente** e pela **AGÊNCIA**;

(iv) No caso de a **Concessionária** não efetuar, no prazo devido, o pagamento da verba de fiscalização, nos termos da Subcláusula 14.12;

(v) No caso de a **Concessionária** não efetuar, no prazo devido, o pagamento de quaisquer outras indenizações ou obrigações pecuniárias de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** que se relacionem à **Concessão**; ou

(vi) No caso de a **Concessionária** não adotar providências para sanar o inadimplemento de obrigação legal, contratual ou regulamentar, sem qualquer outra formalidade além do envio de notificação pelo **Poder Concedente** ou pela **Agência** nesse sentido, na forma da regulamentação vigente, o que não eximirá a **CONCESSIONÁRIA** das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo **Contrato**.

**11.14.** Sempre que o **Poder Concedente** executar a **Garantia de Execução do Contrato**, a **Concessionária** deverá proceder à recomposição de seu montante integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de execução, sendo que, durante este prazo, a **CONCESSIONÁRIA** não estará eximida das responsabilidades que lhe são atribuídas pelo **Contrato**, excetuadas aquelas cobertas pelo referido valor.

## **12. DIREITOS DOS USUÁRIOS**

**12.1.** Sem prejuízo de outros direitos e obrigações previstos em lei, regulamentos baixados pelo **Poder Concedente** e outros diplomas legais e normativos aplicáveis, são direitos dos usuários da **Rede Metroferroviária**:

(i) Obter e utilizar o **Serviço de Transporte Metroferroviário**, mediante o pagamento da **Tarifa Pública**, observadas as normas emitidas pelo **Poder Concedente**;

(ii) Receber do **Poder Concedente** e da **Concessionária** informações para uso correto do **Serviço de Transporte Metroferroviário** e para defesa de interesses individuais ou coletivos no âmbito da **Rede**;

(iii) Informar ao **Poder Concedente** e à **Concessionária** das irregularidades relacionadas à **Rede Metroferroviária** de que tenham conhecimento; e

(iv) Comunicar às demais autoridades competentes dos atos ilícitos ou irregularidades que sejam praticados pela **Concessionária** na prestação dos **Serviços**.

**12.2.** Sem prejuízo do disposto na Subcláusula 4.1.9 (iv) e (v), a **Concessionária** se obriga a manter, durante todo o **Prazo da Concessão**, em sua estrutura organizacional, um setor para cuidar exclusivamente das relações com os usuários da **Rede Metroferroviária**.

### **13. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

**13.1.** Durante o **Prazo da Concessão** e sem prejuízo das demais obrigações de prestar as informações estabelecidas no **Contrato** ou na legislação e regulamentação aplicáveis, a **Concessionária** deverá:

**13.1.1.** Dar conhecimento imediato ao **Poder Concedente** e à **Agência** de todo e qualquer fato que altere de modo relevante o desenvolvimento normal da **Concessão**, sendo seu dever, também, apresentar, por escrito e no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da ocorrência, um relatório detalhado sobre o fato em referência, incluindo, se for o caso, pareceres técnicos, com as medidas tomadas para sanar o problema;

**13.1.2.** Permitir livre acesso do **Poder Concedente** e da **Agência** às suas dependências e aos **Bens da Concessão**, com a finalidade de fiscalização da prestação dos **Serviços**;

**13.1.3.** Apresentar ao **Poder Concedente** e à **Agência**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, informações adicionais ou complementares que esses venham formalmente a solicitar;

**13.1.4.** Apresentar à **Agência**, mediante solicitação desta, quaisquer documentos ou informações, bem como quaisquer decisões, produzidos em processos judiciais ou arbitrais, ainda quando atribuído caráter sigiloso aos documentos, aos processos e/ou às informações, hipótese na qual será realizada a transferência do sigilo a quem acessá-la, contanto que sejam relacionados, direta ou indiretamente, às atividades executadas pela **Concessionária** no âmbito do **Contrato**, ainda que não tenha o **Poder Concedente** ou a **Agência** como partes;

**13.1.5.** Realizar, em observância à Subcláusula 4.1.9, o monitoramento permanente da quantidade de passageiros transportados na **Rede Metroferroviária**, bem como das demais medições feitas nos locais da **Rede**, necessárias à apuração do cumprimento das obrigações assumidas no âmbito deste **Contrato** e à avaliação do atendimento aos **Parâmetros de Desempenho**;

**13.1.6.** Manter, a partir da **Data de Assunção** e até o término do **Prazo da Concessão**, base de dados atualizada sobre os hábitos de consumo dos **Usuários** da **Rede Metroferroviária**, em Plataforma CRM (“*Customer Relationship Management*”), acessível ao **Poder Concedente** e à **Agência**, observada a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

**13.1.7.** Realizar pesquisa do nível de satisfação dos **Usuários** da **Rede Metroferroviária** conforme os prazos e procedimentos previstos no **Anexo 2-B** do **Contrato** e manter os resultados permanentemente à disposição do **Poder Concedente** e da **Agência**;

**13.1.8.** Manter registro de todas as reclamações recebidas dos **Usuários**, acessíveis ao **Poder Concedente** e à **Agência**, a partir da **Data de Assunção**, bem como disponibilizar anualmente, conforme os prazos previstos no **Anexo 2-B** do **Contrato**, relatório com a indicação dos principais motivos de contato dos **Usuários** por meio dos canais de atendimento oferecidos pela **Concessionária** e as providências tomadas pela **Concessionária** para solucionar ou mitigar os problemas relatados;

**13.1.9.** Apresentar anualmente à **Agência**, em até 30 (trinta) dias corridos após o final de cada ano-calendário, a partir da **Data de Assunção**, relatório anual com informações detalhadas relativas à execução do **Contrato** no ano-calendário imediatamente anterior, devendo dispor sobre:

(i) As estatísticas relacionadas à quantidade de passageiros transportados no ano encerrado, aos atrasos de viagens e aos acidentes ocorridos na **Rede Metroferroviária**, com análise de pontos críticos e medidas saneadoras implementadas, ou a serem implementadas, observado o disposto na Subcláusula 4.1.9;

(ii) O estado de conservação da **Rede Metroferroviária**;

(iii) A qualidade ambiental ao longo da **Rede Metroferroviária**, bem como os impactos ambientais decorrentes da prestação dos **Serviços**;



(iv) A prestação dos **Serviços**, especificando, dentre outros aspectos, a forma observada em tal prestação, os resultados da exploração da **Rede Metroferroviária** e a programação e execução financeira da **Concessão**; e

(v) Auditoria patrimonial completa dos **Bens da Concessão**, de acordo com as normas de contabilidade brasileiras e/ou com regulamentação expedida pela **Agência**, incluindo a descrição de suas condições e de seus valores, atualizando as informações indicadas no **Termo de Aceitação Definitiva** com as alterações, alienações, substituições e aquisições realizadas pela **Concessionária** nos **Bens da Concessão** desde a emissão do último termo/relatório.

**13.1.10.** O relatório indicado na Cláusula 13.1.9 deverá destacar, entre os **Bens da Concessão**, todos aqueles que são considerados como **Bens Reversíveis**, nos termos da Cláusula 5.1.5 deste **Contrato**, bem como suas respectivas informações, estado de conservação, vida útil e outras informações técnicas relevantes, a fim de possibilitar o seu devido acompanhamento pela **Agência** e pelo **Poder Concedente**.

**13.1.11.** O relatório indicado na Cláusula 13.1.9 deverá ser previamente submetido à análise e aprovação do(s) **Verificador(es) Independente(s)** antes de ser enviado à **Agência** no prazo acima previsto, sobretudo para validação e confirmação das informações e avaliações relativas aos itens (i), (ii) e (v) da Cláusula 13.1.9, acima.

**13.1.12.** A **Agência** poderá solicitar a qualquer tempo ajustes, esclarecimentos e/ou complementações ao relatório indicado na Cláusula 13.1.9, acima, quando necessários para a adequada e completa compreensão do conteúdo nele indicado. O silêncio ou a solicitação de ajustes, esclarecimentos e/ou complementações da **Agência** após o recebimento do relatório não implicará de nenhuma forma a concordância com o seu conteúdo. Havendo qualquer divergência entre as **Partes** sobre os resultados e avaliações indicadas no relatório, as **Partes** poderão fazer uso dos métodos de resolução de controvérsias previstos na Cláusula 36 deste **Contrato**.

**13.1.13.** Apresentar à **Agência**, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data limite para realização da assembleia geral ordinária, as demonstrações financeiras completas, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente, de acordo com as normas de contabilidade brasileiras e/ou com regulamentação expedida pela **Agência**, com destaque para as seguintes informações, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano anterior:

(i) Operações com **Partes Relacionadas**;

- (ii) Depreciação e amortização de ativos;
- (iii) Provisão para contingências (cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais ou administrativas);
- (iv) Relatório da administração;
- (v) Parecer dos auditores externos e, se houver, do conselho fiscal; e
- (vi) Declaração da **Concessionária** contendo o valor do seu capital social integralizado e as alterações na sua composição societária.

**13.1.14.** Apresentar à **Agência**, em até 30 (trinta) dias após o término de cada trimestre do ano-calendário, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela **Concessionária**, correspondentes ao trimestre anterior; e

**13.1.15.** Manter cadastro atualizado dos responsáveis técnicos pela execução do **Plano de Operação**.

**13.2.** A totalidade dos relatórios, documentos e informações previstos nesta Cláusula e outros expressamente previstos neste **Contrato** ou eventualmente solicitados pela **Agência** no exercício da fiscalização deverão integrar banco de dados, em base eletrônica, conforme padrão mínimo determinado pela **Agência**; a **Concessionária** deverá disponibilizar acesso ao referido banco de dados à **Agência** e ao **Poder Concedente** em até 30 (trinta) dias contados da emissão da **Ordem de Assunção**, ou concomitantemente com a data de emissão das primeiras informações exigidas nesta Cláusula, o que ocorrer primeiro.

**13.3.** Todos os dados necessários para a verificação dos **Parâmetros de Desempenho** deverão estar disponíveis no banco de dados indicado na Subcláusula 13.2 acima.

**13.4.** À **Agência** será assegurado o acesso irrestrito e em tempo real ao banco de dados referido na Subcláusula 13.2.

**13.5.** As vias originais dos relatórios previstos nesta Cláusula, após apresentadas à **Agência**, serão arquivadas na sede da **Concessionária**, que deverá mantê-las em arquivo por um prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

**13.6.** As informações previstas na Cláusula 13.1.6 e eventuais outros dados pessoais dos **Usuários da Rede Metroferroviária** tratados pela **Concessionária** deverão integrar banco de dados específico conforme previsto naquela Cláusula, devendo a **Concessionária** assegurar pleno atendimento à Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), observando-se ainda que:

(i) A **Concessionária** deve notificar imediatamente a **Agência** sobre a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais e informar as medidas de mitigação e reparação adotadas;

(ii) Caso seja necessária a transferência internacional de dados pessoais para o cumprimento deste **Contrato**, a **Concessionária** deverá implementar as medidas de segurança necessárias para a garantir da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados pessoais transferidos, para atendimento do disposto pelo artigo 33 da referida Lei, e solicitar prévia anuência da **Agência**; e

(iii) Ao final do **Prazo da Concessão**, os dados pessoais a que a **Concessionária** tiver acesso, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste **Contrato**, e que ainda estejam em poder da **Concessionária**, serão integralmente disponibilizados ao **Poder Concedente** de forma imediata, ou, mediante justificativa, em até 30 (trinta) dias da data de extinção do **Contrato**, não podendo a **Concessionária** permanecer, em nenhuma hipótese, em poder de tais dados pessoais, sendo que a **Concessionária** deverá notificar por escrito à **Agência** sobre o cumprimento dessa obrigação; e

(iv) Eventual uso de dados pessoais para exploração de **Receitas Extraordinárias**, mesmo de forma não onerosa, deverá ser objeto de prévia não objeção pela **Agência**.

**13.7.** A **Agência** deverá dar ciência ao **Poder Concedente** de todas as informações, incluindo relatórios e documentos, recebidas nos termos desta Cláusula 13.

**13.8.** A **Concessionária** deverá obedecer às boas práticas de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme estabelecido pela **Agência**.

## 14. FISCALIZAÇÃO

**14.1.** Os poderes de fiscalização da execução do **Contrato** serão exercidos pela **Agência**, que terá, no exercício de suas atribuições, livre acesso, em qualquer época, aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros atinentes à **Concessão** e à prestação dos **Serviços**, assim como aos **Bens da Concessão**.

**14.2.** Os órgãos de fiscalização e controle da **Agência** são responsáveis pela supervisão, pela inspeção e pela auditoria do **Contrato**, bem como pela avaliação do desempenho da **Concessionária**, que poderão ser realizadas a qualquer tempo.

**14.2.1** A **Agência** contará com o apoio do **Verificador Independente** e do **Certificador Independente** na fiscalização referente às matérias submetidas à atuação destas entidades por este **Contrato**, cujas manifestações, entendimentos e opiniões serão recomendatórios para a **Agência**, que poderá deles divergir de modo fundamentado em suas decisões atinentes à fiscalização do **Contrato**.

**14.3.** As determinações que vierem a ser emitidas no âmbito das fiscalizações previstas serão imediatamente aplicáveis e vincularão a **Concessionária**, sem prejuízo do recurso eventualmente cabível e de eventual suspensão liminar de tal exigibilidade, nos casos de irreversibilidade dos resultados.

**14.4.** A fiscalização da **Agência** anotará em termo próprio para registro as ocorrências apuradas, encaminhando-o formalmente à **Concessionária** para regularização das faltas ou defeitos verificados.

**14.5.** A não regularização das faltas ou defeitos indicados no termo próprio para o registro de ocorrências, nos prazos regulamentares, configurará infração contratual e ensejará a lavratura de **Auto de Infração**, que será enviado para ciência do **Poder Concedente**.

**14.6.** A violação, pela **Concessionária**, de preceito legal, contratual ou de determinação do **Poder Concedente** ou da **Agência** implicará a lavratura do devido **Auto de Infração**, na forma regulamentar, sendo o fato igualmente levado ao conhecimento do **Poder Concedente**, por meio formal.

**14.7.** Recebidos os **Autos de Infração** ou notificações expedidos pela **Agência**, a **Concessionária** poderá exercer o direito de defesa na forma da regulamentação vigente.

**14.8.** Caso a **Concessionária** não cumpra determinações da **Agência** no âmbito da fiscalização, assistirá à **Agência** a faculdade de proceder à correção da situação, diretamente ou por intermédio de terceiro, correndo os custos por conta da **Concessionária**.

**14.9.** A **Concessionária** será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os **Serviços e Investimentos** nos quais forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes de falhas de execução ou de deficiência de materiais empregados, nos prazos fixados pela **Agência**.

**14.10.** A **Agência** poderá exigir que a **Concessionária** apresente um plano de ação visando reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir qualquer **Serviço** ou **Investimento** realizado de maneira viciada, defeituosa ou incorreta, fixando prazo para tanto.

**14.11.** A **Agência** realizará, até 1 (um) ano antes do encerramento do **Prazo da Concessão**, uma fiscalização detalhada e específica para avaliar a condição dos **Bens Reversíveis**, inclusive em relação ao cumprimento dos **Parâmetros de Desempenho**.

**14.12.** A **Concessionária** deverá recolher à **Agência**, ao longo de todo o **Prazo da Concessão**, a verba de fiscalização anual que será destinada à cobertura de despesas da **Agência** com a regulação e fiscalização da **Concessão**, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total, anual, da **Receita Tarifária** arrecadada pela **Concessionária**, vedando-se repassá-la ao consumidor final sob quaisquer justificativas, nos termos do artigo 17, inciso I da Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003; do artigo 3º, inciso I do Decreto Estadual nº 30.200, de 09 de fevereiro de 2007; e conforme a sistemática disposta pela Lei Estadual nº 11.921, de 29 de dezembro de 2000 (a “**Taxa de Fiscalização**”).

**14.13.** O pagamento da **Taxa de Fiscalização** far-se-á anual e diretamente à **Agência** pela **Concessionária**, de acordo com a **Regulamentação Específica** e demais normas e instruções complementares expedidas pela **Agência**.

## **15. VALOR DO CONTRATO E REMUNERAÇÃO**

### **15.1. VALOR DO CONTRATO**

**15.1.1** Tendo como referência a **Data-Base**, o valor do **Contrato** é de R\$ 9.140.030.000,00 (nove bilhões, cento e quarenta milhões e trinta mil reais), correspondente ao somatório das receitas totais projetadas provenientes da exploração da **Concessão**, a preços constantes.

**15.1.2** O valor contemplado na Subcláusula 15.1.1, acima tem efeito meramente indicativo, não podendo ser utilizado por nenhuma das **PARTES** para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.

### **15.2. COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

**15.2.1** A **Concessionária** será remunerada mediante a **Receita de Remuneração**, calculada pelo produto da **Tarifa de Remuneração** pelo número de **Usuários** transportados a cada mês civil, e que será custeada pela **Receita Tarifária** arrecadada pela **Concessionária** e pela **Contraprestação Pública**, podendo ser tais valores somados às **Receitas Extraordinárias**, nos termos estabelecidos neste **Contrato** e na regulamentação do **Poder Concedente**.

**15.2.2** Considera-se “número de **Usuários** transportados”, para efeitos da Cláusula acima, todos os **Usuários** que utilizem a **Rede Metroferroviária**, de forma indistinta, incluindo **Usuários** pagantes e não pagantes, conforme a política pública tarifária estabelecida pelo **Poder Concedente**, bem como **Usuários** que realizem viagem unicamente na **Rede** ou viagem integrada com utilização conjunta de qualquer outro modo integrante dos **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR**.

### **15.3. TARIFA PÚBLICA**

**15.3.1** Para os fins deste **Contrato**, a **Tarifa Pública** corresponde ao preço público que os usuários devem pagar para realização de viagens na **Rede Metroferroviária**, obedecendo ao(s) valor(es) fixado(s) pelo **Poder Concedente**, consideradas eventuais isenções e gratuidades instituídas, que correrão à conta do **Poder Concedente**.

**15.3.2** As receitas oriundas da cobrança de **Tarifa Pública** serão arrecadadas diretamente pela **Concessionária** ou repassadas por meio dos sistemas de bilhetagem eletrônica que vierem a ser aceitos pela **Concessionária**, sempre de acordo com normas expedidas pelo **Poder Concedente** ou pela **Agência**.

**15.3.3** Os meios de pagamento disponibilizados aos usuários da **Rede Metroferroviária** para aquisição de créditos de viagens diretamente na **Rede** correspondem a créditos eletrônicos gravados em bilhetes magnéticos e em cartões inteligentes, ou outros mais modernos eventualmente disponíveis no mercado, os quais são distribuídos e comercializados sob a forma de produtos tarifários instituídos pelo **Poder Concedente**.

**15.3.4** Os valores em espécie, arrecadados diariamente por meio da cobrança de **Tarifa Pública** nas estações da **Rede Metroferroviária** e nos **Terminais Metroferroviários** designados pelo **Poder Concedente** permanecerão na posse da **Concessionária**, a título de pagamento antecipado de parte de sua **Remuneração**.

**15.3.5** A remissão das receitas arrecadadas por meio da cobrança eletrônica de **Tarifa Pública**, a partir de viagens realizadas diretamente na **Rede Metroferroviária** será realizada em proveito da **Concessionária** nos termos do **Convênio de Cooperação Técnica e Financeira** ou de eventual instrumento que venha a sucedê-lo, no caso do **SCBE**, e/ou conforme os termos de eventual sistema de bilhetagem eletrônica que venha a ser implantado pela **Concessionária**.

**15.3.6** A repartição das receitas arrecadadas por meio da cobrança eletrônica mediante uso do **VEM** ou do pagamento em dinheiro da **Tarifa Pública** para realização de viagens em integração com o **Sistema Estrutural Integrado** do **STPP/RMR** será feita de modo que seja destinada à **Concessionária** a totalidade dos valores arrecadados diretamente nos **Terminais Metroferroviários** a título da **Tarifa Pública** cobrada por viagens realizadas na **Rede** com integração ao **SEI**, conforme a disciplina do **Convênio de Cooperação Técnica e Financeira**.

**15.3.7** A **Concessionária** poderá reter parcela ou a totalidade dos valores arrecadados a título de **Tarifa Pública** nos **Terminais Metroferroviários** por viagens realizadas exclusivamente no **SEI** como forma de compensação, se cabível, pelos valores arrecadados pelas operadoras do **SEI** em seus terminais por viagens realizadas exclusivamente na **Rede Metroferroviária**, conforme previsto pelo **Convênio de Cooperação Técnica e Financeira**.

**15.3.8** A repartição das receitas arrecadadas por meio da cobrança eletrônica mediante uso do **VEM** ou do pagamento em dinheiro da **Tarifa Pública** para realização de viagens em integração com o **Sistema Complementar** do **STPP/RMR** será feita de modo que seja destinada à **Concessionária** a integralidade dos valores por ela diretamente arrecadados nos **Terminais Metroferroviários** a título de **Tarifa Pública** cobrada por

viagens realizadas na **Rede** com integração ao **Sistema Complementar**, conforme a disciplina do **Convênio de Cooperação Técnica e Financeira**.

**15.3.9** O **Convênio de Cooperação Técnica e Financeira** deverá ser aditado para refletir a assunção da operação da **Rede** pela **Concessionária**, que deverá indicar representantes para atuar como gestor e fiscal do **Convênio de Cooperação Técnica e Financeira**, de acordo com a Cláusula 6ª daquele instrumento.

**15.3.10** Os critérios de repartição de receitas tarifárias entre o **SEI** e o **Sistema Estadual de Transporte Metroferroviário** ou entre o **Sistema Complementar** e o **Sistema Estadual de Transporte Metroferroviário** poderão ser alterados por aditamento ao **Convênio de Cooperação Técnica e Financeira** ou pela celebração de um novo instrumento que o substitua, desde que, em todo caso, essas alterações sejam autorizadas pelo **Poder Concedente** e seja assegurado o equilíbrio econômico-financeiro da **Concessão**.

**15.3.11** Caso novos modos de transporte dos **Sistemas de Transporte Público Coletivo da RMR** passem a operar em integração tarifária com a **Rede Metroferroviária**, ou sejam alteradas as previsões normativas aplicáveis à repartição de receitas entre os modos metroferroviário e rodoviário do **STPP/RMR**, o **Poder Concedente** deverá assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.

**15.3.12** Para fins desse **Contrato**, somente serão considerados **Usuários** transportados em viagens integradas no âmbito da **Rede** aqueles que façam uso das linhas abarcadas pelo objeto do presente **Contrato**.

#### **15.4. TARIFA DE REMUNERAÇÃO**

**15.4.1** A **Tarifa de Remuneração** constitui o valor por passageiro transportado a que a **Concessionária** faz jus pela prestação dos **Serviços** e que preserva o equilíbrio econômico-financeiro da **Concessão**, e que na **Data-Base** corresponde a R\$ [•] ([•] reais).

**15.4.2** O produto da **Tarifa de Remuneração** pelo número de **Usuários** transportados na **Rede Metroferroviária** ao longo de um mês civil resultará na **Receita de Remuneração** a que faz jus a **Concessionária** pela prestação dos **Serviços** durante esse período.



**15.4.3** A cada mês civil, o descasamento a menor entre o total dos valores arrecadados pela **Concessionária** a título de **Receita Tarifária** em relação ao valor a que faria jus pela prestação dos **Serviços** com base na **Tarifa de Remuneração**, que constitui o **Déficit de Arrecadação**, será pago pelo **Poder Concedente** na forma de **Contraprestação Pública**, observada eventual dedução decorrente da incidência dos **Parâmetros de Desempenho**, nos termos previstos no **Anexo 2-B do Contrato**.

**15.4.4** Caso seja constatado, em algum mês civil, o descasamento a maior entre o total dos valores arrecadados pela **Concessionária** a título de **Receita Tarifária** em relação ao valor a que faria jus pela prestação dos **Serviços** com base na **Tarifa de Remuneração**, o **Poder Concedente** fará registrar, em conta gráfica criada especificamente para essa finalidade, o montante positivo, o qual será considerado no próximo mês em que houver descasamento a menor entre esses valores, na forma da Subcláusula 15.4.3 acima, para abatimento proporcional do valor devido pelo **Poder Concedente** a título de **Contraprestação Pública**.

**15.4.5** Quando do início do último ano de vigência da **Concessão**, e mensalmente até o término da **Concessão**, o **Poder Concedente** deverá verificar a existência ou não de saldos positivos na conta gráfica mencionada na Subcláusula 15.4.4 acima, sendo que, caso haja, deverá ser conduzida uma revisão contratual para que referido saldo positivo seja abatido da **Remuneração** da **Concessionária** e seja completamente extinto até a data de encerramento da **Concessão**.

**15.4.6** A **Concessionária** submeterá ao **Verificador Independente**, mensalmente, a memória de cálculo do **Déficit de Arrecadação** ou de eventual superávit, na forma da Subcláusula 15.6, abaixo.

## **15.5. REAJUSTE DA TARIFA DE REMUNERAÇÃO**

**15.5.1** O valor da **Tarifa de Remuneração** será reajustado anualmente, sempre quando concluído 1 (um) novo ciclo anual contado a partir da **Data-Base**, de acordo com o seguinte índice de reajuste:

$$\text{Reajuste} = i_1 * A + i_2 * B$$

Em que:

$i_1$  = índice acumulado anual do **IPCA**.

A = 80%.

$i_2$  = índice acumulado anual do **IGP-M**.

$B = 1 - A = 20\%$ .

**15.5.2** O cálculo do reajuste anual deverá sempre considerar a variação percentual anual verificada entre os números-índice do **IPCA** e do **IGP-M** correspondentes ao mês anterior à **Data-Base**, de um lado, e os números-índice do **IPCA** e do **IGP-M** correspondentes ao mês anterior ao mês de aniversário da **Data-Base** em cada ano-calendário do **Prazo da Concessão**, de outro lado.

**15.5.3** O valor reajustado da **Tarifa de Remuneração** deverá ser calculado pela **Concessionária** a cada ano contado da **Data-Base**, conforme a fórmula descrita na Subcláusula 15.5.1, e comunicado até o final do mês-calendário de cada aniversário da **Data-Base** ao **Poder Concedente**, que deverá se pronunciar acerca dos cálculos de reajuste realizados pela **Concessionária** até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, e os encaminhar para homologação pela **Agência**.

**15.5.4** A **Agência** terá até o final do mês-calendário subsequente ao mês de aniversário da **Data-Base** para se manifestar sobre os cálculos recebidos e homologá-los, de modo que o valor reajustado da **Tarifa de Remuneração** possa começar a ser considerado e aplicado pela **Concessionária** nos cálculos da **Receita de Remuneração** pertinente ao mês subsequente ao mês de aniversário da **Data-Base**, conforme a sistemática prevista na Cláusula 15.6.3.1, abaixo.

**15.5.5** Não tendo o **Poder Concedente** ou a **Agência** se manifestado dentro dos prazos indicados nas Subcláusulas acima, poderá o reajuste da **Tarifa de Remuneração** ser implantado automaticamente pela **Concessionária**, sem a necessidade de manifestação pelo **Poder Concedente** ou homologação pela **Agência**, sendo certo que, em caso de erro da **Concessionária** na aplicação da fórmula acima, deverá a **Agência** determinar as correções necessárias, sem a aplicação de sanções.

**15.5.6** Sem prejuízo da Subcláusula 15.5.5 acima, o **Poder Concedente** deverá implementar, na data de sua homologação, o valor da **Tarifa de Remuneração** reajustado nos termos acima ou resultante de processo de reequilíbrio econômico-financeiro, conduzido conforme a Cláusula 20, e será responsável por compensar a **Concessionária** por quaisquer prejuízos incorridos em decorrência do atraso na implementação do novo valor da **Tarifa de Remuneração**, incluídos custos com a obtenção de capital de giro incorridos pela **Concessionária**.

**15.5.7** A **Concessionária** deverá apresentar ao **Poder Concedente**, na forma da Cláusula 15.5.2 acima, com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias contados até a data prevista para a emissão da **Ordem de Assunção**, os seus cálculos para o primeiro reajuste da **Tarifa de Remuneração**, considerando a variação dos índices de reajuste indicados na Cláusula 15.5.1 ocorrida entre a **Data-Base** e o último aniversário da **Data-Base** ocorrido até a data prevista para a emissão da **Ordem de Assunção**, de modo que todos os reajustes anuais subsequentes continuem sempre observando as datas de aniversário da **Data-Base** de cada ano-calendário da **Concessão**, nos termos previstos nas Cláusulas acima.

## **15.6. CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA**

**15.6.1** A **Concessionária** receberá mensalmente a **Contraprestação Pública** a partir do início da **Operação Comercial**, cujo valor será aquele necessário para cobrir o **Déficit de Arrecadação** verificado a cada mês civil, observada eventual dedução decorrente da incidência dos **Parâmetros de Desempenho**, na forma do **Anexo 2-B do Contrato**.

**15.6.2** As despesas referentes ao pagamento da **Contraprestação Pública** pelo **Poder Concedente** deverão correr à conta de recursos alocados nas Leis Orçamentárias Anuais por todo o **Prazo da Concessão**.

**15.6.3** Para pagamento da **Contraprestação Pública**, a **Concessionária** deverá emitir o documento de cobrança mensal contra o **Poder Concedente**, observado o seguinte procedimento:

**15.6.3.1** Após o término de cada mês civil de prestação dos **Serviços**, a partir do início da **Operação Comercial**, a **Concessionária** deverá submeter ao **Verificador Independente** e à **Agência** até o dia 7 (sete) do mês subsequente, ou, não sendo este um dia útil, até o dia útil imediatamente posterior, um relatório indicando, com referência ao mês civil anterior:

- (i) A **Receita Tarifária** arrecadada;
- (ii) O número de **Usuários** efetivamente transportados na **Rede Metroferroviária**;
- (iii) Os cálculos da **Concessionária** relativos à **Receita de Remuneração** devida pela prestação dos **Serviços**, com base no valor vigente da **Tarifa de Remuneração**;

- (iv) O **Déficit de Arrecadação** ou superávit eventualmente verificado;
- (v) As eventuais **Receitas Extraordinárias** obtidas;
- (vi) Os cálculos da **Concessionária** relativos aos Indicadores dos **Parâmetros de Desempenho** obtidos, conforme indicados no **Anexo 2-B do Contrato**;
- (vii) Os cálculos da **Concessionária** relativos à **Contraprestação Pública** devida pela prestação dos **Serviços**, observadas eventuais deduções decorrentes do Coeficiente de Mensuração de Desempenho da Concessão que tenha sido atingido pela Concessionária naquele mês, na forma do **Anexo 2-B do Contrato**, bem como de eventual compartilhamento de **Receitas Extraordinárias** com o **Poder Concedente**, na forma da Subcláusula 17.2; e
- (viii) Todos os documentos, relatórios, dados, informações e memoriais de cálculo necessários para a comprovação dos itens (i) a (vii), acima.

**15.6.3.2** No 1º (primeiro) e no último meses civis de prestação do **Serviço de Transporte Metroferroviário** pela **Concessionária**, nos termos deste **Contrato**, o relatório mensal elaborado pela **Concessionária** e os dados e cálculos indicados na Subcláusula 15.6.3.1 acima deverão contemplar somente os dias de efetiva operação da **Rede Metroferroviária** pela **Concessionária** naquele respectivo mês civil, desconsiderando os dados relativos aos dias em que a **CBTU** ainda estava incumbida da operação da **Rede**, no início da **Concessão**; e os dados relativos aos dias em que o **Poder Concedente** ou eventual operador que venha a suceder a **Concessionária** na prestação dos **Serviços** já tenha assumido a **Rede Metroferroviária**, ao término da **Concessão**.

**15.6.3.3** O **Verificador Independente** deverá emitir até o dia 14 (quatorze) de cada mês subsequente ao mês civil de referência, ou, não sendo este um dia útil, até o dia útil imediatamente posterior, um relatório aprovando os cálculos e informações apresentados pela **Concessionária** ou indicando de forma fundamentada a sua discordância, apresentando os números e indicadores que entende ser corretos com relação aos **Serviços** prestados no mês anterior, bem como a sua repercussão sobre os valores devidos à **Concessionária**.

**15.6.3.4** A **Agência** terá até o dia 21 (vinte e um) de cada mês subsequente ao mês civil de referência, ou, não sendo este um dia útil, até o dia útil imediatamente posterior, para aprovar o relatório de validação emitido pelo **Verificador Independente** ou indicar de forma fundamentada a sua discordância, apresentando os números e indicadores que

entender ser corretos com relação aos **Serviços** prestados no mês anterior, bem como a sua repercussão sobre os valores devidos à **Concessionária**.

**15.6.3.5** A ausência de manifestação formal da **Agência** no prazo previsto na Subcláusula 15.6.3.4 será reconhecida como anuência tácita ao relatório de validação apresentado pelo **Verificador Independente**.

**15.6.3.6** Após a anuência formal ou tácita da **Agência** ao relatório de validação do **Verificador Independente**, num prazo de até 2 (dois) dias úteis a **Concessionária** deverá apresentar as vias originais do documento de cobrança da **Contraprestação Pública** ao **Poder Concedente**, mediante protocolo onde conste a data de entrega.

**15.6.3.7** No documento de cobrança deverão ser indicados o número do **Contrato**, o período de apuração e o valor da **Contraprestação Pública** correspondente.

**15.6.3.8** O **Poder Concedente** efetuará o pagamento da parcela da **Contraprestação Pública** até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao recebimento do documento de cobrança emitido pela **Concessionária**, nos termos indicados pelo **Anexo 8 – Minuta de Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Garantia e Administração de Contas**.

**15.6.3.9** Em caso de atraso no pagamento da **Contraprestação Pública** pelo **Poder Concedente**, o **Poder Concedente** se compromete a realizar o pagamento acrescido de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da taxa básica de juros da economia brasileira definida pelo Comitê de Política Monetária – COPOM do Banco Central do Brasil – Taxa SELIC, a contar do encerramento do prazo previsto na Cláusula 15.6.3.8 até um dia antes da data de sua efetiva transferência à conta de livre movimentação da **Concessionária**, sem prejuízo da possibilidade de excussão da **Garantia Pública** pela **Concessionária**, nos termos da Cláusula 15.7.1, abaixo.

**15.6.3.10** Havendo divergência quanto ao valor da **Contraprestação Pública** aplicável, o **Poder Concedente** efetuará tempestivamente o pagamento da parcela incontroversa da **Contraprestação Pública**, podendo as **Partes** utilizar os mecanismos de resolução de disputas previstos no **Contrato** para arbitrar sobre eventuais parcelas remanescentes que suscitem controvérsia entre as **Partes**.

**15.6.4** A **Concessionária** deverá informar ao **Poder Concedente**, por escrito, o tipo e o número da conta corrente e o número e o nome da agência da conta de titularidade da **Concessionária** para recebimento da **Contraprestação Pública**.

## **15.7. GARANTIA DE PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA PELO PODER CONCEDENTE**

**15.7.1** Com o intuito de garantir o pagamento da **Contraprestação Pública** pelo **Poder Concedente** neste **Contrato**, o **Poder Concedente**, nos termos do artigo 8º, inciso I, da Lei Federal nº 11.079/2004, dos artigos 17, inciso I, e 17-A, ambos da Lei Estadual nº 12.765/2005, e do Decreto Estadual nº 51.029, de 22 de julho de 2021, oferece como **Garantia Pública** ao adimplemento das obrigações contraídas a transferência de recursos apartados provenientes do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), que lhe são destinados, por todo o prazo da **Concessão**, conforme sistemática prevista no **Anexo 8 – Minuta do Contrato de Nomeação de Agente de Pagamento e Garantia e Administração de Contas**.

**15.7.2** Caso por qualquer motivo fora do seu controle a **Concessionária** não obtenha sucesso, parcial ou total, na excussão da **Garantia Pública** prevista na Cláusula 15.7.1, nas hipóteses autorizadas neste **Contrato**, o **Poder Concedente** deverá proceder à imediata apresentação de uma **Garantia Pública** alternativa ou complementar, que apresente no mínimo o mesmo grau de liquidez e disponibilidade do mecanismo previsto na Cláusula 15.7.1, sem prejuízo da incidência de juros de mora pelo eventual pagamento com atraso dos valores devidos à **Concessionária**, nos termos da Cláusula 15.6.3.9 acima.

## **16. INVESTIMENTOS, PROJETOS E APORTES PÚBLICOS**

### **16.1. INVESTIMENTOS**

**16.1.1** A **Concessionária** deverá realizar os **Investimentos Obrigatórios** em conformidade com os elementos técnicos mínimos e prazos máximos de execução previstos no **Anexo 1**.

**16.1.2** As características dos **Investimentos** descritas no **Anexo 1** constituem-se em diretrizes e condições mínimas estimadas pelo **Poder Concedente** para nortear a prestação dos **Serviços**, devendo a **Concessionária** realizar seus próprios levantamentos, investigações, avaliações e estimativas com o objetivo de aferir e, se for o caso, adotar por sua conta e risco características técnicas, quantidades e qualidade superiores para permitir a adequada prestação dos **Serviços** concedidos e cumprir integralmente os **Parâmetros de Desempenho**.

**16.1.3** Os **Investimentos Obrigatórios** serão recebidos pela **Agência** na forma deste **Contrato**, sendo que a **Agência** rejeitará, no todo ou em parte, os **Investimentos**

**Obrigatórios** executados em desconformidade (i) com o **Contrato**, (ii) com os elementos técnicos mínimos previstos no **Anexo 1**, (iii) com atendimento insuficiente aos parâmetros indicados no **Anexo 2**, (iv) com as **Diretrizes para Transporte Coletivo de Passageiros**, e/ou (v) com as normas técnicas aplicáveis aos **Investimentos** e aos **Serviços**, incluindo as normas técnicas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

**16.1.4** São também obrigações da **Concessionária**:

- (i) Informar previamente aos **Usuários** sobre o cronograma das obras a serem realizadas, a fim de assegurar a previsibilidade sobre o funcionamento da **Rede**; e
- (ii) Manter atualizado arquivo técnico contendo projetos, inclusive *as built*, manuais, garantias e documentações técnicas de todas as estruturas, equipamentos e sistemas afetos à **Rede**, devendo todos os projetos técnicos serem mantidos em formato eletrônico, compatível com *software* editor de projetos disponível no mercado, e mantidos permanentemente à disposição da **Agência**, do **Verificador Independente** e do **Certificador Independente**, na forma da Cláusula 13.2.

**16.1.5** Qualquer uma das **Partes** poderá propor a realização de **Investimentos Adicionais**, na forma da Cláusula 19.4 deste **Contrato**, sendo garantida a revisão do equilíbrio econômico-financeiro deste **Contrato** sempre que a realização de quaisquer **Investimentos Adicionais** devidamente autorizados implicar alterações à equação original.

**16.1.6** A **Concessionária**, observada a legislação aplicável, fica autorizada a efetuar todas as desapropriações e a instituir servidões administrativas necessárias à execução dos **Serviços**, dos **Investimentos Obrigatórios** e de eventuais **Investimentos Adicionais**, observado que:

- (i) Caberá ao **Poder Concedente** emitir o Decreto de Utilidade Pública (“**DUP**”) das áreas apontadas pela **Concessionária** e por ele aprovadas, em tempo hábil para permitir o cumprimento adequado dos prazos definidos para a realização dos **Investimentos Obrigatórios**;
- (ii) Caberá à **Concessionária**: (a) a identificação e levantamento cadastral das áreas necessárias para a emissão do **DUP** pelo **Poder Concedente**, devendo fazê-lo em até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de emissão da **Ordem de Início**, caso constatada necessidade para realização dos **Investimentos Obrigatórios**; (b) a propositura e acompanhamento das ações judiciais e procedimentos extrajudiciais

pertinentes; e (c) a responsabilidade por realizar o pagamento dos valores das indenizações, previamente ou ao final dos referidos processos.

**16.1.7** A **Concessionária** deverá transferir ao **Poder Concedente** a titularidade das áreas desapropriadas, necessárias à realização dos serviços objeto desta **Concessão**, ao final dos respectivos processos judiciais e/ou administrativos, arcando com os respectivos custos e despesas inerentes à formalização desses atos.

**16.1.8** A **Concessionária** é responsável por promover a liberação de todas as ocupações, regulares ou irregulares, identificadas na **Rede Metroferroviária** para viabilizar a prestação dos **Serviços** e a realização dos **Investimentos Obrigatórios**, conforme as diretrizes indicadas no **Anexo 1** do **Contrato**, devendo para tanto desenvolver negociações com os ocupantes e arcar com todos os custos de indenizações, demolições e eventuais judicializações para a liberação das áreas ocupadas.

**16.1.9** Para fins do disposto na Cláusula 16.1.8, o **Poder Concedente** deverá prestar todo apoio institucional necessário à **Concessionária** para a liberação das áreas ocupadas, regular ou irregularmente, na **Rede Metroferroviária**, sobretudo nos casos em que a **Concessionária** não alcançar êxito na tentativa de desocupação amigável.

**16.1.10** A **Concessionária** deverá realizar vistoria completa de todas as áreas em que serão necessárias desocupações dentro de até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da data de emissão da **Ordem de Início**, informando ao **Poder Concedente** o cadastro das famílias e o número de pessoas a serem removidas, a localização exata das moradias e construções a serem demolidas, as indenizações negociadas, os custos com demolição estimados e os eventuais casos em que a **Concessionária** não tiver obtido êxito na negociação direta com os ocupantes e pretender ingressar com medida judicial.

**16.1.11** O **Poder Concedente** analisará em até 30 (trinta) dias as informações recebidas da **Concessionária** e a autorizará a seguir com o plano de desocupações apresentado, ou indicará no mesmo prazo, de modo justificado, os eventuais ajustes e complementações a serem considerados pela **Concessionária**, que poderá imediatamente dar início ao plano após recebimento das considerações do **Poder Concedente**.

**16.1.12** A **Concessionária** e o **Poder Concedente** deverão cooperar e envidar todos os seus esforços, cada qual no seu âmbito de atuação, para que todas as áreas necessárias da **Rede Metroferroviária** tenham sido devidamente desocupadas e liberadas até o término do 1º (primeiro) ano contado da emissão da **Ordem de Início**, a fim de não prejudicar ou atrasar a realização de qualquer parcela dos **Investimentos Obrigatórios** e demais obrigações e atividades relativas à prestação dos **Serviços** pela **Concessionária**.



**16.1.13** A **Concessionária** não será penalizada por eventual atraso na realização de qualquer parcela dos **Investimentos Obrigatórios** na hipótese em que, a despeito de ter empreendido todos os esforços exigidos neste **Contrato** para promover as desocupações necessárias, (i) a total liberação da área necessária para a execução da referida parcela dos **Investimentos Obrigatórios** não tenha sido concluída no prazo previsto na Cláusula anterior, e (ii) o atraso nessa liberação tenha comprovadamente inviabilizado o cumprimento do prazo previsto no **Anexo 1-G – Eventograma** para a conclusão do referido **Investimento Obrigatório**, sendo certo que a tolerância adicional para conclusão do respectivo marco será estritamente proporcional ao tempo de atraso verificado para a total liberação da área ocupada.

**16.1.14** Mediante a conclusão pela **Concessionária** do plano de desocupações aprovado pelo **Poder Concedente** no prazo previsto na Cláusula 16.1.12 acima, a **Concessionária** fará jus ao recebimento da totalidade dos **Aportes Públicos** relativos ao cumprimento do marco respectivo dos **Investimentos Obrigatórios** previsto para essa finalidade no **Anexo 1-G – Eventograma**, após aprovação do respectivo marco pelo **Certificador Independente** e pela **Agência**, conforme o procedimento previsto na Cláusula 16.3.

**16.1.14.1** Para obter a aprovação do **Certificador Independente** e da **Agência** acima mencionadas, a **Concessionária** deverá apresentar a essas entidades, além da demonstração de liberação das áreas, todos os comprovantes dos gastos incorridos, como notas fiscais e comprovantes de transferências, sendo certo que esses documentos servirão apenas para fins de prestação de contas e para viabilizar a devida fiscalização por essas entidades, dado que a **Concessionária** fará jus ao recebimento do exato montante de **Aportes Públicos** previsto no **Anexo 1-G** para essa finalidade.

**16.1.15** O **Poder Concedente** assume integral e exclusivamente a responsabilidade e diligenciará junto à **CBTU** para evitar e impedir novas invasões ou ocupações de terceiros, regulares ou irregulares, na **Rede Metroferroviária**, até a **Data de Assunção**.

**16.1.16** A partir da **Data de Assunção**, a **Concessionária**, no exercício da função delegada pelo **Poder Concedente** e sob sua supervisão, ficará responsável por monitorar, evitar e impedir novas invasões ou ocupações de terceiros, regulares ou irregulares, na **Rede Metroferroviária**, bem como a promover todas as desocupações que não tenham sido identificadas até a **Data de Assunção**, e que se fizerem necessárias para a devida prestação dos **Serviços** e realização dos **Investimentos Obrigatórios**, arcando com todos os custos decorrentes, por sua conta e risco e sem qualquer ressarcimento, e contando com apoio institucional do **Poder Concedente**.

## **16.2. PROJETOS**

**16.2.1** A **Concessionária** deverá elaborar os **Projetos de Engenharia** para a execução das obras da **Concessão**, em especial aquelas necessárias à realização dos **Investimentos Obrigatórios**, os quais deverão:

- (i) atender integralmente aos prazos e condições previstos neste **Contrato** e nas demais disposições técnicas e regulamentares expedidas pelo **Poder Concedente** e pela **Agência** aplicáveis ao tema;
- (ii) observar, no mínimo, os elementos e padrões de qualidade mínimos indicados no **Anexo 1**; e
- (iii) garantir a adequada prestação dos **Serviços** e o integral atendimento aos **Parâmetros de Desempenho** após a sua devida execução.

**16.2.2** Os **Projetos de Engenharia** elaborados pela **Concessionária** deverão ser submetidos à avaliação prévia do **Certificador Independente** para análise de conformidade quanto aos parâmetros acima indicados e às normas técnicas aplicáveis, devendo o **Certificador Independente** emitir sua manifestação técnica a respeito do **Projeto de Engenharia** apresentado no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento do **Projeto de Engenharia** encaminhado pela **Concessionária**.

**16.2.3** A **Agência** deverá manifestar a sua não objeção aos **Projetos de Engenharia** da **Concessionária** ou apontar as falhas, inconsistências ou erros a serem corrigidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento de toda a documentação pertinente pela **Concessionária** e da manifestação técnica do **Certificador Independente**, mantida, em todo caso, a responsabilidade única e exclusiva da **Concessionária** pela prestabilidade dos respectivos **Projetos de Engenharia** e das obras subsequentes para a realização dos **Investimentos Obrigatórios** e prestação dos **Serviços** em atendimento aos **Parâmetros de Desempenho**.

**16.2.4** A **Concessionária** disporá do prazo de 15 (quinze) dias corridos, prorrogável por igual período, contado do recebimento das informações indicadas na Cláusula supra, para apresentar o **Projeto de Engenharia** devidamente saneado, a fim de que o **Certificador Independente** manifeste a sua não objeção no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de reapresentação dos documentos, abrindo-se igual prazo em seguida para manifestação de não objeção pela **Agência**.

**16.2.5** A **Concessionária** não poderá ser penalizada em caso de atraso da **Agência** para cumprimento dos prazos e procedimentos acima previstos para emissão da manifestação de não objeção indicada supra, desde que não tenha concorrido para o referido atraso, sem prejuízo da eventual necessidade de reequilíbrio econômico-

financeiro em favor da **Concessionária**; no entanto, a **Concessionária** assumirá a responsabilidade pelos impactos eventualmente causados por atraso do **Certificador Independente** na emissão das manifestações técnicas de sua atribuição, sem prejuízo da aplicação das medidas previstas na Cláusula 35, quando cabíveis.

**16.2.6** Os **Projetos Conceituais e Referenciais** e o conteúdo dos **Anexos 1-C e 1-D** têm caráter referencial e se constituem diretrizes e condições mínimas estimadas pelo **Poder Concedente** para nortear a realização dos **Investimentos** e a prestação dos **Serviços**, devendo a **Concessionária** realizar seus próprios levantamentos, investigações, avaliações e estimativas, com o objetivo de confirmar as informações ali indicadas, aferir as necessidades a serem contempladas nos **Projetos de Engenharia** a serem elaborados e, se for o caso, adotar por sua conta e risco características técnicas, quantidades e qualidades superiores, que assegurem a adequada prestação dos **Serviços** concedidos na forma deste **Contrato**.

**16.2.7** Nos casos em que a **Concessionária** desejar implementar eventuais ajustes e modificações nos **Projetos de Engenharia**, em relação às soluções originalmente previstas nos **Projetos Conceituais e Referenciais**, com o objetivo de assegurar as condições adequadas de prestação dos **Serviços** e o atendimento dos **Parâmetros de Desempenho**, a **Concessionária** também deverá submeter o respectivo ajuste ou modificação à avaliação do **Certificador Independente** antes de enviar o respectivo **Projeto de Engenharia** à **Agência**, o qual deverá ser enviado à **Agência** conjuntamente com a respectiva análise de conformidade do **Certificador Independente** em face dos parâmetros previstos na Cláusula 16.2.1.

**16.2.8** A manifestação de não objeção da **Agência** aos **Projetos de Engenharia** apresentados pela **Concessionária** e a participação do **Certificador Independente** na avaliação de conformidade do **Projeto de Engenharia** e das eventuais alterações propostas não alterará ou reduzirá, em nenhuma medida, a integral e exclusiva responsabilidade da **Concessionária** pela prestabilidade da respectiva obra para atendimento às finalidades da **Concessão**, incluindo o atendimento aos **Parâmetros de Desempenho**, à legislação e às normas técnicas aplicáveis.

### **16.3. APORTES PÚBLICOS**

**16.3.1** Na medida em que comprovadamente concluir os respectivos marcos dos **Investimentos Obrigatórios** previstos no **Anexo 1-G – Eventograma**, observados os prazos e procedimentos previstos neste **Contrato** para tanto, a **Concessionária** fará jus ao recebimento dos **Aportes Públicos** correspondentes indicados naquele **Anexo**.

**16.3.2** Qualquer montante dos recursos destinados pelo **Poder Concedente** ao pagamento dos **Aportes Públicos** deverá permanecer em conta especial vinculada

(*escrow*) de sua titularidade, mantida junto ao **Agente de Administração de Recursos**, que se obrigará a somente proceder a qualquer desembolso de acordo com os termos e condições deste **Contrato**.

**16.3.3** A **Concessionária** declara pleno conhecimento de que os valores necessários ao pagamento dos **Aportes Públicos** serão gradualmente disponibilizados na conta especial vinculada do **Poder Concedente** prevista na Cláusula 16.3.2 acima, conforme a sistemática prevista no **Anexo 6 – Contrato de Administração dos Recursos de Aporte** celebrado com o **Agente de Administração de Recursos**.

**16.3.4** O **Poder Concedente** assegurará que os valores indicados no **Anexo 1-G – Eventograma** para o pagamento dos **Aportes Públicos** estarão disponíveis na conta especial vinculada indicada acima nos montantes e prazos previstos naquele **Anexo**, observados os procedimentos contidos neste **Contrato de Concessão**.

**16.3.4.1** A **Concessionária** tem pleno conhecimento de que, a partir do início do 2º (segundo) ano contado da **Ordem de Início**, a disponibilização dos valores previstos para **Aporte Público** na conta especial vinculada depende da devida comprovação de cumprimento de marcos dos **Investimentos Obrigatórios** previstos no **Anexo 1-G – Eventograma** e de realização dos respectivos pagamentos dos **Aportes Públicos** à **Concessionária** que alcancem conjuntamente no mínimo 90% (noventa por cento) do valor da parcela imediatamente anterior destinada ao pagamento dos **Aportes Públicos**, nos termos do artigo 16, parágrafo único, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 103/2025.

**16.3.5** O **Poder Concedente** não poderá postergar a disponibilização de qualquer parcela prevista no **Anexo 1-G - Eventograma** em virtude de qualquer ato, fato ou omissão praticado pelo **Poder Concedente** ou por qualquer terceiro, incluindo a **União**, exceto no caso de atraso imputável integralmente à **Concessionária**.

**16.3.6** Todos os valores de **Aportes Públicos** indicados no **Anexo 1-G – Eventograma** estão referenciados na **Data-Base**, de modo que o **Poder Concedente** assegurará que esses valores serão atualizados anualmente pela variação do **IPCA** verificada entre a **Data-Base** e o último aniversário da **Data-Base** ocorrido até o momento do seu efetivo desembolso à **Concessionária**, nos termos da Cláusula 16.3.1 acima, observado que a **Concessionária** não fará jus a qualquer atualização monetária do valor dos **Aportes Públicos** que decorra exclusivamente de atraso imputável à **Concessionária** no cumprimento dos marcos contratuais indicados no respectivo **Anexo 1-G**.

**16.3.6.1** A **Concessionária** deverá apresentar ao **Certificador Independente** e à **Agência**, juntamente com a notificação de conclusão de cada marco contratual dos **Investimentos Obrigatórios**, o valor de **Aporte Público** que entende ser devido em

decorrência do cumprimento do respectivo marco, incluindo eventual reajuste que seja necessário, valor este que será validado pelo **Certificador Independente** e pela **Agência** conforme o procedimento previsto abaixo.

**16.3.7** A **Concessionária** declara que tem pleno conhecimento dos prazos e valores previstos no **Anexo 1-G – Eventograma** e que, caso conclua eventuais marcos dos **Investimentos Obrigatórios** com maior antecedência do que os prazos de disponibilização dos recursos acima previstos, a **Concessionária** receberá o pagamento dos **Aportes Públicos** correspondentes assim que a próxima parcela dos recursos necessários estiver disponível na conta especial vinculada, de modo que não incidirão juros de mora ou qualquer penalidade ao **Poder Concedente** em virtude do período transcorrido entre a conclusão do **Investimento Obrigatório** e a data de pagamento do **Aporte Público** correspondente, exceto no caso de descumprimento pelo **Poder Concedente** dos prazos de disponibilização dos recursos necessários previstos no **Anexo 1-G – Eventograma**, observada de todo modo eventual necessidade de atualização dos valores a serem disponibilizados, nos termos da Cláusula 16.3.6.

**16.3.8** Todos os custos associados à contratação do **Agente de Administração de Recursos** correrão às expensas do **Poder Concedente**, que o contratará nos termos do **Anexo 6 – Contrato de Administração dos Recursos de Aporte**, com interveniência-anuência da **União**, e a substituição do **Agente de Administração de Recursos** somente será permitida após notificação à **Concessionária** em que sejam indicados os motivos da substituição e desde que o substituto também seja uma **Instituição Financeira Nacional de Primeira Linha** ou instituição financeira controlada pela **União**.

**16.3.9** Os recursos destinados ao pagamento dos **Aportes Públicos** somente poderão ser utilizados para os **Investimentos Obrigatórios** e serão desembolsados pelo **Agente Administrador de Recursos** somente quando comprovadamente alcançados os marcos constantes do **Anexo 1-G – Eventograma**.

**16.3.10** Caberá à **Concessionária** informar ao **Certificador Independente** e à **Agência** a conclusão de cada um dos marcos constantes do **Anexo 1-G – Eventograma**, bem como realizar a necessária interface junto ao **Certificador Independente** para comprovação de tal conclusão e emissão do necessário atestado para viabilização do desembolso das respectivas parcelas pelo **Agente de Administração de Recursos**.

**16.3.11** Após o recebimento da notificação de conclusão de um marco dos **Investimentos Obrigatórios** emitida pela **Concessionária**, o **Certificador Independente** remeterá à **Concessionária**, à **Agência** e ao **Poder Concedente**, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, notificação que contenha o laudo técnico de avaliação do respectivo marco executado pela **Concessionária**.

**16.3.12** O laudo técnico emitido pelo **Certificador Independente** deve incluir (i) relatório de fiscalização com o detalhamento dos **Investimentos** concluídos, (ii) a atestação de conclusão total, substancial ou insuficiente do respectivo marco e (iii) os montantes devidos a título de **Aportes Públicos**. Considera-se como:

(i) “conclusão plena” a confirmação de que determinadas obras, sistemas ou equipamentos estão plenamente concluídos ou comissionados, de acordo com as exigências contratuais, não restando inconformidades ou pendências;

(ii) “conclusão substancial” a confirmação de que determinadas obras, sistemas ou equipamentos estão suficientemente concluídos ou comissionados, de acordo com as exigências contratuais, de modo que possam estar disponíveis para utilização conforme suas funções pretendidas e não representam riscos à segurança do ativo e dos usuários, ainda que existam inconformidades ou pendências identificadas; e

(iii) “conclusão insuficiente” a confirmação de que determinadas obras, sistemas ou equipamentos não foram concluídos ou comissionados a contento e/ou que as inconformidades identificadas não permitem que o investimento esteja apto a cumprir as funções pretendidas e/ou ofereça risco à segurança do ativo ou dos usuários.

**16.3.13** Em caso de conclusão substancial ou insatisfatória, o **Certificador Independente** deverá encaminhar relatório de fiscalização parcial à **Concessionária** e à **Agência**, com a indicação de possíveis alternativas para saneamento das inconformidades ou pendências verificadas, sem prejuízo da discricionariedade da **Concessionária** na escolha da forma de saneamento, desde que permitida nos termos deste **Contrato**. Nesse caso, a **Concessionária** deverá sanar as inconformidades ou pendências apontadas e submeter nova notificação de conclusão, reiniciando o procedimento previsto nesta Cláusula.

**16.3.14** Em até 30 (trinta) dias do recebimento do laudo técnico do **Certificador Independente**, a **Agência** poderá (i) emitir decisão provisória indicando inconformidades ou pendências adicionais relativas aos **Investimentos**, devendo enviá-los para consideração do **Certificador Independente**; ou (ii) manifestar não objeção ao laudo técnico do **Certificador Independente**.

**16.3.15** Caso a **Agência** tenha indicado inconformidades ou pendências adicionais, o **Certificador Independente** deverá se manifestar sobre elas no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da decisão provisória, para que a **Agência** apresente sua decisão final fundamentada em até 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da manifestação complementar do **Certificador Independente**.

**16.3.16** Caso, no âmbito da decisão final da **Agência**, esta entenda que houve a conclusão plena ou substancial do respectivo marco contratual pela **Concessionária**, a **Agência** emitirá a ratificação do atestado de cumprimento do respectivo marco pela **Concessionária**, para que esta possa receber a parcela correspondente dos **Aportes Públicos** devidos, observada a retenção de 10% (dez por cento) do valor da correspondente parcela dos **Aportes Públicos** no caso de conclusão substancial, parte que será posteriormente destinada à **Concessionária** quando houver a comprovação da conclusão plena do respectivo marco, seguindo o mesmo procedimento descrito acima.

**16.3.17** O **Agente de Administração de Recursos** desembolsará cada uma das parcelas devidas dos **Aportes Públicos** se e somente se a **Concessionária** apresentar a comprovação de conclusão do respectivo marco contratual de execução dos **Investimentos Obrigatórios**, devidamente atestada pelo **Certificador Independente** e pela **Agência**.

**16.3.18** O **Poder Concedente** assegurará, por meio do **Agente de Administração de Recursos**, que o valor devido a título de **Aportes Públicos** relativo a cada marco dos **Investimentos Obrigatórios** previsto no **Anexo 1-G – Eventograma** será atualizado anualmente pela variação do índice de reajuste previsto na Cláusula 16.3.6 entre a **Data-Base** e o último aniversário da **Data-Base** ocorrido até o momento do seu efetivo desembolso à **Concessionária**, observado que a **Concessionária** não fará jus a qualquer atualização monetária do valor dos **Aportes Públicos** que decorra exclusivamente de atraso imputável à **Concessionária** no cumprimento dos marcos contratuais indicados no respectivo **Anexo 1-G – Eventograma**.

**16.3.19** Em caso de atraso no pagamento dos **Aportes Públicos** pelo **Poder Concedente**, incidirão sobre os valores devidos à **Concessionária** os mesmos encargos financeiros previstos pela Cláusula 15.6.3.9 para a hipótese de atraso no pagamento da **Contraprestação Pública**.

**16.3.20** Os recursos provenientes dos **Aportes Públicos** não integram a **Remuneração da Concessionária**, nem os **Recursos da Concessionária** e não poderão ser oferecidos em garantia ou de qualquer forma onerados.

**16.3.21** As **Partes** declaram integral conhecimento de que os recursos destinados ao pagamento dos **Aportes Públicos** previstos neste **Contrato** têm origem em recursos repassados pela **União**, nos termos da Lei Federal nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, do Decreto Federal nº 11.632, de 11 de agosto de 2023, do Decreto Federal nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023 e da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 103, de 29 de dezembro de 2025, e se comprometem a observar e cumprir integralmente o quanto disposto nesses atos normativos, e especialmente, o que a Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 103/2025

estabelece como obrigações do **Poder Concedente**, na qualidade de ente recebedor, e como obrigações da **Concessionária**, na qualidade de destinatária final dos recursos.

**16.3.22** Em atendimento à Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 103/2025, a **Concessionária** se compromete a:

- (i) Incluir nas placas e adesivos indicativos dos investimentos o QR Code do aplicativo para o cidadão, disponibilizado pelo Transferegov.br, e informações sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no Manual de Identidade Visual – Novo PAC – IDV;
- (ii) Afixar em local visível das intervenções placada elaborada conforme Manual de Identidade Visual – Novo PAC – IDV, mantendo-a em bom estado de conservação durante todo o prazo de execução dos investimentos;
- (iii) Manter em arquivo, durante todo o **Prazo da Concessão**, todos os atos, documentos e informações que possam ser relevantes para o acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do termo de compromisso de transferência dos **Aportes Públicos**, a fim de apoiar o **Poder Concedente** com eventual diligência que seja necessária para atendimento às exigências e requisitos da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 103/2025, permitindo livre acesso a esse banco de dados e aos locais de execução dos **Investimentos** a qualquer tempo ao **Poder Concedente**, à **União**, aos órgãos de controle interno e externo da **União** e a eventual apoiador técnico desses entes; e
- (iv) Inserir no Transferegov.br as informações e os documentos relativos à execução do **Contrato de Concessão**.

**16.3.23** A **Concessionária** declara ciência de que a Conta Vinculada por onde transitam os recursos para pagamento dos **Aportes Públicos** não está sujeita ao sigilo bancário perante a **União** e respectivos órgãos de controle, nos termos do artigo 14, inciso XXIV, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 103/2025.

**16.3.24** As **Partes** reconhecem e isentam expressamente a **União** de qualquer responsabilidade com relação a obrigações contratuais entre o **Poder Concedente** e a **Concessionária**, inclusive relativas a eventuais alterações nos planos de investimento, reequilíbrio econômico-financeiro e matriz de riscos, nos termos do artigo 14, inciso XXVIII, da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 103/2025.



## 17. RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

**17.1.** As **Receitas Extraordinárias** compõem a **Remuneração** da **Concessionária**, cabendo à **Concessionária** comunicar previamente à **Agência**, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos contados para o início da atividade, a intenção de exploração de projetos que visem à obtenção de **Receitas Extraordinárias**, desde que não ofereçam qualquer prejuízo à prestação dos **Serviços**, aos **Bens da Concessão** e ao cumprimento dos **Parâmetros de Desempenho**.

**17.1.1** As atividades destinadas à obtenção de **Receitas Extraordinárias** serão de responsabilidade integral da **Concessionária**, a serem executadas por sua conta e risco, não fazendo a **Concessionária** jus a qualquer pleito de reequilíbrio econômico-financeiro em caso de frustração das receitas esperadas mediante a exploração de fontes de **Receitas Extraordinárias**.

**17.1.2** Com exceção da hipótese prevista na Cláusula 17.6 abaixo, a exploração de fontes de **Receitas Extraordinárias** pela **Concessionária** não dependerá de prévia autorização do **Poder Concedente** ou da **Agência**, observado o disposto na Cláusula 17.1.3 abaixo.

**17.1.3** Após o recebimento da comunicação prévia indicada na Cláusula 17.1 acima, a **Agência** poderá, se necessário, em até 20 (vinte) dias corridos, desde que de modo fundamentado na legislação e regulamentação aplicável, em disposição deste **Contrato** e seus **Anexos**, ou em eventual necessidade de compatibilização das atividades com outras políticas públicas do **Poder Concedente**, (i) estabelecer condicionantes ou solicitar esclarecimentos e ajustes à proposta de exploração de **Receitas Extraordinárias** apresentada pela **Concessionária**; ou (ii) caso constate a impossibilidade de qualquer ajuste na proposta apresentada, apresentar de forma fundamentada o seu veto à proposta apresentada.

**17.2.** Sempre que o montante auferido pela **Concessionária** a título de **Receitas Extraordinárias** ultrapassar o montante equivalente ao percentual de 6% (seis por cento) da **Receita de Remuneração** (o valor resultante do produto da **Tarifa de Remuneração** pelo número de passageiros transportados), o excedente deverá ser compartilhado com o **Poder Concedente** na razão de 20% (vinte por cento) da receita bruta auferida.

**17.3.** Sem prejuízo de outras que possam ser identificadas pela **Concessionária**, a **Concessionária** poderá explorar, a título exemplificativo, as **Receitas Extraordinárias** provenientes das seguintes atividades, observada a obrigação de prévia comunicação à **Agência** prevista na Cláusula 17.1:

(i) Exploração de publicidade na **Rede Metroferroviária** e demais **Bens da Concessão**, incluindo, mas não apenas, exibição e distribuição de informações em sistema de áudio e vídeo, celulares, modems, dispositivos de comunicação, totens eletrônicos ou quaisquer outros mecanismos de transmissão ou recepção, no material rodante ou nas estações da Rede Metroferroviária;

(ii) Exploração imobiliária do interior das estações da **Rede Metroferroviária** para a instalação de estabelecimentos comerciais, bem como em espaço aéreo ou subterrâneo às instalações da **Rede**; e

(iii) Licenciamento do direito de uso sobre os nomes das estações (*naming rights*) da **Rede Metroferroviária**.

**17.4.** A atividade de licenciamento do direito de uso sobre os nomes das estações poderá ser explorada pela **Concessionária** desde que (i) a marca licenciada do terceiro interessado seja agregada à denominação oficial das estações, sem substituí-la; (ii) o licenciamento esteja limitado ao prazo de vigência do contrato pertinente; (iii) a **Concessionária** assuma todos os custos de adequação de mapas, placas e quadros informativos existentes, podendo ser ressarcida pelo terceiro interessado; (iv) não seja contrária aos bons costumes e aos direitos humanos, não fira direitos de terceiros e respeite direitos autorais; e (v) em caso de estações compartilhadas com outros operadores, públicos ou privados, haja prévia definição consensual com esse(s) operador(es) a respeito das condições de comercialização e repartição de receitas.

**17.5.** A **Concessionária** poderá explorar direta ou indiretamente, inclusive por meio de subsidiárias, as atividades que lhe permitirem obter **Receitas Extraordinárias** sem necessidade de investimentos em **Projetos Associados** não previstos neste **Contrato**.

**17.6.** A exploração de **Receitas Extraordinárias** decorrentes de **Projetos Associados** deverá ser previamente autorizada pelo **Poder Concedente**, facultada a proposição pela **Concessionária** de regras e percentuais de compartilhamento distintos daqueles previstos na Subcláusula 17.2 acima quando essa alteração for comprovadamente imprescindível para viabilizar financeiramente a exploração da atividade, observado como limite máximo o percentual de compartilhamento com o **Poder Concedente** previsto naquela Subcláusula.

**17.6.1.** A exploração de **Projetos Associados** será realizada mediante apresentação de um plano de negócios separado pela **Concessionária**, o qual deverá ser aprovado pela **Agência**, devendo detalhar os investimentos, o modelo de negócio, as projeções de receita

e os percentuais de compartilhamento do faturamento bruto gerado pelo empreendimento a serem aplicados.

**17.6.2.** A exploração de **Projetos Associados** para a obtenção de **Receitas Extraordinárias** que impliquem a realização de investimentos pela **Concessionária** deverá se dar necessariamente por meio de subsidiária, constituída com ou sem a participação de terceiros.

**17.6.3.** A **Agência** poderá autorizar a exploração de **Receitas Extraordinárias** pela **Concessionária** de forma indireta por um terceiro ou em conjunto com este, mediante contrato de parceria, desde que a **Concessionária** demonstre (i) que o referido terceiro apresenta comprovada expertise na exploração da fonte de receita que se pretende explorar mediante a parceria; e (ii) a exploração direta e exclusiva dessas fontes de receitas pela **Concessionária** ou por subsidiária integral seria incapaz de obter os mesmos resultados financeiros para a **Concessionária** que poderão ser obtidos mediante o contrato de parceria proposto.

**17.7.** A **Agência** deverá aprovar previamente o eventual uso de dados pessoais, assim considerada a informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), quando este uso estiver associado à exploração de **Receitas Extraordinárias**, mesmo que de forma não onerosa.

**17.8.** Os contratos celebrados pela **Concessionária** para a exploração de **Receitas Extraordinárias** terão vigência limitada ao **Prazo da Concessão**, salvo expressa e prévia autorização do **Poder Concedente** em sentido diverso. Nesse último caso, o término do **Prazo da Concessão** implicará a imediata sub-rogação do **Poder Concedente** ou de quem este indicar na posição contratual detida pela **Concessionária** no âmbito desses contratos, ressalvada a hipótese da Subcláusula 17.8.2 abaixo, devendo a **Concessionária** assegurar que essa sub-rogação esteja prévia e expressamente prevista nos contratos celebrados pela **Concessionária** com terceiros nos termos desta Subcláusula.

**17.8.1.** A exploração imobiliária das áreas das estações da **Rede Metroferroviária** para fins comerciais dependerá da conformidade das referidas instalações com os elementos técnicos mínimos previstos no **Anexo 1**, sendo que qualquer alteração a ser realizada pela **Concessionária** para melhor adequação de tais áreas às suas finalidades comerciais dependerá de prévia e expressa aprovação do **Poder Concedente**.

**17.8.2.** Caso os investimentos realizados pela **Concessionária** para a exploração imobiliária de áreas das estações da **Rede Metroferroviária**, não tenham sido integralmente amortizados quando do advento do termo deste **Contrato**, e desde que esses investimentos tenham sido previamente aprovados pelo **Poder Concedente**, o **Poder Concedente** poderá (i) outorgar, em favor da **Concessionária**, instrumento de concessão de direito real de uso destas áreas, estritamente pelo prazo necessário à amortização do saldo de investimentos existente; ou (ii) assegurar a indenização da **Concessionária** nos mesmos termos previstos na Subcláusula 19.4.6, abaixo, incluindo a possibilidade de sub-rogação do **Poder Concedente** ou do futuro operador dos **Serviços** na posição contratual da **Concessionária** nos instrumentos celebrados com a finalidade de explorar **Receitas Extraordinárias** decorrentes da realização dos **Investimentos Adicionais**.

**17.8.3.** As áreas e imóveis que não se configurem como **Bens da Concessão** e que eventualmente tenham sido adquiridos pela **Concessionária** para fins da realização dos **Investimentos Obrigatórios** integram o patrimônio da **Concessionária**, podendo ser explorados a seu critério, não se lhes aplicando as disposições das Subcláusulas 17.8.1 a 17.8.2, supra.

## **18. PENALIDADES**

**18.1.** O não cumprimento das cláusulas deste **Contrato**, dos **Anexos**, do **Edital**, dos **Anexos ao Edital** e das normas e regulamentos editados pelo **Poder Concedente** e pela **Agência** ensejará a aplicação das penalidades previstas nesses instrumentos e nos demais dispositivos legais e regulamentares do **Poder Concedente** e da **Agência**, conforme o caso, exceto em caso de conflito de disposições, quando prevalecerão as disposições indicadas no **Contrato**, observado, no que cabível, o disposto no Decreto Estadual n.º 57.002, de 25 de julho de 2024, ou outro que venha a substituí-lo.

**18.2.** Por atraso na conclusão e apresentação do **Plano de Transição**, a **Agência** aplicará multa moratória, por dia de atraso, sem prejuízo da possibilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor do **Poder Concedente** na forma prevista neste **Contrato**, nos valores máximos definidos na tabela a seguir:

<b>Tipo Infracional</b>	<b>Valor</b>
Não entrega do <b>Plano de Transição</b> no prazo previsto neste <b>Contrato</b> .	1% (um por cento) do valor do <b>Contrato</b> .

**18.3.** Por atraso na conclusão e apresentação do **Plano de Operação**, bem como de sua atualização, nas hipóteses exigidas neste **Contrato**, a **Agência** aplicará multa moratória, por dia de atraso, sem prejuízo da possibilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor do **Poder Concedente** na forma prevista neste **Contrato**, nos valores máximos definidos na tabela a seguir:

<b>Tipo Infracional</b>	<b>Valor</b>
Não entrega do <b>Plano de Operação</b> e de suas atualizações nos prazos previstos neste <b>Contrato</b> .	1% (um por cento) do valor do <b>Contrato</b> .

**18.4.** Por atraso no início da **Operação Comercial** da **Rede Metroferroviária**, a **AGÊNCIA** aplicará multa moratória, por dia de atraso, sem prejuízo da possibilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor do **Poder Concedente** na forma prevista neste **Contrato**, nos valores máximos definidos na tabela a seguir:

<b>Tipo Infracional</b>	<b>Valor</b>
Atraso no início da <b>Operação Comercial</b> por ato ou fato imputável à <b>Concessionária</b>	1% (um por cento) do valor do <b>Contrato</b> .

**18.5.** Por atraso na conclusão de qualquer parcela dos **Investimentos Obrigatórios**, a **Agência** aplicará multa moratória, por dia de atraso, no percentual de 0,05% (cinco centésimos por cento) do montante correspondente ao marco inadimplido

dos **Investimentos Obrigatórios**, sem prejuízo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor do **Poder Concedente** na forma prevista neste **Contrato**.

**18.6.** As condutas infratoras previstas neste **Contrato** constituem rol exemplificativo e não esgotam as possibilidades de aplicação de penalidades contratuais, de modo que poderão ser aplicadas sanções em razão de infrações diversas daquelas aqui expressamente previstas, no caso de descumprimento do **Contrato**, de seus **Anexos** e da legislação aplicável, observados de todo modo as diretrizes e limites estabelecidos neste **Contrato** e na **Regulamentação Específica**.

**18.7.** Pela inexecução parcial ou total deste **Contrato** ou desrespeito às normas aplicáveis à **Rede Metroferroviária**, o **Poder Concedente** ou a **Agência** poderá, garantida prévia defesa, aplicar à **Concessionária** as seguintes sanções:

- (i) Advertência;
- (ii) Multa, de 0,001% (um milésimo por cento) até 5% (cinco por cento) do valor do **Contrato** previsto na Cláusula 15.1.1, atualizado periodicamente nos mesmos termos aplicáveis à **Tarifa de Remuneração**; e
- (iii) Caducidade da Concessão, na forma prevista neste **Contrato**.

**18.8.** Na aplicação das sanções, será observada a **Regulamentação Específica** do **Poder Concedente** e da **Agência** quanto à tipificação das infrações e às sanções específicas aplicáveis a cada tipo, observadas as balizas indicadas na Cláusula 18.7 acima e as demais diretrizes fixadas neste **Contrato**, assegurados sempre à **Concessionária** a ampla defesa e o contraditório.

**18.9.** A **Regulamentação Específica** mencionada na Cláusula 18.8 assegurará a proporcionalidade entre a gravidade de cada infração e a respectiva sanção, e a eventual alteração ou edição de nova **Regulamentação Específica** após a data de assinatura deste **Contrato** será precedida de audiência e consulta pública, assegurada a prévia oitiva da **Concessionária**.

**18.10.** A prática de qualquer infração não poderá ensejar enriquecimento ilícito da **Concessionária**, devendo o **Poder Concedente** ou a **Agência** assegurar a devolução ou a compensação de toda e qualquer vantagem obtida com a perpetração da infração, podendo, para tanto, executar a **Garantia de Execução do Contrato** e/ou adotar as demais medidas administrativas pertinentes.

**18.11.** Nas situações em que uma conduta corresponda a mais de uma infração, dentre as previstas neste **Contrato** e em **Regulamentação Específica**, será observado o princípio da especialidade, aplicando-se a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.

**18.12.** As penalidades de natureza pecuniária não terão caráter compensatório ou indenizatório e serão aplicadas sem prejuízo (i) da responsabilidade da **Concessionária** de corrigir a falta correspondente, bem como de reparar eventuais perdas e danos causados ao **Poder Concedente**, a seus empregados, aos **Usuários** ou a terceiros; (ii) da continuidade da adequada prestação dos **Serviços**, realização dos **Investimentos Obrigatórios** e execução do **Contrato**; e (iii) de eventual responsabilização administrativa, civil ou criminal da **Concessionária**.

**18.13.** A **Agência** poderá reconhecer a ocorrência de circunstância(s) agravante(s) e aumentar o valor base da multa devida pela **Concessionária** fixado neste **Contrato** e na **Regulamentação Específica**, observado as seguintes disposições, podendo ser aplicadas de forma cumulativa:

- (i) O valor base será aumentado em 10% (dez por cento) por cada evento de reincidência da **Concessionária** na mesma conduta infratora;
- (ii) O valor base será aumentado em 10% (dez por cento) caso a **Concessionária** se recuse a adotar medidas para reparação dos efeitos da infração;
- (iii) O valor base será aumentado em 20% (vinte por cento) caso a infração tenha provocado a deterioração de **Bens Reversíveis** e
- (iv) O valor base será aumentado em 30% (trinta por cento) caso a infração exponha os **Usuários** ao risco de integridade física.

**18.14.** O pagamento das multas pela **Concessionária** por sanções aplicadas pela **Agência** observará a seguinte sistemática de atenuantes:

- (i) Caso a **Concessionária** compareça espontaneamente perante a **Agência** para informar a ocorrência de infração ainda não identificada pela fiscalização, reconhecendo sua responsabilidade, poderá efetuar o pagamento da multa com desconto de 50% (cinquenta por cento) do seu valor.

(ii) Caso a **Concessionária** opte por reconhecer o cometimento da infração até o término do seu primeiro prazo para manifestação e não apresentar defesa prévia, poderá efetuar o pagamento da multa com desconto de 30% (trinta por cento) do seu valor.

(iii) Caso a **Concessionária** opte pela não interposição de recurso, poderá efetuar o pagamento da multa com desconto de 20% (vinte por cento) do seu valor.

**18.15.** As somas dos percentuais atribuídos às circunstâncias agravantes e atenuantes não poderão, cada uma, exceder o limite de 50% (cinquenta por cento).

**18.16.** A aplicação e o correspondente pagamento das multas aludidas nas Subcláusulas anteriores não impede que o **Poder Concedente** intervenha na **Concessão** ou declare a caducidade do **Contrato**, observados os procedimentos nele previstos, ou aplique outras sanções nele previstas.

**18.17.** Caso a **Concessionária** não proceda ao pagamento de multas no prazo estabelecido no **Contrato**, o **Poder Concedente** executará a **Garantia de Execução do Contrato** até o valor devido.

**18.18.** O processo administrativo de aplicação de penalidades observará o disposto na legislação vigente, incluindo as normas do **Poder Concedente** e da **Agência**.

## **19. ALOCAÇÃO DE RISCOS**

### **19.1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **19.1.1 A Concessionária declara:**

(i) Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no **Contrato**; e

(ii) Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua **Proposta Econômica**.

**19.1.2** A **Concessionária** não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no **Contrato** venham a se materializar.



## **19.2. RISCOS ASSUMIDOS PELA CONCESSIONÁRIA**

**19.2.1** Com exceção dos casos expressa e nomeadamente previstos neste **Contrato**, a **Concessionária** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à exploração da **Concessão**, à operação e à prestação dos **Serviços** e à execução dos **Investimentos**, inclusive, mas sem limitação, pelos seguintes riscos:

- (i) Obtenção de licenças, permissões e autorizações relativas à **Concessão**, à exceção da hipótese prevista na Subcláusula 7.2;
- (ii) Custos excedentes aos projetados relacionados aos **Serviços**, inclusive quanto aos **Investimentos Obrigatórios**, exceto nos casos em que decorram de alterações em seus respectivos escopos por determinação de órgão ou entidade da **Administração Pública**, incluindo do **Poder Concedente**, bem como na hipótese da Cláusula 19.3.3 abaixo;
- (iii) Necessidade de realização de **Investimentos** em quantidade e/ou qualidade superiores àquelas estimadas no **Anexo 1**, quando necessárias para assegurar o atendimento integral dos **Parâmetros de Desempenho**, exceto quando essa necessidade advier da materialização de risco alocado neste **Contrato** ao **Poder Concedente**;
- (iv) Atraso no cumprimento dos cronogramas previstos neste **Contrato**, especialmente aqueles estabelecidos para elaboração e execução do **Plano de Transição**, do **Plano de Operação** e dos **Investimentos Obrigatórios**, observadas as exceções e os riscos atribuídos expressamente ao **Poder Concedente** por meio do presente **Contrato**;
- (v) Tecnologia empregada na prestação dos **Serviços**, na realização dos **Investimentos** e na manutenção e preservação dos **Bens da Concessão**, observado o disposto pela Subcláusula 5.2.9 do **Contrato**;
- (vi) Perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos **Bens da Concessão**, responsabilidade que não é reduzida ou excluída em virtude da fiscalização da **Agência** e do **Poder Concedente**, quando tais danos não decorrerem da materialização de riscos atribuídos por este **Contrato** ao **Poder Concedente**;
- (vii) **Variações Ordinárias de Demanda**, conforme definidas na Subcláusula 1.1.1;

(viii) Manifestações sociais e/ou públicas, incluídas greves, que afetem de qualquer forma a prestação dos **Serviços**, caso as perdas e danos causados por tais eventos não sejam objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, por:

(vii.1) Até 15 (quinze) dias sucessivos, a cada período de 12 (doze) meses contados a partir da **Data de Assunção**; e

(vii.2) Até 90 (noventa) dias, sucessivos ou não, a cada período de 12 (doze) meses contados a partir da **Data de Assunção**;

(ix) Atos de vandalismo pontuais, localizados ou de pequena intensidade, cujos impactos sobre a prestação dos **Serviços**, sobre os **Bens da Concessão** e sobre os **Usuários** possam ser contidos pelos próprios profissionais de segurança da **Concessionária**;

(x) Aumento do custo de capital;

(xi) Modificações na legislação de tributos sobre a Renda;

(xii) Caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência;

(xiii) Recuperação, prevenção, remediação e gerenciamento de todo o passivo ambiental relacionado à **Concessão**, incluído o passivo já existente antes da **Data de Assunção**, bem como custos relacionados ao cumprimento de condicionantes necessárias à obtenção de licenças ambientais que se façam necessárias à operação da **Rede Metroferroviária**;

(xiv) Riscos que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, mas que deixem de sê-lo como resultado direto ou indireto de ação ou omissão da **Concessionária**;

(xv) Possibilidade de a inflação de um determinado período ser superior ou inferior ao índice utilizado para reajuste da **Remuneração** ou de outros valores previstos no **Contrato** para o mesmo período;

(xvi) Responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos ambientais decorrentes da operação da **Rede Metroferroviária**, ocorridos após a **Data de Assunção**, bem como por eventuais passivos ambientais anteriores à **Data de Assunção** que não

venham a ser adequadamente geridos e remediados pela **Concessionária** a partir da **Data de Assunção**;

(xvii) Decisões judiciais que suspendam ou prejudiquem os **Investimentos** ou a prestação dos **Serviços**, ou, ainda, que interrompam, suspendam ou reduzam o pagamento da **Contraprestação Pública** e dos **Aportes Públicos**, bem como, em qualquer dos casos, seu reajuste ou revisão, conforme previstos neste **Contrato** e em seus **Anexos**, desde que, em qualquer caso, a **Concessionária** tenha dado causa à decisão, por ação ou omissão incompatível com as obrigações previstas neste **Contrato**;

(xviii) Prejuízos causados a terceiros, pela **Concessionária** ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços, aqui incluído eventual **Operador Subcontratado**, ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela **Concessão**;

(xix) Vícios ocultos presentes nos **Bens da Concessão**;

(xx) Quaisquer falhas constatadas na prestação dos **Serviços** que possam ser atribuídas a particular subcontratado pela **Concessionária**, se houver.

(xxi) Custos diretos e indiretos e prazos de solução de invasões e desocupações de imóveis de posse da **Concessionária**, observado o disposto na Cláusula 16.1.8 e seguintes deste **Contrato**;

(xxii) Frustração ou variação nas **Receitas Extraordinárias** em relação às estimadas pela **Concessionária** ou pelo **Poder Concedente**, inclusive quando em decorrência da criação e/ou extinção de tributos ou alterações na legislação ou na regulação tributárias, observadas as regras específicas estabelecidas neste **Contrato**;

(xxiii) Problemas, atrasos, inconsistências, interrupção ou intermitência no fornecimento de utilidades públicas, incluindo energia elétrica, bem como as interfaces com as concessionárias de energia na elaboração de projetos e operação;

(xxiv) Toda e qualquer obrigação de índole trabalhista relacionada aos empregados da **Concessionária**;

(xxv) A não habilitação da **Concessão** no âmbito do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, bem como a não renovação ou prorrogação, a extinção ou a alteração de regras para obtenção do referido benefício, observado o disposto nas Cláusulas 19.2.2 e 19.2.3 a seguir.

**19.2.2** O **Poder Concedente** deverá adotar as providências necessárias, e que estejam sob sua responsabilidade, a fim de viabilizar a instrução do requerimento da **Concessionária** para habilitação da **Concessão** no âmbito do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.

**19.2.3** A responsabilidade do **Poder Concedente** restringir-se-á à produção dos atos administrativos que lhe caibam, nos termos da legislação aplicável ao REIDI, inclusive, mas não se limitando, à emissão de declarações e de outros documentos, devendo a **Concessionária** agir diligente e tempestivamente para fazer cumprir os prazos e demais exigências previstas na legislação, para a instrução de seu requerimento ao órgão federal com atribuição para a concessão do referido benefício fiscal.

### **19.3. RISCOS ASSUMIDOS PELO PODER CONCEDENTE**

**19.3.1** A **Concessionária** não é responsável pelos seguintes riscos relacionados à **Concessão**, atribuídos ao **Poder Concedente**:

- (i) Revisão da **Tarifa Pública** pelo **Poder Concedente**, sendo certo que a diferença será automaticamente considerada no valor da **Contraprestação Pública** devida, nos termos deste **Contrato**;
- (ii) **Variações Extraordinárias de Demanda**, conforme definidas na Subcláusula 1.1.1;
- (iii) Determinação de ampliação da **Rede Metroferroviária** pelo **Poder Concedente**;
- (iv) Alterações dos critérios de repartição de receitas tarifárias decorrentes de viagens integradas entre a **Rede Metroferroviária** e os serviços integrantes do **STPP/RMR** estabelecidos na Subcláusula 15.3.6 deste **Contrato** que impliquem redução da **Remuneração da Concessionária**;
- (v) Manifestações sociais e/ou públicas, incluídas greves, que afetem de qualquer forma a prestação dos **Serviços**, no caso de tais eventos excederem os períodos estabelecidos na Subcláusula 19.2.1(viii), hipótese na qual a responsabilidade do **Poder Concedente** se resume ao período excedente aos prazos referidos na aludida Subcláusula;
- (vi) Atos de vandalismo generalizados, maciços ou de grande intensidade, cujos impactos sobre a prestação dos **Serviços**, sobre os **Bens da Concessão** e sobre os

**Usuários** somente possam ser contidos pelo exercício do poder de polícia dos órgãos oficiais de segurança pública do **Poder Concedente**, observada a necessidade de a **Concessionária** comunicar tempestivamente o **Poder Concedente** sobre eventual necessidade de apoio das forças oficiais de segurança para prevenção, contenção ou repressão desses atos, quando necessário;

(vii) Decisão arbitral, judicial ou administrativa que impeça ou impossibilite a **CONCESSIONÁRIA** de cobrar a **Tarifa Pública** de acordo com o estabelecido no **Contrato**, exceto nos casos em que a **Concessionária** houver dado causa a tal decisão;

(viii) Descumprimento, pelo **Poder Concedente**, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos aplicáveis ao **Poder Concedente** previstos neste **Contrato** e/ou na legislação vigente;

(ix) Caso fortuito ou força maior que não possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência;

(x) Alterações na legislação, jurisprudência vinculante e regulamentação, inclusive acerca de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos, que alterem a composição econômico-financeira da **Concessionária** a partir da **Data-Base**, excetuada a legislação de tributos sobre a renda;

(xi) Atrasos na obtenção ou renovação das autorizações, permissões e licenças, inclusive ambientais, necessárias para a prestação dos **Serviços** pela **Concessionária** quando a **Concessionária** não tenha dado causa a esses atrasos ou não possam eles ser imputados à **Concessionária**;

(xii) Atrasos na desocupação e liberação das áreas necessárias para realização dos **Investimentos Obrigatórios** e prestação dos **Serviços**, quando a **Concessionária** não tenha dado causa a esses atrasos ou não possam eles ser imputados à **Concessionária**, nos termos das Cláusulas 16.1.8 e seguintes deste **Contrato**;

(xiii) Custos diretos e indiretos e prazos de solução para remoção de eventuais novas invasões e ocupações nas áreas da **Rede Metroferroviária** que ocorram após a emissão da **Ordem de Início** e até a **Data de Assunção**;

(xiv) Inclusão no **Contrato** de obras, serviços e investimentos não previstos inicialmente, voltados a ações de sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e resiliência climática, que venham a ser determinados pelo **Poder Concedente**.

**19.3.2** Para fins do disposto no item (x) da Subcláusula 19.3.1 acima, a efetiva implementação da Emenda à Constituição nº 132, de 20 de dezembro de 2023 e da Lei Complementar Federal nº 214, de 16 de janeiro de 2025, será considerada como criação, extinção ou alteração de tributos passível de reequilíbrio econômico-financeiro deste **Contrato**, desde que observada diferença entre o valor que seria devido pela **Concessionária** com a incidência dos tributos, bases de cálculo e alíquotas vigentes e eficazes na **Data-Base** e o valor efetivamente devido pela **Concessionária** com a incidência tributária efetivamente verificada à época.

**19.3.3** O **Poder Concedente** também assumirá o risco decorrente de alteração relevante nos custos arcados pela **Concessionária** com o fornecimento por subcontratados e fornecedores diretos de bens materiais e imateriais, inclusive direitos, bem como de serviços necessários para a execução do objeto deste **Contrato**, verificada entre aqueles custos existentes na **Data-Base**, de um lado, e aqueles custos identificados após a implementação da Emenda à Constituição nº 132/2023 e da Lei Complementar Federal nº 214/2025, que sejam comprovadamente decorrentes da alteração ou modificação dos tributos, alíquotas e bases de cálculo vigentes na **Data-Base** em relação àqueles que passarem a vigorar após a implementação da reforma tributária encetada por essas alterações normativas, inclusive quanto à possibilidade de aproveitamento de créditos fiscais nas respectivas cadeias de fornecimento.

#### **19.4. DOS INVESTIMENTOS ADICIONAIS**

**19.4.1** A **Concessionária**, por sua iniciativa e sem que isto caracterize **Evento de Desequilíbrio**, poderá realizar melhorias operacionais ou investimentos que não estejam inclusos no rol dos **Investimentos Obrigatórios**, atendidos os requisitos contratuais e regulamentares, mediante manifestação de não objeção do **Poder Concedente**, a exclusivo critério deste, consultada a **Agência**, se necessário.

**19.4.2** Em caso de necessidade ou conveniência para melhor prestação dos **Serviços**, poderão ser apresentados pleitos para a realização de investimentos não previstos na lista de **Investimentos Obrigatórios** por iniciativa de qualquer das **Partes**, mediante a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, conforme regramento previsto neste **Contrato** e na **Regulamentação Específica**.

**19.4.3** A realização, pela **Concessionária**, de investimentos adicionais nos termos da Subcláusula 19.4.2 acima deverá ser aprovada pelo **Poder Concedente**, com base no regramento previsto neste **Contrato** e em **Regulamentação Específica**, cabendo ao

**Poder Concedente** verificar a presença dos seguintes requisitos cumulativos na proposta apresentada pela **Concessionária**:

- (i) A pertinência e sinergia entre o investimento proposto e o objeto do **Contrato**;
- (ii) Comprovação de que o novo investimento não está previsto no rol de **Investimentos Obrigatórios**;
- (iii) Demonstração de vantajosidade quanto à realização do novo investimento, quando comparada à realização de nova contratação para a sua execução, bem como a existência de interesse público em sua realização;
- (iv) Análise quanto aos possíveis impactos do investimento proposto nos **Parâmetros de Desempenho** e nas demais obrigações da **Concessionária**;
- (v) Avaliações técnicas quanto aos estudos que tenham sido apresentados pela **Concessionária** acerca do investimento proposto;
- (vi) Demonstração dos impactos econômico-financeiros sobre o **Contrato**, com a sua caracterização como **Evento de Desequilíbrio**;
- (vii) Avaliação dos impactos orçamentários decorrentes da implementação do investimento proposto, se for o caso; e
- (viii) Verificação da capacidade técnica e financeira da **Concessionária** para executar o investimento proposto.

**19.4.4** O **Poder Concedente** poderá requisitar à **Concessionária** que elabore estudos adicionais ou forneça maiores informações, a fim de melhor subsidiar sua análise quanto à verificação do atendimento dos requisitos dispostos na Subcláusula 19.4.3.

**19.4.5** Os **Investimentos Adicionais** também deverão observar as seguintes restrições e limitações:

- (i) Eventual reequilíbrio econômico-financeiro devido em decorrência da inclusão dos novos investimentos deverá observar o limite máximo de 35 (trinta e cinco) anos do **Prazo da Concessão**, nos termos do artigo 5º, inciso I, da Lei Federal nº 11.079/2004; e

(ii) A **Concessionária** não poderá apresentar pleitos para a realização de **Investimentos Adicionais** nos últimos 5 (cinco) anos do **Prazo da Concessão**, ressalvados eventuais **Investimentos Adicionais** determinados pelo **Poder Concedente** em virtude da ocorrência de situações emergenciais e extremas que ameacem a continuidade da prestação dos **Serviços**.

**19.4.6** Para assegurar o cumprimento do disposto na Subcláusula 19.4.5 acima, o **Poder Concedente** poderá determinar que a eventual indenização remanescente devida à **Concessionária** em virtude da realização de **Investimentos Adicionais** seja realizada, em parte ou totalmente, pelo próprio **Poder Concedente**, diretamente, ou pelo próximo operador que vier a suceder a **Concessionária** na prestação dos **Serviços** após a extinção do **Contrato**, em nome do **Poder Concedente**.

**19.4.7** A inclusão de investimentos não previstos pelo **Anexo 1** em nada altera a aplicação dos **Parâmetros de Desempenho**, a alocação de riscos prevista pelo **Contrato** e as demais obrigações contratuais assumidas por qualquer das **Partes**, exceto quando disposto expressamente em sentido contrário.

**19.4.8** No caso de implementação de investimentos não previstos pelo **Anexo 1**, a **Concessionária** deverá atualizar o **Plano de Operação**, em conformidade com o rito previsto na Seção acima, que deverá prever:

- (i) Especificações mínimas para caracterização do investimento; e
- (ii) Projeto Básico do novo investimento acompanhado de seu Cronograma Físico-Executivo, em caso de obras de engenharia, após a manifestação de não objeção da **Agência** sobre aquele.

## **19.5. EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS**

**19.5.1** Para prevenir os impactos de um **Evento Climático Extremo**, a **Concessionária** deverá elaborar e apresentar ao **Poder Concedente** e à **Agência** um Relatório de Monitoramento de Riscos Climáticos em até 1 (um) ano contado da **Data de Assunção**, devendo atualizá-lo anualmente sempre no mesmo prazo, contemplando:

- (i) O fornecimento dos dados necessários para o monitoramento climático contínuo da área de influência da **Rede Metroferroviária**;
- (ii) A identificação de eventuais áreas de risco e o tipo de impacto a que se encontram expostas; e



(iii) A proposição de medidas de curto, médio e longo prazo para a redução do risco de danos à **Rede Metroferroviária** e aos **Bens da Concessão**.

**19.5.2** As medidas de curto, médio e longo prazo propostas pela **Concessionária**, se não previstas originalmente como de responsabilidade da **Concessionária** nos termos do **Contrato** e seus **Anexos**, poderão ser incluídas no escopo da **Concessão** mediante o reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato** em favor da **Concessionária**, a exclusivo critério do **Poder Concedente**, sendo certo que as medidas de curto prazo poderão ser avaliadas no âmbito de **Revisão Extraordinária** e que as medidas de médio e longo prazo, se não forem igualmente avaliadas no âmbito de **Revisão Extraordinária**, deverão necessariamente ser avaliadas pelo **Poder Concedente** quanto à sua pertinência e necessidade no âmbito da próxima **Revisão Ordinária** do **Contrato**.

**19.5.3** A ocorrência de um **Evento Climático Extremo** que afete a **Rede Metroferroviária** será reconhecida pela **Agência**, de forma unilateral ou mediante provocação da **Concessionária**, (i) em face da publicação no **DOE-PE** do decreto de calamidade pública do **Poder Concedente** ou de **Município** atendido pela **Rede**; ou (ii) da comprovação de que a recorrência de determinado evento climático está provocando prejuízo à **Rede**, em ambos os casos mediante a identificação de avarias nos **Bens da Concessão** que demandem a realização de obras de manutenção emergencial para a restauração da adequada prestação dos **Serviços**.

**19.5.4** Com esse reconhecimento, a **Concessionária** será responsável pela implementação imediata de ações e obras corretivas ou preventivas a serem determinadas pela **Agência**, que considerará, mas sem efeito vinculante, o Relatório de Monitoramento de Riscos Climáticos elaborado pela **Concessionária**.

**19.5.5** A **Concessionária** deverá apresentar ao **Verificador Independente**, em até 7 (sete) dias corridos, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa, a contar do reconhecimento do **Evento Climático Extremo**, um Plano de Retomada Operacional da **Rede Metroferroviária**, em que deverá especificar as medidas já tomadas pela **Concessionária** para mitigação dos impactos do evento antes e após sua ocorrência e o cronograma e a descrição das medidas emergenciais necessárias ao restabelecimento dos **Serviços** com segurança para os **Usuários**.

**19.5.6** O Plano de Retomada Operacional deverá ser analisado pelo **Verificador Independente** e submetido à **Agência** pelo **Verificador Independente** no prazo de 3 (três) dias, juntamente com os apontamentos e recomendações do **Verificador Independente** relacionados ao referido plano.

**19.5.7** Em razão dos efeitos do **Evento Climático Extremo** que afetarem a **Rede Metroferroviária**, a **Agência** poderá, a seu critério, considerando as circunstâncias do caso concreto, mas sem obrigação, optar por (i) não aplicar penalidades pelo descumprimento de obrigações cujo adimplemento tenha se tornado inviável em razão do evento; e (ii) suspender a apuração dos **Parâmetros de Desempenho** cujo cumprimento tenha se tornado inviável em razão do evento.

**19.5.8** A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em razão de investimentos necessários para a restauração da operação da **Rede** e garantia da segurança dos **Usuários** em razão de um **Evento Climático Extremo** deverá ser assegurada pelo **Poder Concedente**, desde que esses investimentos e medidas tenham sido previamente autorizados pelo **Poder Concedente**.

**19.5.9** Os valores recebidos pela **Concessionária** a título de cobertura de seguros que abranjam o **Evento Climático Extremo** ou os impactos diretos e indiretos causados por este último serão (i) descontados do valor da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, caso indenizados anteriormente à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro; ou (ii) repassados ao **Poder Concedente**, caso indenizados posteriormente à recomposição, independentemente de anuência da **Concessionária**.

## **20. RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

### **20.1 DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**20.1.1** Sempre que atendidas as condições do **Contrato** e mantida a alocação de riscos nele estabelecida, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.

### **20.2 REVISÃO ORDINÁRIA**

**20.2.1** A **Revisão Ordinária** do **Contrato** será realizada a cada 5 (cinco) anos contados da **Data de Assunção**, com o objetivo de aferir a adequação e pertinência do **Contrato** à sua finalidade, entendida como a prestação dos **Serviços** aos **Usuários** no âmbito da **Rede**, de maneira adequada, atual e integrada, pelo menos, aos serviços integrantes do **STPP/RMR**, compreendendo o **SEI** e o **Sistema Complementar**.

**20.2.2** Na **Revisão Ordinária**, poderá ser realizada qualquer modificação nos aspectos contratuais e operacionais da **Concessão**, incluindo, mas não se limitando, (i)

aos **Parâmetros de Desempenho**, (ii) aos critérios de revisão e reajuste da **Remuneração**, (iii) à eventual necessidade ou oportunidade de inclusão de **Investimentos Adicionais**; e (iv) ao cronograma de realização dos **Investimentos Obrigatórios** e de eventuais **Investimentos Adicionais**; desde que de forma consensual e que, comprovadamente, seja necessária para adequar o **Contrato** à sua finalidade, excetuados os aspectos pertinentes ao desembolso e ao uso dos **Aportes Públicos**, os quais não poderão ser modificados pelas **Partes**.

**20.2.3** O resultado do processo de **Revisão Ordinária** poderá ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**, cujo procedimento de recomposição observará o regramento previsto nesta Cláusula 20, sendo certo que, neste caso, a implementação das medidas definidas no processo ocorrerá após a formalização do termo aditivo modificativo ao presente **Contrato**.

**20.2.4** A **Revisão Ordinária** não poderá alterar ou desconsiderar a alocação de riscos estabelecida neste **Contrato**, ressalvadas alterações consensuais entre as **Partes**.

## **20.3 REVISÃO EXTRAORDINÁRIA**

**20.3.1** A **Concessionária** somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses previstas na Subcláusula 19.3, desde que o evento ocorrido efetivamente altere as condições originalmente pactuadas.

**20.3.2** Na hipótese prevista na Subcláusula 20.3.1, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato** será feita com base no **Fluxo de Caixa Marginal da Concessão**.

**20.3.3** O **Poder Concedente** poderá efetuar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro quando cabível, nos termos da lei e observada a alocação de riscos constante deste **Contrato**.

## **20.4 PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO DO PLEITO DE RECOMPOSIÇÃO**

**20.4.1** Quando o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro for iniciado pela **Concessionária**, deverão ser obedecidos os seguintes procedimentos:

(i) Apresentação do pedido de recomposição juntamente a relatório técnico ou laudo pericial, demonstrando o impacto da ocorrência;

(ii) Apresentação do pedido de recomposição juntamente a todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, podendo o **Poder Concedente**, ainda, solicitar laudos econômicos específicos, elaborados por entidades independentes; e

(iii) Satisfação, por conta e risco da **Concessionária**, de todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido de recomposição.

**20.4.2** O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciado pelo **Poder Concedente** deverá ser objeto de comunicação à **Concessionária**, à qual será enviada juntamente a cópia dos laudos e estudos pertinentes.

**20.4.2.1.** Caso uma **Parte** não se manifeste sobre a comunicação enviada pela outra **Parte** no prazo previsto em tal documento, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, a omissão será considerada como concordância em relação ao mérito da comunicação, para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.

**20.4.3** O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato** deverá ser concluído em prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias, ressalvada a hipótese, devidamente justificada, em que seja necessária a prorrogação para complementação da instrução.

**20.4.4** A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato** não poderá importar efeito retroativo superior a 180 (cento e oitenta) dias da data da apresentação do pleito ou da comunicação, e a **Parte** decairá do direito de pleitear o reequilíbrio se não o apresentar à outra **Parte** no prazo máximo de 5 (cinco) anos contados da data de conhecimento ou de materialização dos efeitos do **Evento de Desequilíbrio**, o que ocorrer primeiro.

**20.4.5** Uma **Parte** somente apresentará um pleito de reequilíbrio econômico-financeiro à outra **Parte** quando este pleito versar sobre um **Evento de Desequilíbrio** ou conjunto de **Eventos de Desequilíbrio** cujos efeitos financeiros imediatos sejam superiores a 5% (cinco por cento) da **Receita de Remuneração** obtida pela **Concessionária** nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de conhecimento ou materialização do respectivo **Evento de Desequilíbrio** ou, quando versar sobre um conjunto de eventos, à data de conhecimento ou materialização do primeiro **Evento de Desequilíbrio**.

**20.4.6** Caso ocorra um **Evento de Desequilíbrio** que isoladamente não atinja os efeitos financeiros mínimos indicados na Cláusula 20.4.5 acima, a **Parte** prejudicada deverá aguardar (i) até que o efeito financeiro mínimo tenha sido atingido, em virtude dos impactos prolongados desse mesmo **Evento de Desequilíbrio** ou da sua acumulação com os impactos provocados por outro(s) **Evento(s) de Desequilíbrio** subsequente(s); ou (ii) até a próxima **Revisão Ordinária**, observada em ambos os casos a suspensão dos prazos limitadores de efeitos retroativos e de decadência do direito ao reequilíbrio previstos na Cláusula 20.4.4 quando o pleito decorrente de um **Evento de Desequilíbrio** for postergado em virtude do não atingimento do critério de materialidade previsto nesta Cláusula.

## **20.5 REEQUILÍBRIO EM FUNÇÃO DAS VARIAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DE DEMANDA**

**20.5.1** Constituem **Variações Ordinárias de Demanda** as variações em relação à **Demanda Referencial** observadas em níveis iguais ou inferiores a 20% (vinte por cento) ou que, ainda que superiores a 20% (vinte por cento), ocorram por período inferior a 12 (doze) meses consecutivos, observados os **Fatores de Sazonalidade**, as quais constituem risco integralmente assumido pela **Concessionária**, que em todo caso fará jus ao recebimento da **Tarifa de Remuneração** que estiver vigente nos termos deste **Contrato**, devida por cada **Usuário** transportado pela **Concessionária**.

**20.5.2** Constituem **Variações Extraordinárias de Demanda** aquelas variações à **Demanda Referencial** identificadas em níveis superiores a 20% (vinte por cento), a maior ou a menor, durante, ao menos, 12 (doze) meses consecutivos, observados os **Fatores de Sazonalidade**.

**20.5.3** Para os fins deste **Contrato**, considera-se **Demanda Referencial** da **Rede Metroferroviária**:

<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE DE PASSAGEIROS (EM MILHÕES)</b>
1	29,05
2	58,34
3	58,58
4	61,26

5	66,81
6	73,54
7	78,27
8	78,49
9	78,70
10	78,84
11	78,96
12	79,07
13	79,18
14	79,30
15	79,34
16	79,36
17	79,37
18	79,39
19	79,41
20	79,34
21	79,25
22	79,16
23	79,07
24	78,98
25	78,81
26	78,62
27	78,42
28	78,23
29	78,04
30	77,77

**20.5.4** A **Demanda Referencial** prevista na Subcláusula acima deverá ser apurada a partir do 1º (primeiro) dia do 1º (primeiro) trimestre-calendário após a celebração do **Contrato**, sendo, então, aplicáveis os **Fatores de Sazonalidade**, que levarão em conta o ano civil, considerando os valores a seguir:

Trimestre	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
<b>Fator de Sazonalidade</b>	23,34%	23,99%	26,65%	26,02%

## **20.6 PARÂMETROS PARA RECOMPOSIÇÃO**

**20.6.1** Os processos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não poderão alterar a alocação de riscos originalmente prevista no **Contrato**.

**20.6.2** A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato** será realizada de forma que seja nulo o valor presente líquido do fluxo de caixa marginal projetado em razão do **Evento de Desequilíbrio**, considerando, na mesma data-base, (i) os fluxos dos dispêndios marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição e (ii) os fluxos das receitas marginais resultantes da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

**20.6.3** A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato** se dará conforme a metodologia do **Fluxo de Caixa Marginal**, aplicando-se para o cálculo do valor presente a taxa de desconto real anual correspondente à média diária no período dos últimos 12 (doze) meses da taxa bruta de juros de venda da Nota do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), com vencimento de 10 (dez) anos, conforme previsão do Decreto Federal nº 11.301, de 21 de dezembro de 2022 e regulamentações da Secretaria do Tesouro Nacional em vigor, ou, na ausência deste, outro que o substitua, *ex-ante* a dedução do Imposto de Renda, com vencimento que seja compatível com a data de encerramento do **Prazo da Concessão**, acrescida de spread ou sobretaxa de juros de 2,97 p.p. (dois vírgula noventa e sete pontos percentuais) ao ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$T_D = [(1 + taxaNTNB) \times (1 + spread)] - 1$$

**20.6.4** Independentemente do resultado do cálculo indicado acima, a taxa de desconto real anual a ser utilizada no cálculo do valor presente não poderá ser inferior a 0% (zero por cento).

**20.6.5** Para fins de determinação dos fluxos de caixa dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis para retratar as reais e efetivas condições atuais, para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas, bem como eventuais receitas e outros ganhos, resultantes do **Evento de Desequilíbrio**, devendo ser observada, em todo caso, a taxa acima indicada.

## **20.7 FORMAS DE RECOMPOSIÇÃO**

**20.7.1** Ao final do procedimento de reequilíbrio contratual, caso a recomposição tenha sido julgada cabível, o **Poder Concedente** deverá adotar, a seu exclusivo critério, uma ou mais formas de recomposição que julgar adequadas, que poderão se dar em favor da **Concessionária** ou do **Poder Concedente**, conforme a alocação de riscos deste **Contrato**, incluindo, mas não se limitando a:

- (i) Modificação da **Tarifa de Remuneração**;
- (ii) Modificação da **Contraprestação Pública**;
- (iii) Modificação do **Prazo do Contrato**, respeitados os limites legais;
- (iv) Ressarcimento à **Concessionária**, pelo **Poder Concedente**, dos investimentos, custos ou despesas adicionais que tenham sido efetivamente incorridos ou do valor equivalente à perda de receita efetivamente ocorrida, quando o reequilíbrio se der em favor da **Concessionária**; ou
- (v) Modificação de obrigações contratuais da **Concessionária**, de forma proporcional e, preferencialmente, diretamente relacionada ao evento provocador da recomposição.

**20.7.2** A **Agência** poderá, de ofício ou mediante provocação da **Concessionária**, adotar, justificadamente, medidas cautelares ou antecipatórias voltadas a mitigar os impactos sobre a execução do **Contrato de Concessão** causados por determinados **Eventos de Desequilíbrio**, enquanto não for ultimado o processamento do reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos desta Cláusula, nas hipóteses previstas pela Resolução CPPE n.º 87 de 04 de junho de 2024, ou outra que venha a substituí-la.



**20.7.3** A adoção das medidas referidas na Cláusula 20.7.2 acima dependerá da viabilidade da demonstração e do reconhecimento da efetiva ocorrência do **Evento de Desequilíbrio**, ainda que não se mostre viável a sua imediata mensuração ou quantificação, conforme o disposto no artigo 3º da Resolução CPPE n.º 87 de 04 de junho de 2024.

**20.7.4** Na hipótese da Cláusula 20.7.2, uma vez ultimado o processamento do reequilíbrio econômico-financeiro deste **Contrato de Concessão** e quantificado o valor a ser reequilibrado, a **Agência** deverá realizar encontro de contas entre: (i) o valor de eventual montante pago à **Concessionária**, a título de reequilíbrio cautelar; e (ii) o valor efetivo do desequilíbrio e o montante a ser recomposto, sendo que eventual crédito do **Poder Concedente** ou da **Concessionária** será reequilibrado por meio de um dos mecanismos previstos na Resolução CPPE n.º 87 de 04 de junho de 2024.

## **21. CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS E EMPREGADOS**

**21.1.** Sem prejuízo de suas responsabilidades, a **Concessionária** deverá prestar os **Serviços**, conforme estabelecido neste **Contrato** e nos termos da legislação aplicável, por si ou por meio de terceiros, por sua conta e risco.

**21.2.** Na hipótese de subcontratar os **Serviços**, a **Concessionária** permanecerá responsável perante o **Poder Concedente** e a **Agência** por quaisquer problemas ou prejuízos decorrentes de eventual falta de hígidez financeira, de competência e habilidade técnica ou qualquer outro, atinente aos terceiros, bem como pelo adequado cumprimento do **Contrato**, em conformidade com as **Diretrizes para Transporte Coletivo de Passageiros**, pelo atingimento dos **Parâmetros de Desempenho** e por eventuais danos causados a terceiros, inclusive aos **Usuários**, na prestação dos **Serviços**.

**21.3.** Os contratos firmados entre a **Concessionária** e terceiros reger-se-ão pelas normas de Direito Privado, não se estabelecendo relação de qualquer natureza entre tais terceiros e o **Poder Concedente**.

**21.4.** Os contratos celebrados entre a **Concessionária** e terceiros deverão, ainda, prever cláusula de cessão de posição contratual ao **Poder Concedente**, visando ao atendimento do disposto na Subcláusula 27.5.

**21.5.** A **Concessionária** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do **Contrato**, ressalvados todos os custos

relativos à operação da **Rede Metroferroviária** até a **Data de Assunção**, que serão assumidos pela **CBTU**.

**21.6.** É vedada a subconcessão de qualquer parcela dos **Serviços**.

**21.7. OPERADOR SUBCONTRATADO**

**21.7.1** Caso a **Concessionária** tenha optado por contratar **Operador Subcontratado** durante a **Concorrência** ou já durante a execução do **Contrato**, deverá observar o disposto nesta Cláusula 21 e especialmente na Cláusula 21.7 e suas subcláusulas.

**21.7.2** A subcontratação da operação da **Rede** em momento posterior à **Concorrência**, se houver, deverá ser precedida da apresentação, à **Agência**, da documentação comprobatória da experiência pregressa do subcontratado, nos mesmos termos do **Edital**.

**21.7.3** Não será admitida solução de continuidade nos **Serviços** em decorrência de eventual contratação, substituição ou desconstrução do **Operador Subcontratado** pela **Concessionária**.

**21.7.4** O contrato a ser celebrado entre a **Concessionária** (ou seus **Controladores**, caso anteceda a celebração deste **Contrato**) e o **Operador Subcontratado** deverá possuir o seguinte conteúdo mínimo e observar as seguintes diretrizes:

(i) a delimitação das atividades a serem desempenhadas pelo **Operador Subcontratado** e pela **Concessionária** no que se refere à prestação dos **Serviços**;

(ii) o quadro técnico a ser alocado pelo **Operador Subcontratado** e pela **Concessionária** para a prestação dos **Serviços**, indicando cronograma contratual e se as atividades serão prestadas diretamente pelo **Operador Subcontratado** ou apenas com sua supervisão;

(iii) vigência de, no mínimo, 3 (três) anos, permitida a sua rescisão, pela parte não faltosa, em caso de falha ou descumprimento do contrato;

(iv) caso o **Operador Subcontratado** atue somente na supervisão técnica da prestação dos **Serviços**, o contrato deverá prever etapas a serem cumpridas pelo quadro técnico vinculado à **Concessionária** para absorção do conhecimento técnico necessário à prestação dos **Serviços**, bem como a forma e o momento em que se iniciará a redução da

participação do **Operador Subcontratado** na prestação dos **Serviços**, quando concluído o período de treinamento operacional e de transferência do conhecimento técnico do **Operador Subcontratado** à **Concessionária**, de modo que, no máximo ao final do período de vigência mínima previsto no item (iii) acima, a **Concessionária** possa exercer plenamente as atividades de operação da **Rede**, sem a participação do **Operador Subcontratado**.

**21.7.5** Em caso de rescisão do contrato celebrado entre a **Concessionária** e o **Operador Subcontratado**, ou se, após o prazo de vigência mínimo, a **Concessionária** desejar substituir o **Operador Subcontratado**, a **Concessionária** deverá, com pelo menos 3 (três) meses de antecedência em relação ao termo final da subcontratação, optar por uma das seguintes alternativas:

(i) a substituição do **Operador Subcontratado** por outro igualmente qualificado, a ser previamente aprovada pela **Agência**, desde que mantido o pleno atendimento às exigências de capacidade técnica exigidos no **Edital**, e devendo a **Concessionária** assegurar que não haverá solução de continuidade na prestação dos **Serviços** ou a realização de atividades de operação por quem não detenha qualificação técnica reconhecida pela **Agência**; ou

(ii) a não objeção do **Verificador Independente** e da **Agência** de que a **Concessionária** cumpriu todas as etapas de absorção do conhecimento técnico necessário à operação, desde que transcorrido todo o prazo previsto no item (iii) e concluídas todas as etapas de absorção do conhecimento técnico previstas no item (iv) da Cláusula 21.7.4, acima.

**21.7.6** Considera-se “conhecimento técnico necessário à operação” para fins da Cláusula 21.7.5, item (ii), todo o conhecimento que se faça necessário para a operação da **Rede Metroferroviária**, com a segurança operacional inerente a essa atividade, observados os procedimentos e regulamentos operacionais e todas as normas técnicas aplicáveis, de modo a permitir que a **Concessionária** cumpra, sem a presença do **Operador Subcontratado**, as obrigações contidas neste **Contrato** e em seus **Anexos**.

## **22. ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA**

**22.1.** O objeto social da **Concessionária**, durante todo o **Prazo da Concessão**, será a execução do objeto da **Concessão**, incluindo a prestação dos **Serviços**, a realização dos **Investimentos Obrigatórios** e a exploração das fontes de **Receitas Extraordinárias**, direta ou indiretamente, por meio de subsidiária(s).

**22.2.** A **Concessionária** deverá ter sede e foro no Município de Recife, no Estado de Pernambuco.

**22.3.** A **Concessionária** deverá manter capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, de, pelo menos R\$ 180.840.000,00 (cento e oitenta milhões e oitocentos e quarenta mil reais), referenciado à **Data-Base**.

**22.4.** O montante previsto na Subcláusula 22.3 deverá ser atualizado pelo **IPCA** até a data de assinatura do **Contrato**.

**22.5.** Durante o período em que forem realizados os **Investimentos Principais**, conforme previsto no eventograma do **Anexo 1**, a **Concessionária** não poderá (i) reduzir o montante de capital social acima previsto; ou (ii) distribuir dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas.

**22.6.** Após a verificação do último marco referente à conclusão dos **Investimentos Principais**, a **Concessionária** poderá (i) solicitar à **Agência** autorização para reduzir o seu capital social acima previsto, devendo demonstrar que os seus fluxos de caixa futuros são suficientes para o cumprimento de suas obrigações contratuais; e (ii) pagar dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas, mediante prévia informação à **Agência**.

## **23. TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE E DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DA CONCESSIONÁRIA**

**23.1.** A **Concessionária** deve comunicar ao **Poder Concedente** e à **Agência**, imediatamente, as alterações na sua composição societária descrita no **Anexo 5**, existente à época de assinatura do **Contrato**, inclusive com relação aos documentos constitutivos e posteriores alterações, respeitadas as obrigações definidas no **Contrato** referentes à transferência do **Controle** e da participação acionária de acionistas da **Concessionária**, nos casos previstos neste **Contrato**.

**23.2.** Qualquer transferência do **Controle** ou da participação acionária de uma acionista da **Concessionária** que, ainda que não integre o bloco de **Controle**, tenha contribuído para a comprovação de qualificação técnica da Licitante Vencedora no âmbito da **Concorrência** (incluindo a qualificação técnica específica exigida como condição precedente da assinatura do **Contrato**, nos termos do Item 6.34, ix, do Edital), deverá ser previamente autorizada pelo **Poder Concedente** nos termos da lei e, ressalvada a hipótese

de assunção do controle pelos **Financiadores**, descrita na Subcláusula 25.1, abaixo, não poderá ocorrer até a conclusão dos **Investimentos Principais** previstos no **Anexo 1-G** do **Contrato**, exceto nos casos de (i) transferências dentro de um mesmo grupo econômico, caso em que poderá ser realizada mediante prévia comunicação ao **Poder Concedente**; ou (ii) motivo grave que ponha em risco a continuidade da prestação dos **Serviços**, devidamente justificado e previamente aprovado pelo **Poder Concedente**.

**23.3.** A aprovação do **Poder Concedente** à transferência do **Controle** ou da participação acionária prevista na Cláusula acima será condicionada **(i)** à comprovação de capacidade técnica, jurídica, financeira e fiscal da nova **Controladora** ou acionista com relação às obrigações da **Concessionária** no momento da transferência, desde que equivalente à comprovação exigida pelo **Edital** à anterior **Controladora** ou acionista que estiver se retirando do quadro societário da **Concessionária**, **(ii)** à aceitação, por parte das novas **Controladoras** ou acionistas, de todos os termos e condições deste **Contrato** e **(iii)** à aceitação da operação de transferência de **Controle** pelos **Financiadores**.

**23.4.** A **Concessionária** se compromete a manter inalterado seu objeto social durante todo o **Prazo da Concessão**.

## **24. FINANCIAMENTO**

**24.1.** A **Concessionária** é a única e exclusiva responsável pela seleção dos **Financiadores** e pela obtenção dos financiamentos necessários à exploração da **Concessão**, de modo a cumprir, cabal e tempestivamente, todas as obrigações assumidas no **Contrato**.

**24.2.** A **Concessionária** deverá apresentar à **Agência** cópia autenticada ou certificada eletronicamente dos contratos de financiamento e de garantia que venha a celebrar, bem como de documentos representativos dos títulos e valores mobiliários que venha a emitir, além de quaisquer alterações a esses instrumentos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua assinatura e/ou emissão, conforme o caso.

**24.3.** A **Concessionária** não poderá invocar qualquer disposição, cláusula ou condição dos contratos de financiamento, ou qualquer atraso no desembolso dos recursos pelos **Financiadores**, para eximir-se, total ou parcialmente, das obrigações assumidas no **Contrato**.

**24.4.** A **Concessionária** poderá dar em garantia dos financiamentos contratados nos termos desta Cláusula, os direitos emergentes da **Concessão**, como as receitas oriundas da exploração da **Concessão**, desde que autorizada pelo **Poder Concedente** e que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação dos **Serviços**.

**24.5.** Os direitos à percepção (i) das receitas oriundas da cobrança da **Tarifa Pública**; (ii) da **Contraprestação Pública**; (iii) das **Receitas Extraordinárias**; e (iv) das indenizações devidas à **Concessionária** em virtude do **Contrato**, poderão ser empenhados, cedidos ou de qualquer outra forma transferidos diretamente aos **Financiadores**, inclusive pelo **Poder Concedente**, mediante prévia solicitação por escrito da **Concessionária**, sujeitos aos limites e aos requisitos legais.

**24.6.** No caso de realização de pagamentos diretos pelo **Poder Concedente** aos **Financiadores**, na forma da Subcláusula 24.5 acima, esses pagamentos operarão quitação das obrigações do **Poder Concedente** perante a **Concessionária** pelo montante efetivamente desembolsado aos **Financiadores**.

**24.7.** Desde que mantida a obrigação de reversão prevista na Subcláusula 27.2 e assegurada sua vinculação à **Rede Metroferroviária**, os **Bens Reversíveis** poderão ser oferecidos pela **Concessionária** em garantia aos **Financiadores**, desde que obtida a prévia e expressa autorização por escrito do **Poder Concedente**, ouvida a **Agência**.

**24.8.** É vedado à **Concessionária**:

(i) Conceder empréstimos, financiamentos e/ou quaisquer outras formas de transferência de recursos para terceiros, incluindo eventuais **Partes Relacionadas**, exceto transferências de recursos a título de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio e/ou pagamentos pela contratação de obras e serviços celebrados em condições equitativas de mercado, sendo tais restrições aplicáveis, inclusive, à subsidiária eventualmente constituída pela **Concessionária** para exploração de **Receitas Extraordinárias**, nos termos das Subcláusulas 17.5 e 17.6;

(ii) Instituir ou permitir a instituição de qualquer ônus sobre os montantes dos **Aportes Públicos**; e

(iii) Prestar fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia em favor de suas **Partes Relacionadas** e/ou terceiros.

## **25. ASSUNÇÃO DO CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA PELOS FINANCIADORES**

**25.1.** Os contratos de financiamento firmados pela **Concessionária** poderão outorgar aos **Financiadores**, de acordo com as regras de Direito Privado aplicáveis e conforme o instrumento considerado mais apropriado, o direito de assumir o **Controle** no caso de inadimplemento, pela **Concessionária**, aos referidos contratos de financiamento ou a este **Contrato**, na hipótese de o inadimplemento inviabilizar ou colocar em risco a **Concessão**.

**25.2.** Enviada ao **Poder Concedente** a solicitação de autorização para que os **Financiadores** assumam o **Controle**, será instaurado regular processo administrativo, ouvindo-se a **Agência** previamente à tomada de decisão pelo **Poder Concedente**.

**25.3.** A assunção do **Controle** pelos **Financiadores** será autorizada com o objetivo de promover a reestruturação financeira da **Concessionária** e assegurar a continuidade da exploração da **Concessão**, cabendo aos **Financiadores** comprovar que atendem aos requisitos de regularidade jurídica e fiscal previstos no **Edital**.

**25.4.** Os **Financiadores** ficarão dispensados de demonstrar idoneidade financeira desde que estejam devidamente autorizados a atuar como instituição financeira no Brasil.

**25.5.** A assunção do **Controle**, nos termos desta Cláusula, não alterará as obrigações da **Concessionária** e das **Controladoras** perante o **Poder Concedente**, mas não implicará a transferência aos **Financiadores** das obrigações diretamente assumidas pelas antigas **Controladoras**.

## **26. INTERVENÇÃO DO PODER CONCEDENTE**

**26.1.** O **Poder Concedente**, por indicação da **Agência**, poderá intervir na **Concessionária** com o fim de assegurar a adequação na prestação dos **Serviços** e assegurar a conclusão dos **Investimentos Obrigatórios**, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

**26.2.** Dentre as situações que autorizam a intervenção, estão incluídas, exemplificativamente:

- (i) A cessação ou interrupção, total ou parcial, dos **Serviços** e/ou da realização dos **Investimentos** por culpa da **Concessionária**, em descumprimento aos termos deste **Contrato**;
- (ii) Deficiências graves na organização da **Concessionária** que comprometam o cumprimento das obrigações assumidas neste **Contrato**;
- (iii) Inadequações, insuficiências ou deficiências graves e reiteradas na execução dos **Investimentos**, da prestação dos **Serviços** e de eventuais **Projetos Associados**;
- (iv) Situações causadas pela **Concessionária** que ponham em risco o meio ambiente, a segurança dos **Usuários**, de pessoas, de bens, o erário ou a saúde pública;
- (v) A ocorrência de graves e/ou reiterados descumprimentos das obrigações previstas neste **Contrato**; e
- (vi) A utilização da **Concessionária**, dos **Bens da Concessão** ou dos **Serviços** para fins ilícitos, bem como nas hipóteses de condenação previstas na Cláusula 30.1, 30(vii), abaixo;
- (vii) A não execução da totalidade dos **Investimentos Obrigatórios** com os **Aportes Públicos**, cabendo ao **Poder Concedente**, nesta hipótese, assumir o **Controle** da **Concessionária** a fim de executar qualquer parcela de referidos investimentos que tenha deixado de ser realizada pela **Concessionária**.

**26.3.** Sem prejuízo do disposto na Cláusula 26.2 acima e de outras hipóteses que demandem fundamentadamente a intervenção do **Poder Concedente**, o **Poder Concedente** poderá avaliar a intervenção na **Concessão**, devendo justificar rigorosamente a sua vantajosidade, quando a **Concessionária** não atingir, sem apresentar justificativa suficiente a critério da **Agência**, Coeficiente de Mensuração de Desempenho – CMD inferior a 0,6 (seis décimos) por ao menos 3 (três) meses consecutivos, ou CMD inferior a 0,5 (cinco décimos) em 6 (seis) meses, ainda que não consecutivos, durante o período de 1 (um) ano, nos termos do **Anexo 2-B – Parâmetros de Desempenho**.

**26.3.1.** O disposto na Cláusula 26.3 serve apenas como uma referência, mas não impede, limita, restringe ou vincula o **Poder Concedente** a decidir sobre eventual intervenção na **Concessão**, inclusive quando, apesar de a **Concessionária** atingir **Parâmetros de Desempenho** superiores aos limites mínimos previstos acima, o **Poder Concedente** e/ou a **Agência** entender que os níveis dos **Serviços** apresentados pela



**Concessionária** têm sido insuficientes para o adequado atendimento aos **Usuários** ou às obrigações assumidas neste **Contrato**.

**26.4.** A intervenção far-se-á por decreto do **Poder Concedente**, devidamente publicado no **DOE-PE**, que conterà a designação do interventor, o prazo da intervenção e os limites da medida.

**26.5.** Decretada a intervenção, o **Poder Concedente** instaurará, no prazo de 30 (trinta) dias, processo administrativo que deverá ser concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para (i) comprovar as causas determinantes da intervenção, (ii) apurar as respectivas responsabilidades e, constatando-se a responsabilidade da **Concessionária**, (iii) decidir se a **Concessão** será extinta ou não, observado o disposto pela Cláusula 30 abaixo, assegurado de todo modo à **Concessionária** o exercício de amplo direito de defesa.

**26.6.** Cessada a intervenção, se não for extinta a **Concessão**, a prestação dos **Serviços** voltará à responsabilidade da **Concessionária**.

**26.7.** A **Concessionária** se obriga a disponibilizar ao **Poder Concedente** e à **Agência a Rede Metroferroviária**, os demais **Bens da Concessão**, bem como todos os demais recursos materiais e humanos necessários à prestação contínua e ininterrupta dos **Serviços**, imediatamente após a decretação da intervenção.

**26.8.** As receitas obtidas durante o período de intervenção serão utilizadas para cobertura dos investimentos, custos e despesas necessários para restabelecer o normal funcionamento da **Rede Metroferroviária**.

**26.9.** Se eventualmente as receitas referidas na Subcláusula supra não forem suficientes para cobrir o valor dos investimentos, dos custos e das despesas incorridas pelo **Poder Concedente** para execução da **Concessão**, este poderá se valer da **Garantia de Execução do Contrato** para:

- (i) Cobri-las, integral ou parcialmente; e/ou
- (ii) Descontar, da eventual **Remuneração** futura a ser recebida pela **Concessionária**, o valor dos investimentos, dos custos e das despesas em que incorreu.

## 27. CASOS DE EXTINÇÃO

27.1. A **Concessão** extinguir-se-á por:

- (i) Advento do termo contratual;
- (ii) Encampação;
- (iii) Caducidade;
- (iv) Rescisão;
- (v) Anulação; ou
- (vi) Falência ou extinção da **Concessionária**.

27.2. Extinta a **Concessão**, serão revertidos ao **Poder Concedente** todos os **Bens Reversíveis**, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, bem como as atividades objeto do **Contrato**, e cessarão, para a **Concessionária**, todos os direitos emergentes do **Contrato**.

27.3. No caso de bens arrendados ou locados pela **Concessionária**, necessários à execução da **Concessão**, o **Poder Concedente** poderá, a seu exclusivo critério, suceder a **Concessionária** nos respectivos contratos de arrendamento ou locação de tais bens.

27.4. O **Poder Concedente** ou eventual operadora que venha a suceder a **Concessionária** na prestação dos **Serviços** poderá, quando da extinção da **Concessão**, sub-rogar-se e manter os contratos firmados pela **Concessionária** com terceiros, pelo prazo e nas condições inicialmente ajustadas, observada a legislação vigente e desde que em acordo com os responsáveis por referidos contratos.

27.4.1. Verificando-se a extinção do **Contrato**, sem prejuízo de eventual sub-rogação nos termos da Subcláusula 27.4 acima, a **Concessionária** será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer relações contratuais de que seja parte, celebradas com terceiros.

27.4.2. O **Poder Concedente** não assumirá, salvo na hipótese do exercício da prerrogativa de sub-rogar-se em contratos celebrados pela **Concessionária** ou na hipótese prevista na Cláusula 29 abaixo, qualquer responsabilidade, encargo ou ônus quanto aos contratos firmados pela **Concessionária**, não sendo devida nenhuma indenização à **Concessionária** ou a terceiros pelo encerramento de tais relações contratuais.

**27.4.3.** A **Concessionária** deverá tomar as medidas necessárias à facilitação das tratativas entre o **Poder Concedente** ou a operadora que vier a sucedê-la, de um lado, e os terceiros contratados pela **Concessionária**, de outro lado, com a finalidade de garantir a possibilidade de exercício da prerrogativa de sub-rogação mencionada na Subcláusula 27.4 acima.

**27.5.** Na extinção da **Concessão**, haverá imediata assunção da prestação dos **Serviços** pelo **Poder Concedente** ou por quem este indicar, que ficará autorizado a ocupar as instalações da **Rede** e a utilizar todos os **Bens Reversíveis**.

**27.6.** De acordo com os prazos e condições estabelecidos pelo **Poder Concedente**, ouvida a **Agência**, terceiros serão autorizados a realizar pesquisas de campo quando se aproximar o término do **Prazo da Concessão**, para fins de realização de estudos para promoção de novos processos licitatórios para outorga da prestação dos **Serviços**.

**27.7.** Na ocasião de serem devidas indenizações à **Concessionária** quando da extinção da **Concessão** por investimentos realizados em **Bens da Concessão** não amortizados ou depreciados integralmente, o saldo de investimentos será apurado a partir do ativo da **Concessionária**, e tendo como termo final a data da notificação da extinção da **Concessão**, de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), pronunciamentos e orientações relacionadas e, ainda, respectivas revisões, todos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), devidamente atualizado do ano contratual do reconhecimento do investimento até o ano contratual do pagamento da indenização conforme regra de reajuste aplicável à **Tarifa de Remuneração**.

**27.7.1.** Não serão indenizados valores registrados no ativo referentes a:

- (i) Margem de receita de construção;
- (ii) **Investimentos Obrigatórios** realizados com os **Aportes Públicos**;
- (iii) Adiantamento a fornecedores, por serviços ainda não realizados; e
- (iv) Custos pré-operacionais, salvo aqueles que comprovadamente representem benefício econômico futuro à **Rede Metroferroviária**.

**27.7.2.** No caso de indenizações devidas por **Bens da Concessão** decorrentes de contratos com **Partes Relacionadas**, será realizada avaliação dos termos e condições dos contratos, seus aditivos e de sua execução, desconsiderando valores transferidos acima

das condições equitativas de mercado, devendo ser assegurado o contraditório e a ampla defesa para a parte controversa, de forma apartada.

**27.7.3.** As taxas de depreciação ou amortização utilizadas serão lineares, considerando o prazo entre o momento em que o ativo estiver disponível para uso e a sua vida útil ou o prazo final da **Concessão**, o que ocorrer primeiro.

## **28. ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL**

**28.1.** Encerrado o **Prazo da Concessão**, a **Concessionária** será responsável pela finalização de quaisquer contratos inerentes à **Concessão** que tenha celebrado com terceiros, assumindo todos os encargos, responsabilidades e ônus resultantes de tais instrumentos, excetuadas as contratações essenciais à continuidade da prestação dos **Serviços**, ou que, conforme manifestação do **Poder Concedente**, se enquadrem na definição da Subcláusula 27.3, casos em que serão arcadas pelo **Poder Concedente**.

**28.2.** A **Concessionária** deverá adotar todas as medidas apropriadas e cooperar plenamente com o **Poder Concedente** para que os **Serviços** continuem a ser prestados de acordo com os **Parâmetros de Desempenho**, sem que haja interrupção de sua prestação, além de tomar as providências cabíveis à prevenção e mitigação de qualquer inconveniência ou risco à saúde ou segurança dos usuários e dos funcionários do **Poder Concedente**.

**28.3.** O dever de cooperação entre a **Concessionária** e o **Poder Concedente** ao encerramento do **Prazo da Concessão** mencionado na Subcláusula acima inclui:

- (i) Disponibilização de quaisquer informações, documentos operacionais e contratos relativos ao objeto da **Concessão** necessários à continuidade da prestação dos **Serviços** e à operação da **Rede**;
- (ii) Permissão de acesso à **Rede** para o acompanhamento de sua operação pelo **Poder Concedente** ou por quem este indicar; e
- (iii) Treinamento do pessoal do **Poder Concedente** ou de quem este indicar relativamente à operação da **Rede**.

**28.4.** O **Poder Concedente** pode determinar que as informações mencionadas na Subcláusula acima sejam prestadas pela **Concessionária** diretamente à operadora privada que a suceder na prestação dos **Serviços**, se houver.

**28.5.** Ao fim do **Prazo da Concessão**, a **Concessionária** não fará jus a qualquer indenização em razão de investimentos vinculados aos **Bens da Concessão**, excetuado o disposto na Subcláusula 5.2.9.

## **29. ENCAMPAÇÃO**

**29.1.** O **Poder Concedente** poderá, a qualquer tempo, encampar a **Concessão**, por motivos de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento de indenização, a ser calculada nos termos da Subcláusula abaixo.

**29.2.** A indenização devida à **Concessionária** em caso de encampação cobrirá:

(i) As parcelas dos investimentos em **Bens Reversíveis** que constem do **Anexo 1**, ainda não amortizados ou depreciados, para as quais não tenham sido empregados recursos oriundos dos **Aportes Públicos**;

(ii) As parcelas dos investimentos não previstos pelo **Anexo 1** e autorizados pelo **Poder Concedente**, conforme a disciplina prevista neste **Contrato**, ainda não amortizados ou não depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste **Contrato** com **Recursos da Concessionária**, ou seja, que não tenham envolvido a aplicação dos **Aportes Públicos**, deduzidos os ônus financeiros remanescentes;

(iii) Os valores relacionados a uma parcela dos **Investimentos Obrigatórios** em curso de realização no momento da decretação da encampação, que não tenham sido quitados com o desembolso da respectiva parcela dos **Aportes Públicos**;

(iv) A desoneração da **Concessionária** em relação às obrigações decorrentes de contratos de financiamentos firmados por essa com vista ao cumprimento do **Contrato**, mediante, conforme o caso:

(iv.1) Prévia assunção, perante os **Financiadores**, das obrigações contratuais da **Concessionária**, em especial quando a receita tarifária figurar como garantia do financiamento; ou

(iv.2) Prévia indenização à **Concessionária** no valor da totalidade dos débitos remanescentes que tenha contraído em favor dos **Financiadores**;

(v) Todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais; e

(vi) Lucros cessantes da **Concessionária**.

### 30. CADUCIDADE

30.1. O **Poder Concedente**, por recomendação da **Agência**, poderá declarar a caducidade da **Concessão** na hipótese de inexecução total ou parcial do **Contrato** pela **Concessionária**, observado o disposto nas normas regulamentares e legais pertinentes, e especialmente quando a **Concessionária**:

(i) Prestar os **Serviços** de forma inadequada ou deficiente, tendo por base os **Parâmetros de Desempenho**, observado exemplificativamente o disposto na Cláusula 26.3 acima;

(ii) Descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais e regulamentares concernentes à **Concessão**;

(iii) Paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior;

(iv) Perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido;

(v) Não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;

(vi) Não atender a intimação do **Poder Concedente** no sentido de regularizar a prestação do serviço; ou

(vii) For condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais, ou em caso de qualquer condenação criminal, da própria **Concessionária** ou de entidade integrante do seu bloco de **Controle**, bem como do(s) respectivo(s) administrador(res) dessa(s) entidade(s).

**30.2.** O **Poder Concedente** não poderá declarar a caducidade da **Concessão** com relação ao inadimplemento da **Concessionária** resultante dos eventos indicados na Subcláusula acima quando causados pela ocorrência de caso fortuito ou força maior.

**30.3.** A declaração de caducidade da **Concessão** deverá ser precedida da verificação de inadimplemento contratual da **Concessionária** em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa à **Concessionária**.

**30.4.** Não será instaurado processo administrativo de caducidade sem prévia notificação à **Concessionária**, sendo-lhe dada, em cada caso, prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas, quando essa correção for possível, e para o enquadramento nos termos contratuais.

**30.5.** Instaurado o processo administrativo e comprovado o inadimplemento, com recomendação da **Agência**, a caducidade será declarada pelo **Poder Concedente**, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo e de acordo com a Subcláusula 30.7, abaixo.

**30.6.** Declarada a caducidade e paga a respectiva indenização, não resultará para o **Poder Concedente** qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da **Concessionária**.

**30.7.** A indenização devida à **Concessionária** em caso de caducidade restringir-se-á ao valor dos investimentos vinculados aos **Bens Reversíveis** ainda não amortizados ou não depreciados, realizados com **Recursos da Concessionária**, ou seja, que não envolveram a aplicação dos **Aportes Públicos**.

**30.8.** Do montante previsto na Subcláusula anterior serão descontados:

- (i) Os prejuízos causados pela **Concessionária** ao **Poder Concedente**;
- (ii) As multas contratuais aplicadas à **Concessionária** que não tenham sido pagas até a data de pagamento da indenização a que se refere a Subcláusula 30.7; e
- (iii) Quaisquer valores recebidos pela **Concessionária** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração de caducidade.

**30.9.** A declaração de caducidade acarretará, ainda:

- (i) A execução da **Garantia de Execução do Contrato de Concessão**, para ressarcimento de eventuais prejuízos causados ao **Poder Concedente**; e
- (ii) A retenção de eventuais créditos decorrentes do **Contrato**, até o limite dos prejuízos causados ao **Poder Concedente**.

### 31. RESCISÃO

**31.1.** A **Concessionária** deverá notificar o **Poder Concedente** de sua intenção de rescindir o **Contrato** no caso de descumprimento das normas contratuais pelo **Poder Concedente**, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, nos termos previstos na legislação e nas normas regulamentares pertinentes do **Poder Concedente**.

**31.2.** A **Concessionária** somente poderá interromper ou paralisar a prestação dos **Serviços** após 20 (vinte) dias do trânsito em julgado da sentença judicial que decretar a rescisão do **Contrato**.

**31.3.** A indenização devida à **Concessionária** no caso de rescisão do **Contrato** será calculada na forma prevista para a hipótese de encampação, conforme a Cláusula 29.

**31.4.** Para fins do cálculo indicado na Subcláusula acima, considerar-se-ão os valores recebidos pela **Concessionária** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a rescisão.

**31.5.** Este **Contrato** poderá ser rescindido amigavelmente, mediante consenso entre as **Partes** e demonstração do interesse público no distrato, devendo a indenização ser definida em comum acordo entre as **Partes** e não poderá superar, em nenhuma hipótese, o montante que seria devido para os casos de encampação, vedada a inclusão de qualquer indenização por lucros cessantes da **Concessionária**.

### 32. ANULAÇÃO

**32.1.** O **Poder Concedente** deverá declarar a nulidade do **Contrato**, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos, se verificar ilegalidade em sua formalização ou na **Concorrência**, desde que tal ilegalidade não seja passível de convalidação ou correção.



**32.2.** Na hipótese descrita na Subcláusula acima, se a ilegalidade for imputável apenas ao próprio **Poder Concedente**, a **Concessionária** será indenizada pelo que houver executado até a data em que a nulidade for declarada, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, descontados, todavia, quaisquer valores recebidos pela **Concessionária** a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a declaração da nulidade.

**32.3.** Caso a ilegalidade que deu causa à declaração de nulidade do **Contrato** seja imputável apenas à **Concessionária**, a indenização devida à **Concessionária** será aquela devida em caso de declaração de caducidade da **Concessão**, a ser calculada na forma da Subcláusula 30.7.

### **33. FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA**

**33.1.** Na hipótese de extinção da **Concessão** por falência ou extinção da **Concessionária**, a indenização devida será equivalente àquela aplicável em caso de caducidade, calculada na forma prevista nas Subcláusulas 30.7 e 30.8, observado, ainda, o que consta da Subcláusula 30.9.

**33.2.** No caso de extinção da **Concessionária**, por motivo outro que a sua falência, não será realizada a partilha de seu eventual acervo líquido entre as **Controladoras** antes do pagamento de todas as obrigações devidas ao **Poder Concedente** e à **Agência**, nos termos do artigo 1.103 do Código Civil, e da emissão de termo de vistoria pela **Agência** que ateste o estado em que se encontram os **Bens da Concessão**, devendo qualquer valor remanescente dos **Aportes Públicos** ser transferido ao **Poder Concedente**, conforme o caso.

### **34. SEGUROS**

**34.1.** A partir da **Data de Assunção**, a **Concessionária** deverá contratar e manter em vigor as apólices de seguro indicadas nesta Cláusula.

**34.2.** As apólices devem ser contratadas com seguradoras de primeira linha, assim entendidas aquelas de força financeira em escala nacional com operações devidamente aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**34.3.** Nenhum **Serviço** poderá ter início ou prosseguir sem que a **Concessionária** apresente ao **Poder Concedente** a comprovação de que as apólices dos seguros exigidos no **Contrato** se encontram em vigor e observam as condições estabelecidas neste **Contrato**, com exceção dos **Investimentos Obrigatórios** realizados durante o **Período Pré-Operacional** que não demandarem a contratação de seguros para a sua execução pela **Concessionária**.

**34.4.** Em até 5 (cinco) dias antes do início de qualquer **Serviço** prestado para implementação de melhorias à **Rede Metroferroviária**, a **Concessionária** deverá encaminhar ao **Poder Concedente** o certificado das apólices de seguro Responsabilidade Civil Obras e seguro Risco de Engenharia para Instalação e Montagem.

**34.5.** Em até 30 (trinta) dias após a data de emissão do certificado da respectiva apólice, a **Concessionária** deverá apresentar ao **Poder Concedente** a cópia autenticada ou certificada eletronicamente das apólices de seguros referentes à Subcláusula 34.4.

**34.6.** O **Poder Concedente** deverá figurar como um dos cossegurados em todas as apólices de seguros referidas no **Contrato**, com cláusula de expressa renúncia ao eventual exercício de sub-rogação nos direitos que as seguradoras tenham ou venham a ter contra este.

**34.7.** Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, a **Concessionária** deverá comprovar a contratação com seguradoras que operem no Brasil as coberturas de seguros estabelecidas nos itens seguintes, e mantê-las em vigor durante todo o período de **Operação Comercial da Rede Metroferroviária**, devendo o Valor em Risco ser compatível com os **Investimentos** previstos no **Anexo 1G – Eventograma** e com a adequada prestação dos **Serviços**:

(i) Seguro de Riscos Operacionais, incluindo, no mínimo, as seguintes coberturas: Danos Materiais, Danos Elétricos, Roubo de Valores, Equipamentos Eletrônicos e Perda de Receita, devendo a cobertura de Perda de Receita considerar a Receita Bruta estimada para os 12 (doze) primeiros meses de execução da **Operação Comercial**, sendo que o período indenitário deve ser de no mínimo equivalente a 6 (seis) meses;

(ii) Seguro de responsabilidade civil operações, cobrindo a **Concessionária** e o **Poder Concedente**, bem como seus administradores, empregados, funcionários, subcontratados, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e

quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela **Concessão**, inclusive, mas não se limitando, a danos involuntários pessoais, mortes, danos materiais causados a terceiros e seus veículos;

(iii) Seguro de responsabilidade civil de obras, sempre que forem realizadas intervenções para implementação de melhorias à **Rede Metroferroviária**, com vigência equivalente ao prazo de execução da respectiva intervenção, cobrindo a **Concessionária** e o **Poder Concedente**, bem como seus administradores, empregados, funcionários, subcontratados, prepostos ou delegados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos relacionados a danos materiais, pessoais ou morais, decorrentes das atividades abrangidas pela **Concessão**, inclusive, mas não se limitando, a danos involuntários pessoais, mortes, danos materiais causados a terceiros e seus veículos, devendo tal seguro ser contratado com as seguintes coberturas adicionais:

- (iii.1) Responsabilidade Civil com Fundações;
- (iii.2) Responsabilidade Civil Cruzada;
- (iii.3) Erro de Projeto;
- (iii.4) Poluição Súbita/acidental;
- (iii.5) Danos Morais decorrentes das atividades deste **Contrato**;
- (iii.6) Responsabilidade Civil Empregador.

(iv) Seguro de riscos de engenharia, sempre que forem realizadas intervenções para implementação de melhorias à **Rede Metroferroviária**, com vigência equivalente do prazo de execução da respectiva intervenção, cobrindo a **Concessionária** por danos materiais a tal intervenção. O seguro de risco de engenharia deverá ser no valor de 100% (cem por cento) do valor dos investimentos e deverá contemplar as seguintes coberturas adicionais:

- (iv.1) Erro de projeto / risco do fabricante;
- (iv.2) Manutenção ampla;
- (iv.3) Despesas extraordinárias;

(iv.4) Despesas de desentulho;

(iv.5) Tumultos;

(iv.6) Honorários de peritos; e

(iv.7) Despesas de salvamento e contenção de sinistros.

(v) Seguro para cobertura de roubo, furto, perda, perecimento, destruição, incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, para todos os **Bens da Concessão**.

(vi) Seguro de responsabilidade trabalhista, incluindo cobertura para tumultos, greves, manifestações e *lock-out*; e

(vii) Seguro de Riscos Ambientais, destinado a garantir a responsabilização da **Concessionária** por danos oriundos de condições de poluição ambiental, resultantes das atividades de operação dos **Serviços** e de realização dos **Investimentos**.

**34.8.** A **Concessionária** é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto no **Contrato**, exceto naquelas hipóteses em que o sinistro for causado pelo próprio **Poder Concedente**.

**34.9.** Nas apólices de seguros deverá constar a obrigação de as seguradoras informarem, imediatamente, à **Concessionária** e ao **Poder Concedente**, as alterações nos contratos de seguros, principalmente as que impliquem o cancelamento total ou parcial do(s) seguro(s) contratado(s) ou redução das importâncias seguradas.

**34.10.** Os seguros para operação da **Concessão** descritos na Subcláusula 34.7 acima deverão ter vigência anual e deverão estar vigentes durante todo o **Prazo da Concessão**, à exceção dos seguros de obras, que deverão ter vigência idêntica à das intervenções de engenharia seguradas.

**34.11.** A **Concessionária** deverá encaminhar ao **Poder Concedente**, com antecedência mínima de 10 (dez) dias de seu vencimento, documento comprobatório de que as apólices dos seguros foram renovadas ou serão automática e incondicionalmente renovadas imediatamente após seu vencimento.

**34.12.** Caso a **Concessionária** não encaminhe os documentos comprobatórios da renovação dos seguros no prazo previsto, o **Poder Concedente** poderá contratar os

seguros e cobrar da **Concessionária** o valor total do seu prêmio a qualquer tempo ou considerá-lo para fins de recomposição do reequilíbrio econômico do **Contrato**, sem eximir a **Concessionária** das penalidades previstas no **Contrato**.

**34.13.** A **Concessionária**, com autorização prévia do **Poder Concedente**, poderá alterar coberturas ou outras condições das apólices de seguro, visando a adequá-las às novas situações que ocorram durante o **Prazo da Concessão**.

**34.14.** A **Concessionária** deverá encaminhar anualmente ao **Poder Concedente** cópia autenticada ou certificada eletronicamente das apólices dos seguros contratados e renovados.

**34.15.** O limite de cobertura contratada para danos materiais deverá basear-se nos custos de reposição.

**34.16.** A cobertura de seguros deverá incluir cobertura de danos por motivos de força maior, sempre que forem seguráveis, na época de contratação das apólices de seguro.

**34.17.** Na ocorrência de sinistros ou indenizações que superem os valores de limite de cobertura contratada, conforme exigido no **Contrato**, por razões não imputáveis à **Concessionária**, caberá revisão do equilíbrio econômico-financeiro do **Contrato**.

### **35. VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE**

#### **35.1. ATRIBUIÇÕES DO VERIFICADOR INDEPENDENTE**

##### **35.1.1** Caberá ao **Verificador Independente**:

(i) Acompanhar a performance da **Concessionária**, verificando sua adequação aos **Parâmetros de Desempenho**;

(ii) Auditar os dados que resultam nas informações de **Variações Ordinárias de Demanda** e **Variações Extraordinárias de Demanda**, assim como seus cálculos;

(iii) Auditar mensalmente os dados que resultam nas informações de **Déficit de Arrecadação**, ou de eventual superávit, incluindo os dados oriundos dos sistemas de bilhetagem eletrônica utilizados na **Rede** e das bilheterias operadas pela **Concessionária**, com a finalidade de verificar e validar os dados relativos à demanda e à **Receita Tarifária**

informados pela **Concessionária**, e os montantes auferidos a título de **Receitas Extraordinárias**, assim como seus cálculos;

- (iv) Atestar as estatísticas relacionadas à quantidade de passageiros transportados;
- (v) Atestar o estado de conservação da **Rede Metroferroviária**;
- (vi) Atestar as condições e valores dos **Bens da Concessão**; e
- (vii) Apresentar laudos não vinculantes, de caráter técnico, para a solução de problemas e desafios técnicos e operacionais que surjam no decorrer da **Concessão** e relacionados às matérias de atuação do **Verificador Independente**, bem como divergências existentes entre o **Poder Concedente** e a **Concessionária** relacionadas a essas matérias, neste caso conforme a disciplina da Cláusula 36, observada a competência do **Comitê de Prevenção e Resolução de Divergências** prevista pela Subcláusula 36.3;
- (viii) Prover suporte técnico, econômico-financeiro e/ou jurídico à **Agência**, de acordo com demanda específica, nos procedimentos de **Revisões Ordinárias** e **Revisões Extraordinárias** do **Contrato**, em especial com relação a aspectos operacionais da **Rede Metroferroviária** e relativos aos **Parâmetros de Desempenho**, tais como, mas sem limitação a procedimentos de aferição, formato de relatórios e alteração de métricas.

**35.1.2** O acompanhamento e a auditoria referidos pelos itens (ii), (iii) e (iv) acima compreendem a verificação do valor total arrecadado pela **Concessionária** a título de **Receita Tarifária**, o número de **Usuários** efetivamente transportados na **Rede** e a mensuração do **Déficit de Arrecadação** ou eventual superávit no mês civil de referência.

**35.1.3** A atuação do **Verificador Independente** deverá ter início concomitantemente ao início da **Fase de Operação Assistida**, observados os parâmetros de contratação previstos na Cláusula 35.2 seguinte.

**35.1.4** Para o desempenho de suas funções, o **Verificador Independente** deverá coletar as informações necessárias à apuração dos **Parâmetros de Desempenho**, inclusive por meio de medições de campo e inspeções *in loco*, para, a partir destas informações, elaborar seus relatórios e laudos técnicos com a validação dos **Parâmetros de Desempenho**, devendo ter, para tanto, acesso a toda a base de dados e informações necessárias sobre a **Concessão**, incluindo, mas sem limitação ao previsto na Cláusula 13.1.6, promovendo a integração das equipes relacionadas e alinhamento em relação às

melhores práticas a serem adotadas no acompanhamento e conferência dos **Parâmetros de Desempenho**.

## **35.2. SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE**

**35.2.1** Com antecedência mínima de até 90 (noventa) dias antes da data prevista para a **Data de Assunção**, deverá a **Agência** concluir a contratação do **Verificador Independente** e notificar a **Concessionária** e o **Poder Concedente** sobre a(s) entidade(s) eleita(s) para o exercício dessas funções, devendo essa(s) ser(em) preferencialmente escolhida(s) entre aquelas previamente credenciadas junto ao **Poder Concedente** ou à **Agência** para o exercício dessas funções, se houver.

**35.2.1.1.** Caso o **Verificador Independente** não tenha sido contratado pela **Agência** até o fim do prazo previsto na Cláusula acima, o **Poder Concedente** deverá concluir a contratação do **Verificador Independente** e notificar a **Agência** e a **Concessionária** a esse respeito com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias contados para a data prevista para a **Data de Assunção**.

**35.2.1.2.** Caso o **Verificador Independente** não tenha sido contratado pela **Agência** ou pelo **Poder Concedente** nos prazos acima indicados, a **Concessionária** deverá concluir a contratação do **Verificador Independente** e notificar o **Poder Concedente** e a **Agência** a esse respeito até a **Data de Assunção**, observando que:

(i) a **Concessionária** deverá escolher para exercer as funções de **Verificador Independente** 1 (uma) ou mais entidades, neste caso reunidas em consórcio, entre aquelas previamente credenciadas junto ao **Poder Concedente** ou à **Agência** para o exercício dessas funções, se houver; ou

(ii) não havendo entidade(s) previamente credenciada(s) junto ao **Poder Concedente** ou à **Agência** que atendam aos requisitos necessários, a **Concessionária** deverá encaminhar à **Agência**, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias para a data prevista para a **Data de Assunção**, uma lista tríplice com ordem de preferência de empresas independentes indicadas para exercer o papel de **Verificador Independente**.

**35.2.1.3.** Enviada a lista tríplice mencionada acima, a **Agência** terá 10 (dez) dias para, justificadamente, (i) recusar as 3 (três) opções apresentadas pela **Concessionária**, (ii) escolher a empresa que atuará como **Verificador Independente** ou (iii) expressar a

sua não objeção à escolha do **Verificador Independente** pela **Concessionária**, entre aqueles previamente indicados na respectiva lista.

**35.2.1.4.** Na hipótese de recusa fundamentada em relação a todos os integrantes da lista tríplice, a **Concessionária** deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da comunicação da **Agência**, nova lista tríplice, contendo interessados que reúnam as condições exigidas neste **Contrato**, devendo a **Agência** se manifestar no mesmo prazo quanto às opções apresentadas, na forma da Cláusula anterior.

**35.2.1.5.** A ausência de resposta formal da **Agência** no prazo previsto será considerada como não objeção à lista apresentada pela **Concessionária**, podendo esta proceder à devida contratação do **Verificador Independente**.

**35.2.1.6.** Em qualquer caso em que o **Verificador Independente** seja contratado pelo **Poder Concedente** ou pela **Concessionária**, o instrumento contratual pertinente deverá prever cláusula que permita a adesão e sub-rogação da **Agência** ao contrato celebrado com o **Verificador Independente** a qualquer tempo.

**35.2.2** A **Agência** será a responsável por contratar o **Verificador Independente** e pagar todos os honorários devidos em virtude dessa contratação, devendo apresentar ao **Poder Concedente** e à **Concessionária** uma cópia integral do instrumento contratual celebrado em até 5 (cinco) dias após a celebração do contrato pertinente com o **Verificador Independente**.

**35.2.2.1.** Na hipótese em que o **Poder Concedente** ou a **Concessionária** tenha procedido à contratação do **Verificador Independente**, nas exceções previstas neste **Contrato**, caberá ao **Poder Concedente** ou à **Concessionária**, conforme o caso, pagar todos os honorários devidos em virtude dessa contratação até a efetiva sub-rogação da **Agência** no referido contrato, bem como disponibilizar cópia integral do instrumento contratual celebrado às demais **Partes** no mesmo prazo acima previsto.

**35.2.2.2.** Eventuais custos arcados pela **Concessionária** com a contratação do **Verificador Independente** deverão ser ressarcidos pela **Agência**, podendo ser utilizados os mecanismos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstos neste **Contrato** para essa finalidade.

**35.2.2.3.** Após o encerramento do contrato celebrado entre o **Poder Concedente** ou a **Concessionária**, de um lado, e o **Verificador Independente**, de outro, nas hipóteses



acima previstas, a **Agência** deverá contratar novo **Verificador Independente**, observado o procedimento previsto nesta Cláusula.

**35.2.3** As empresas selecionadas para exercer as funções de **Verificador Independente** devem atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos mínimos:

- (i) Ter comprovadamente executado, em relação a empreendimentos de grande porte e longa duração (implantação e operação de linhas metroviárias ou ferroviárias, rodovias, terminais rodoviários, portuários ou aeroportuários), fiscalização, verificação ou controle independente, e avaliação de indicadores de desempenho;
- (ii) Não integrar o grupo econômico de acionistas da **Concessionária** ou do **Operador Subcontratado**, caso aplicável; e
- (iii) Apresentar, no momento da contratação, compromisso de não indicar profissional que seja membro de Conselho de Administração ou outro órgão societário da **Concessionária**, de suas acionistas, **Controladas**, **Controladoras** ou de integrantes do mesmo grupo econômico.

**35.2.4** Serão considerados empreendimentos de grande porte e de longa duração, para fins do disposto acima, aqueles que somados atinjam o valor total de investimento de ao menos R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) na **Data-Base**, equivalente a cerca de 5% (cinco por cento) do valor total dos **Investimentos Obrigatórios** deste **Contrato**, cujo prazo total de implantação e gestão do empreendimento tenha sido de no mínimo 5 (cinco) anos, independentemente de o candidato a **Verificador Independente** ter efetivamente atuado ou não ao longo de todo esse período na fiscalização, verificação, supervisão e auditoria do respectivo empreendimento, respeitado o período mínimo de atuação de 12 (doze) meses no exercício dessas funções.

**35.2.5** É admitida a contratação de mais de uma empresa para atuar como **Verificador Independente** no âmbito do **Contrato**, inclusive mediante consórcio, desde que as empresas consorciadas atendam conjuntamente às exigências constantes desta Cláusula e se responsabilizem solidariamente pela execução do objeto da contratação.

**35.2.6** Deverá constar expressamente do contrato celebrado com o **Verificador Independente** que eventuais discordâncias quanto ao conteúdo do trabalho do **Verificador Independente** não ensejarão a aplicação de quaisquer penalidades, atrasos ou descontos em sua remuneração, ressalvada a possibilidade de utilização desses

expedientes na hipótese de descumprimento de prazos estabelecidos para a execução dos trabalhos para os quais foram contratados nos termos deste **Contrato** e seus **Anexos**.

**35.2.7** As **Partes** poderão a qualquer tempo, desde que justificadamente, em comum acordo e possibilitada a prévia manifestação do **Verificador Independente**, decidir pela substituição do **Verificador Independente** em exercício por outra empresa para desempenho das funções pertinentes. A seleção do novo **Verificador Independente** deverá seguir o mesmo procedimento previsto nesta Cláusula e o **Verificador Independente** em exercício deverá cumprir as suas funções até a efetivação da sua substituição pela nova empresa que exercerá essas funções, de modo que não haja interrupção nas atividades desempenhadas pelo **Verificador Independente** nos termos deste **Contrato**.

**35.2.8** Sem prejuízo do disposto na Subcláusula 35.2.7, acima, a **Agência** terá a prerrogativa de encerrar o contrato firmado com o **Verificador Independente**, mediante justificativa técnica e fundamentada, que poderá envolver, dentre outras razões, a constatação da emissão de informações não fidedignas ou de qualidade duvidosa por quem exerça qualquer daquelas funções.

**35.2.9** A contratação do **Verificador Independente** deverá perdurar por, no máximo, 5 (cinco) anos, vedada a recontração do mesmo **Verificador Independente** para o período subsequente, exceto em caso de motivo relevante, devidamente justificado e consentido expressamente por ambas as **Partes**.

**35.2.10** A **Agência**, diante da restrição prevista acima, deverá diligentemente adotar as providências cabíveis para viabilizar a contratação, de maneira tempestiva e sem solução de continuidade dos serviços prestados, do novo **Verificador Independente**, observados os procedimentos e demais regras previstos nesta Cláusula.

**35.2.11** Em caso de indisponibilidade de interessados com as condições de qualificação técnica exigidos neste **Contrato** para exercer as funções de **Verificador Independente**, será permitida, mediante anuência expressa da **Agência**, e ouvida previamente a **Concessionária**, (i) a flexibilização das condições de habilitação técnica ou de consorciamento acima previstas, (ii) a apresentação pela **Concessionária** de lista com número de interessados inferior a 3 (três), e/ou (iii) a flexibilização do prazo máximo de atuação ou da vedação à recontração de um mesmo **Verificador Independente** para o período subsequente, conforme acima previstos.

### **35.3. ATRIBUIÇÕES DO CERTIFICADOR INDEPENDENTE**

#### **35.3.1 Caberá ao **Certificador Independente**:**

- (i) Avaliar eventuais ajustes propostos pela **Concessionária** aos **Projetos de Engenharia**, bem como analisar a adequação dos **Projetos de Engenharia** à legislação e normas técnicas que lhes sejam aplicáveis, bem como às diretrizes fixadas neste **Contrato** e em seus **Anexos**;
- (ii) Verificar a adequação e completude das ações, intervenções e obras de engenharia realizadas na **Rede** pela **Concessionária** para a implementação e conclusão dos marcos dos **Investimentos Obrigatórios** previstos no **Anexo 1-G – Eventograma**; e
- (iii) Apresentar laudos não vinculantes, de caráter técnico, para a solução de problemas e desafios técnicos e operacionais que surjam no decorrer da **Concessão** e relacionados às matérias de atuação do **Certificador Independente**, bem como divergências existentes entre o **Poder Concedente** e a **Concessionária** relacionadas a essas matérias, neste caso conforme a disciplina da Cláusula 36, observada a competência do **Comitê de Prevenção e Resolução de Divergências** prevista pela Subcláusula 36.3;

**35.3.2** Para o desempenho de suas funções, ao **Certificador Independente** deverá ser garantido livre acesso à **Rede Metroferroviária** e a toda a base de dados e informações necessárias sobre a **Concessão**, promovendo a integração das equipes relacionadas e alinhamento em relação às melhores práticas a serem adotadas.

**35.3.3** Em caso de divergências entre a **Concessionária** e o **Poder Concedente** relacionadas à execução da totalidade ou de qualquer parcela dos **Investimentos Obrigatórios** ou dos **Investimentos Adicionais**, se implementados, deverão as **Partes** recorrer ao **Certificador Independente** para a solução da divergência, caso não possam tais divergências serem solucionadas amigavelmente, nos termos da Subcláusula 36.1.

**35.3.4** Apresentada uma divergência entre **Concessionária** e **Poder Concedente** acerca de qualquer parcela dos **Investimentos Obrigatórios** ou dos **Investimentos Adicionais**, deverá o **Certificador Independente** emitir um laudo dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias com a solução que entender pertinente, o qual não será vinculante, mas poderá ser considerado para a superação da divergência existente.

**35.3.5** Sem qualquer prejuízo do disposto na Subcláusula acima, caso uma das partes discorde da proposta exarada pelo **Certificador Independente**, poderá submeter o caso aos demais procedimentos de resolução de controvérsias previstos na Subcláusula 36.1 deste **Contrato**, para obtenção de uma decisão final e irrecorrível sobre o tema.

#### **35.4. SELEÇÃO, CONTRATAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO CERTIFICADOR INDEPENDENTE**

**35.4.1** Competirá à **Concessionária** contratar o **Certificador Independente**, conforme regramento previsto nesta Cláusula, bem como remunerar e manter o **Certificador Independente** contratado e disponível para o exercício de suas funções ao longo de todo o **Prazo do Contrato**.

**35.4.2** Com antecedência mínima de até 60 (sessenta) dias após a data de emissão da **Ordem de Início**, deverá a **Concessionária** encaminhar à **Agência** uma lista tríplice de empresas independentes indicadas para exercer o papel de **Certificador Independente**, preferencialmente escolhidas entre aquelas previamente credenciadas junto ao **Poder Concedente** ou à **Agência** para o exercício dessas funções, se houver.

**35.4.3** Enviada a lista tríplice mencionada acima, a **Agência** terá 10 (dez) dias para, justificadamente, (i) recusar as 3 (três) opções apresentadas pela **Concessionária**, (ii) escolher a empresa que atuará como **Certificador Independente** ou (iii) expressar a sua não objeção à escolha do **Certificador Independente** pela **Concessionária**, entre aqueles previamente indicados na respectiva lista.

**35.4.3.1.** Na hipótese de recusa fundamentada em relação a todos os integrantes da lista tríplice, a **Concessionária** deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da comunicação da **Agência**, nova lista tríplice, contendo interessados que reúnam as condições exigidas neste **Contrato**, devendo a **Agência** se manifestar no mesmo prazo quanto às opções apresentadas, na forma da Cláusula anterior.

**35.4.3.2.** A ausência de resposta formal da **Agência** no prazo previsto será considerada como não objeção à lista apresentada pela **Concessionária**, podendo esta proceder à devida contratação do **Certificador Independente**.

**35.4.4** As empresas constantes na lista tríplice devem atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos mínimos:

(i) Possuir acreditação como organismo de avaliação da conformidade, na forma da Portaria Inmetro nº 367, de 20 de dezembro de 2017, alterada pela Portaria Inmetro nº 39, de 06 de fevereiro de 2020, ou posterior regulamento aplicável sobre inspeção por organismo acreditado;

(ii) Ter comprovadamente executado, em relação a empreendimentos de grande porte e longa duração (implantação e operação de linhas metroviárias ou ferroviárias, rodovias, terminais rodoviários, portuários ou aeroportuários), serviços de fiscalização, verificação e/ou supervisão envolvendo a certificação de projetos e obras de engenharia, abrangendo obras civis, sistemas elétricos, eletrônicos e mecânicos;

(iii) Não integrar o grupo econômico de acionistas da **Concessionária** ou do **Operador Subcontratado**, caso aplicável; e

(iv) Apresentar, no momento da contratação, compromisso de não indicar profissional que seja membro de Conselho de Administração ou outro órgão societário da **Concessionária**, de suas acionistas, **Controladas**, **Controladoras** ou de integrantes do mesmo grupo econômico.

**35.4.5** Serão considerados empreendimentos de grande porte e de longa duração, para fins do disposto acima, aqueles que somados atinjam o valor total de investimento de ao menos R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) na **Data-Base**, equivalente a cerca de 5% (cinco por cento) do valor total dos **Investimentos Obrigatórios** deste **Contrato**, cujo prazo total de implantação e gestão do empreendimento tenha sido de no mínimo 5 (cinco) anos, independentemente de o candidato a **Certificador Independente** ter efetivamente atuado ou não ao longo de todo esse período na fiscalização, verificação, supervisão, auditoria, aprovação e certificação do respectivo empreendimento, respeitado o período mínimo de atuação de 12 (doze) meses no exercício dessas funções, e a necessidade de que a função de aprovação de projetos de engenharia e certificação de construções civis acima prevista tenha se dado na fase de implantação do referido empreendimento.

**35.4.6** É admitida a contratação de mais de uma empresa para atuar como **Certificador Independente** no âmbito do **Contrato**, inclusive mediante consórcio, desde que as empresas consorciadas atendam conjuntamente às exigências constantes desta Cláusula e se responsabilizem solidariamente pela execução do objeto da contratação.

**35.4.7** A **Concessionária** será a responsável por contratar o **Certificador Independente** e pagar todos os honorários devidos em virtude dessa contratação,

devendo apresentar ao **Poder Concedente** e à **Agência** uma cópia integral do instrumento contratual celebrado em até 10 (dez) dias após a celebração do contrato pertinente com o **Certificador Independente**.

**35.4.8** Deverá constar expressamente do contrato celebrado com o **Certificador Independente** que eventuais discordâncias quanto ao conteúdo do trabalho do **Certificador Independente** não ensejarão a aplicação de quaisquer penalidades, atrasos ou descontos em sua remuneração, ressalvada a possibilidade de utilização desses expedientes na hipótese de descumprimento de prazos estabelecidos para a execução dos trabalhos para os quais foram contratados nos termos deste **Contrato** e seus **Anexos**.

**35.4.9** As **Partes** poderão a qualquer tempo, desde que justificadamente, em comum acordo e possibilitada a prévia manifestação do **Certificador Independente**, decidir pela substituição do **Certificador Independente** em exercício por outra empresa para desempenho das funções pertinentes. A seleção do novo **Certificador Independente** deverá seguir o mesmo procedimento previsto nesta Cláusula e o **Certificador Independente** em exercício deverá cumprir as suas funções até a efetivação da sua substituição pela nova empresa que exercerá essas funções, de modo que não haja interrupção nas atividades desempenhadas pelo **Certificador Independente** nos termos deste **Contrato**.

**35.4.10** Sem prejuízo do disposto na Subcláusula 35.4.9, acima, a **Agência** terá a prerrogativa de solicitar o encerramento do contrato firmado com o **Certificador Independente**, mediante justificativa técnica e fundamentada, que poderá envolver, dentre outras razões, a constatação da emissão de informações não fidedignas ou de qualidade duvidosa por quem exerça qualquer daquelas funções.

**35.4.11** A contratação do **Certificador Independente** deverá perdurar por, no máximo, 5 (cinco) anos, vedada a recontração do mesmo **Certificador Independente** para o período subsequente, exceto em caso de motivo relevante, devidamente justificado e consentido expressamente por ambas as **Partes**.

**35.4.12** A **Concessionária**, diante da restrição prevista acima, deverá diligentemente adotar as providências cabíveis para viabilizar a contratação, de maneira tempestiva e sem solução de continuidade dos serviços prestados, do novo **Certificador Independente**, observados os procedimentos e demais regras previstos nesta Cláusula.

**35.4.13** Em caso de indisponibilidade de interessados com as condições de qualificação técnica exigidos neste **Contrato** para exercer as funções de **Certificador**

**Independente**, será permitida, mediante anuência expressa da **Agência**, e ouvida previamente a **Concessionária**, (i) a flexibilização das condições de habilitação técnica ou de consorciamento acima previstas, (ii) a apresentação pela **Concessionária** de lista com número de interessados inferior a 3 (três), e/ou (iii) a flexibilização do prazo máximo de atuação ou da vedação à recontratação de um mesmo **Certificador Independente** para o período subsequente, conforme acima previstos.

### 36. RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

**36.1.** Toda e qualquer controvérsia ou disputa oriunda ou relacionada a este **Contrato** ou a quaisquer contratos, documentos, anexos ou acordos a ele relacionados deverão ser submetidas aos seguintes métodos de resolução de controvérsias, obrigatoriamente nesta ordem:

(i) em primeiro lugar, as **Partes** tentarão resolver de forma amigável, por meio de negociações de boa-fé conduzidas entre as **Partes**, nos termos da Cláusula 36.2, abaixo;

(ii) em segundo lugar, as **Partes** poderão submeter o tema ao **Verificador Independente** ou ao **Certificador Independente**, caso a controvérsia esteja relacionada aos temas de competência de alguma destas entidades, nos termos da Cláusula 35, caso o **Verificador Independente** ou o **Certificador Independente**, conforme o caso, ainda não tenha sido instado a apresentar uma proposta de solução durante o processo de resolução amigável mencionado acima;

(iii) em terceiro lugar, as **Partes** poderão submeter o tema ao **Comitê de Prevenção e Resolução de Divergências (Dispute Board)**, nos termos da Cláusula 36.3, abaixo, quando a controvérsia versar sobre tema eminentemente técnico relativo à execução dos **Investimentos**;

(iv) em quarto lugar, as **Partes** tentarão resolver a disputa por meio de mediação ou conciliação, nos termos da Cláusula 36.4, abaixo; e

(v) em quinto e último lugar, em caso de insucesso na resolução de controvérsias pelos métodos acima indicados, as **Partes** se obrigam a resolver definitivamente a controvérsia ou disputa por meio de arbitragem, nos termos da Cláusula 36.5, abaixo.

### **36.2. RESOLUÇÃO AMIGÁVEL DE CONTROVÉRSIAS**

**36.2.1** Na ocorrência de controvérsia ou divergência relacionada ao **Contrato** ou a quaisquer contratos, documentos, anexos ou acordos a ele relacionados, a **Parte** interessada deverá notificar por escrito a outra **Parte**, apresentando suas alegações a respeito, acompanhada de sugestão para sua solução.

**36.2.2** A **Parte** notificada terá prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para responder se concorda com a sugestão de solução apresentada, procedendo, em caso positivo, à implementação do acordado, e, em caso negativo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, à apresentação de proposta alternativa.

**36.2.3** A adoção dos procedimentos indicados na Subcláusula anterior não exonera as **Partes** de darem seguimento e cumprimento às suas obrigações contratuais, sendo dever das **Partes** assegurar a continuidade da execução do **Contrato**.

**36.2.4** Caso a controvérsia em questão seja relacionada às matérias afetas às atribuições do **Verificador Independente** ou do **Certificador Independente** elencadas pela Cláusula 35, qualquer das **Partes** poderá notificar o **Verificador Independente** ou o **Certificador Independente**, conforme o caso, para que este preste esclarecimentos acerca da decisão por ele proferida ou, caso ainda não tenha se manifestado sobre o tema, apresente proposta de solução de controvérsia às **Partes**.

### **36.3. COMITÊ DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS**

**36.3.1** O **Comitê de Prevenção e Resolução de Divergências** possuirá as seguintes características:

- (i) será instaurado e se desenvolverá perante o CONSELHO DE DISPUTAS DA CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL, segundo as regras previstas no seu regulamento vigente na data em que o **Dispute Board** for instaurado; e
- (ii) será composto por 3 (três) membros com apoio e reconhecido domínio e experiência nas áreas de conhecimento objeto da controvérsia, designados da seguinte forma: 1 (um) indicado pela **Concessionária**; 1 (um) indicado pelo **Poder Concedente**; e 1 (um) escolhido de comum acordo pelos membros indicados pela **Concessionária** e pelo **Poder Concedente**, o qual exercerá a função de presidente do **Comitê de Prevenção e Resolução de Divergências**.



**36.3.2** Constituído o **Comitê de Prevenção e Resolução de Divergências**, a **Concessionária** e o **Poder Concedente** atuarão por meio de seus representantes indicados, que deverão se manifestar nos momentos e nos prazos oportunizados pelo **Comitê de Prevenção e Resolução de Divergências**, inexistindo qualquer nulidade decorrente do processamento à revelia.

**36.3.3** A **Agência**, o **Verificador Independente** e o **Certificador Independente**, embora não figurem como partes do **Comitê de Prevenção e Resolução de Divergências**, deverão ter acesso a todos os documentos produzidos e atividades desenvolvidas por esse e serão ouvidas sobre a solução técnica proposta pelo **Comitê de Prevenção e Resolução de Divergências**, bem como acerca de outros pontos relevantes, quando afetos às matérias de suas respectivas atribuições, facultando-lhes opinar sobre o tema, caso em que deverão as respectivas manifestações serem consideradas no âmbito da decisão proferida pelo **Comitê de Prevenção e Resolução de Divergências**, justificando-se devidamente caso não sejam acolhidas.

**36.3.4** O **Comitê de Prevenção e Resolução de Divergências** terá atribuição para dirimir, fundamentadamente, eventuais controvérsias de natureza técnica que surjam quando da execução dos projetos de engenharia aprovados para a realização dos **Investimentos Obrigatórios**.

**36.3.5** As decisões do **Comitê de Prevenção e Resolução de Divergências** serão definitivas e seu conteúdo vinculará as **Partes**, bem como seus sucessores.

**36.3.6** Todas as despesas necessárias ao funcionamento do **Comitê de Prevenção e Resolução de Divergências** serão antecipadas pela **Concessionária**, devendo o **Poder Concedente** ressarcir a **Concessionária** ao término do procedimento pelos custos de sua responsabilidade, nos termos do regulamento e das normas aplicáveis do CONSELHO DE DISPUTAS DA CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL a respeito dessa matéria.

#### **36.4. RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS**

**36.4.1** Qualquer das **Partes** poderá iniciar processo de solução autocompositiva de controvérsias junto à **CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**, em conformidade com a Lei Complementar Estadual nº 417, de 9 de dezembro de 2019, e com o Decreto Estadual nº 48.505, de 6 de janeiro de 2020, ou de normas que venham a substituí-las, para dirimir controvérsias ou divergências relacionadas ao **Contrato** ou a quaisquer contratos, documentos, anexos ou

acordos a ele relacionados, incluídas aquelas decorrentes da não concordância com as determinações do **Verificador Independente** ou do **Certificador Independente**.

**36.4.2** Caso a controvérsia submetida à **CNCM** seja relacionada às matérias afetas às atribuições do **Verificador Independente** ou do **Certificador Independente** elencadas pela Cláusula 35, qualquer das **Partes** poderá notificar o **Verificador Independente** ou o **Certificador Independente**, conforme o caso, para que este preste esclarecimentos acerca da decisão por ele proferida, na forma deste **Contrato**.

### **36.5. ARBITRAGEM**

**36.5.1** A arbitragem será administrada pelo CONSELHO DE ARBITRAGEM DE CONTROVÉRSIAS DA CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL, segundo as regras previstas no seu regulamento vigente na data em que a arbitragem for iniciada.

**36.5.2** A arbitragem será conduzida em Recife, Estado de Pernambuco, Brasil, utilizando-se a língua portuguesa como idioma oficial para a prática de todo e qualquer ato.

**36.5.3** A lei substantiva a ser aplicável ao mérito da arbitragem será a lei brasileira, vedada a arbitragem por equidade.

**36.5.4** O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, sendo 1 (um) indicado pelo **Poder Concedente**; 1 (um) indicado pela **Concessionária**; e 1 (um) escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas **Partes**, ao qual caberá a presidência do tribunal arbitral.

**36.5.4.1.** Na hipótese de a arbitragem não envolver somente as **Partes**, será adotado o procedimento de integração de partes à arbitragem previsto no regulamento do CONSELHO DE ARBITRAGEM DE CONTROVÉRSIAS DA CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL.

**36.5.4.2.** Não havendo consenso entre os árbitros escolhidos, individualmente, pelas **PARTES**, o terceiro árbitro será indicado pelo CONSELHO DE ARBITRAGEM DE CONTROVÉRSIAS DA CÂMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL, observados os termos e condições aplicáveis previstos no seu regulamento de arbitragem.

**36.5.5** Caso seja necessária a obtenção das medidas coercitivas, cautelares ou de urgência antes da constituição do tribunal arbitral, ou mesmo durante o procedimento de mediação, as **Partes** poderão requerê-las diretamente ao competente órgão do Poder Judiciário.

**36.5.5.1.** Caso tais medidas se façam necessárias após a constituição do tribunal arbitral, deverão ser requeridas e apreciadas pelo tribunal arbitral que, por sua vez, poderá solicitá-las ao competente órgão do Poder Judiciário, se entender necessário.

**36.5.6** As decisões e a sentença do tribunal arbitral serão definitivas e vincularão as **Partes** e seus sucessores.

**36.5.7** As custas e despesas relativas ao procedimento arbitral, quando instaurado, serão antecipadas pela **Concessionária**, sendo restituídas pelo **Poder Concedente** caso este seja parte vencida ao final da arbitragem.

**36.5.8** No caso de condenação recíproca, as custas e despesas serão divididas entre as **Partes**, de forma proporcional ao êxito de cada uma, conforme vier a ser definido pelo tribunal arbitral.

## **37. DISPOSIÇÕES DIVERSAS**

### **37.1. NORMAS DO PODER CONCEDENTE E DA AGÊNCIA**

**37.1.1** A **Concessionária** deverá observar e respeitar todas as resoluções e demais regras estabelecidas pelo **Poder Concedente** e pela **Agência**, observadas, no entanto, as peculiaridades e especificidades inerentes às normas e regulamentação aplicáveis às concessões e respeitando os termos do presente **Contrato**.

### **37.2. EXERCÍCIO DE DIREITOS**

**37.2.1** O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer das **Partes** por força do **Contrato**, não importa em renúncia, nem impede o seu exercício posterior a qualquer tempo, nem constitui novação da respectiva obrigação ou precedente.

**37.2.2** Eventuais modificações na estrutura da Administração Pública Estadual, incluindo alteração, extinção, criação de órgãos e entidades no âmbito do Estado de Pernambuco, implicarão sub-rogação das competências definidas neste **Contrato**, com o que a **Concessionária** expressamente concorda, por meio da celebração deste **Contrato**.

### **37.3. INVALIDADE PARCIAL**

**37.3.1** Se qualquer disposição do **Contrato** for considerada ou declarada nula, inválida, ilegal ou inexecutável em qualquer aspecto, a validade, a legalidade e a executabilidade das demais disposições contidas no **Contrato** não serão, de qualquer forma, afetadas ou restringidas por tal fato. As **Partes** negociarão, de boa-fé, a substituição das disposições inválidas, ilegais ou inexecutáveis por disposições válidas, legais e executáveis, cujo efeito econômico seja o mais próximo possível ao efeito econômico das disposições consideradas inválidas, ilegais ou inexecutáveis.

**37.3.2** Cada declaração e garantia feita pelas **Partes** no presente **Contrato** deverá ser tratada como uma declaração e garantia independente, e a responsabilidade por qualquer falha será apenas daquele que a realizou e não será alterada ou modificada pelo seu conhecimento por qualquer das **Partes**.

### **37.4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**37.4.1** O **Contrato** será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

**37.4.2** A **Concessão** será regida pela Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a Lei Federal de PPP, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.

### **37.5. FORO**

**37.5.1** Fica desde já eleito o Foro de Recife, Estado de Pernambuco, para a finalidade exclusiva de obter medidas coercitivas e cautelares antes da instauração da arbitragem, sem que a presente cláusula implique aceitação da via judicial como alternativa à arbitragem, ou de executar a sentença final exarada pelo tribunal arbitral.

### **37.6. COMUNICAÇÕES**

**37.6.1** As comunicações e as notificações entre as **Partes** serão efetuadas por escrito e remetidas:

- (i) Em mãos, desde que comprovadas por protocolo;
- (ii) Por endereço eletrônico, desde que comprovada a recepção; ou
- (iii) Por correio registrado, com aviso de recebimento.

**37.6.2** Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, na forma desta Cláusula, os endereços indicados no Preâmbulo do **Contrato** e os seguintes endereços eletrônicos:

[•]

**37.6.3** Qualquer das **Partes** poderá modificar o seu endereço e endereço eletrônico, mediante simples comunicação à outra **Parte**.

### **37.7. CONTAGEM DOS PRAZOS**

**37.7.1** Os prazos estabelecidos em dias, no **Contrato**, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.

**37.7.2** Quando os prazos se encerrarem em fins de semana, feriados ou dias em que não houver expediente na **Administração Pública** do Estado de Pernambuco, o prazo será automaticamente postergado para o primeiro dia útil subsequente.

### **37.8. IDIOMA**

**37.8.1** Todos os documentos relacionados ao **Contrato** e à **Concessão** deverão ser redigidos em língua portuguesa, ou para ela traduzidos, em se tratando de documentos estrangeiros. Em caso de qualquer conflito ou inconsistência, a versão em língua portuguesa deverá prevalecer.

E, por estarem justas e contratadas, as **Partes** assinam o presente **Contrato** em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, considerada cada uma delas um original.

Recife, [•] de [•] de 202[•].

*(O restante desta página foi deixado intencionalmente em branco. Página de assinaturas a seguir.)*

*(Página de assinaturas do Contrato de Concessão Patrocinada da Prestação dos Serviços de Gestão, Operação e Manutenção da Rede Metroferroviária da Região Metropolitana de Recife.)*

---

**SECRETARIA DE ESTADO DE  
MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA –  
SEMOBI**

---

**[CONCESSIONÁRIA]**

---

**AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE  
PERNAMBUCO – ARPE**

---

**[CONTROLADORA A]**

---

**[CONTROLADORA B]**

**ANEXO 1**  
**INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS E MARCOS CONTRATUAIS**

MINUTA

**ANEXO 2**  
**PARÂMETROS DE DESEMPENHO**

MINUTA



**ANEXO 3-A**  
**MODELO DE FIANÇA BANCÁRIA A SER APRESENTADA PELA CONCESSIONÁRIA**

À

**SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA – SEMOBI**

[Endereço]

**REF.:** Carta de Fiança Bancária nº [•]/[•] (a “**Carta de Fiança Bancária**”) – Fiança no valor de R\$ [•] ([•] reais).

1. Pela presente **Carta de Fiança Bancária**, o Banco [•], com sede em [•], inscrito no CNPJ sob o nº [•] (o “**BANCO FIADOR**”), diretamente e por meio de seus eventuais sucessores, obriga-se, perante o **GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA – SEMOBI** (o “**PODER CONCEDENTE**”), como fiador solidário da **CONCESSIONÁRIA**, com sede em [•], inscrita no CNPJ sob nº [•] (a “**AFIANÇADA**”), com expressa renúncia dos direitos previstos nos artigos 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), com relação ao fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas por essa assumidas no âmbito do Contrato de Concessão Patrocinada nº [•]/[•], celebrado entre o **PODER CONCEDENTE** e a **AFIANÇADA** em [•] de [•] de [•], para delegação da prestação dos serviços públicos de gestão, operação e manutenção da **Rede Metroferroviária da Região Metropolitana de Recife**, bem como para execução das intervenções de engenharia necessárias à melhoria da **Rede** (o “**Contrato**”), cujos termos, cláusulas e condições o **Banco Fiador** declara expressamente conhecer e aceitar.

2. Por consequência desta **Carta de Fiança Bancária**, obriga-se o **BANCO FIADOR** a pagar ao **PODER CONCEDENTE**, no caso de descumprimento das obrigações assumidas pela **AFIANÇADA** por meio do **Contrato**, os valores identificados a seguir, na hipótese de ocorrência dos eventos de inadimplemento previstos na Subcláusula 11.9 do **Contrato**, dentre outros (a “**Fiança**”):

MARCO	VALOR
Da data de assinatura do <b>Contrato</b> até a conclusão dos <b>Investimentos Principais</b>	R\$ [•] ([•] reais)
Entre a conclusão dos <b>Investimentos Principais</b> até 6 (seis) meses após o encerramento do <b>Prazo da Concessão</b>	R\$ [•] ([•] reais)

3. A **Garantia de Execução do Contrato** será reajustada anualmente, na mesma data do reajuste da **Tarifa de Remuneração**, de acordo com o **Contrato**.

4. Obriga-se, ainda, o **BANCO FIADOR**, no âmbito dos valores acima indicados, a pagar pelos prejuízos causados pela **AFIANÇADA**, como multas aplicadas pelo **PODER CONCEDENTE** relacionadas ao **Contrato**, comprometendo-se a efetuar os pagamentos oriundos destes títulos quando lhe forem exigidos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento, pelo **BANCO FIADOR**, da notificação escrita encaminhada pelo **PODER CONCEDENTE**.

5. Todos os pagamentos devidos nos termos desta **Fiança** deverão ser efetuados livres de qualquer imposto. Caso qualquer pagamento de imposto relativo aos pagamentos devidos nesta **Fiança** seja exigido por lei, o **BANCO FIADOR** deverá pagar tais valores adicionais relativos aos impostos, de modo que o valor líquido recebido pelo **PODER CONCEDENTE** seja igual ao valor que seria recebido sem o acréscimo de tais impostos.

6. O **BANCO FIADOR** não poderá admitir nenhuma objeção ou oposição da **AFIANÇADA** ou por ela invocada para o fim de se escusar do cumprimento da obrigação assumida perante o **PODER CONCEDENTE** nos termos desta **Carta de Fiança**.

7. O **BANCO FIADOR** e a **AFIANÇADA** não poderão alterar qualquer dos termos da **Fiança** sem a prévia e expressa autorização do **PODER CONCEDENTE**.

8. Sempre que a **AFIANÇADA** se utilizar de parte do total da **Fiança**, o **BANCO FIADOR** obriga-se a efetuar imediata notificação à **CONCESSIONÁRIA** para que esta

proceda, dentro de 10 (dez) dias úteis da data da utilização, à recomposição do montante integral da **Fiança**.

9. Na hipótese de o **PODER CONCEDENTE** ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente **Carta de Fiança**, fica o **BANCO FIADOR** obrigado ao pagamento das despesas judiciais ou extrajudiciais.

10. Declara o **BANCO FIADOR** que:

(i) A presente **Carta de Fiança** está devidamente contabilizada, observando integralmente os regulamentos do Banco Central do Brasil atualmente em vigor, além de atender aos preceitos da legislação bancária aplicável;

(ii) Os signatários deste instrumento estão autorizados a prestar a Fiança em seu nome e em sua responsabilidade; e

(iii) Seu capital social é de R\$ [•] ([•] reais), estando autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir **Cartas de Fiança**, e que o valor da presente **Carta de Fiança**, no montante de R\$ [•] ([•] reais), encontra-se dentro dos limites que lhe são autorizados pelo Banco Central do Brasil.

11. Os termos que não tenham sido expressamente definidos nesta **Carta de Fiança** terão os significados a eles atribuídos no **Contrato**.

\_\_\_\_\_  
[ASSINATURA DOS PROCURADORES COM FIRMA RECONHECIDA]

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA

## **ANEXO 3-B**

### **MODELO DE SEGURO GARANTIA A SER APRESENTADO PELA CONCESSIONÁRIA**

#### **1. TOMADORA**

**1.1. CONCESSIONÁRIA** (ou a “**TOMADORA**”).

#### **2. SEGURADO**

**2.1. GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA – SEMOBI**, na qualidade de **PODER CONCEDENTE** dos serviços públicos de gestão, operação e manutenção da **Rede Metroferroviária da Região Metropolitana de Recife** e das intervenções de engenharia necessárias à manutenção da **Rede** (ou o “**SEGURADO**”).

#### **3. OBJETO DO SEGURO**

**3.1.** Garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contraídas pela **CONCESSIONÁRIA** perante o **PODER CONCEDENTE**, nos termos do Contrato de Concessão Patrocinada nº [•]/[•] (o “**Contrato**”), devendo o **SEGURADO** ser indenizado nos valores estabelecidos no Item 5, abaixo, na hipótese de descumprimento contratual, em decorrência, entre outros, dos eventos de inadimplência indicados na Subcláusula 11.9 do **Contrato**.

#### **4. INSTRUMENTO**

**4.1.** Apólice de seguro-garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, observando os termos dos atos normativos da SUSEP aplicáveis a seguros-garantia.

#### **5. VALOR DA GARANTIA**

**5.1.** A apólice de seguro-garantia deverá prever os montantes de indenização indicados a seguir, para cada ano do **Contrato**:

MARCO	VALOR
Da data de assinatura do <b>Contrato</b> até a conclusão dos <b>Investimentos Principais</b>	R\$ [•] ([•] reais)
Entre a conclusão dos <b>Investimentos Principais</b> até 6 (seis) meses após o encerramento do <b>Prazo da Concessão</b>	R\$ [•] ([•] reais)

**5.2.** A **Garantia de Execução do Contrato** será reajustada anualmente, na mesma data de reajuste da **Tarifa de Remuneração**, nos termos do **Contrato**.

## **6. PRAZO**

**6.1.** A apólice de seguro-garantia deverá ter prazo mínimo de vigência de 1 (um) ano, a contar da data de assinatura do **Contrato**, renovável por igual período.

## **7. DISPOSIÇÕES ADICIONAIS**

**7.1.** A apólice de seguro-garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

- (i) Declaração da seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do **Contrato**;
- (ii) Vedação ao cancelamento da apólice de seguro-garantia por falta de pagamento total ou parcial do prêmio;
- (iii) Indenização do **SEGURADO**, no caso de confirmação do descumprimento, pela **TOMADORA**, das obrigações cobertas pela apólice de seguro-garantia, tendo resultado infrutífera a notificação da **TOMADORA**;
- (iv) Execução da apólice de seguro-garantia, pelo **SEGURADO**, para ressarcimento de eventuais prejuízos, no caso de declaração de caducidade da **Concessão**; e
- (v) Resolução de eventuais questões judiciais que se apresentem entre a seguradora e o **SEGURADO** na jurisdição de domicílio desse último.

**7.2.** Os termos que não tenham sido expressamente definidos neste **Anexo** terão os significados a eles atribuídos no **Contrato**.

MINUTA

**ANEXO 4**  
**EDITAL**

MINUTA

**ANEXO 5**  
**ESTRUTURA SOCIETÁRIA DA CONCESSIONÁRIA**

MINUTA



**ANEXO 6**  
**CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE APORTE**

MINUTA

**ANEXO 7**  
**CONVÊNIO DE TRANSFERÊNCIA E REGULARIZAÇÃO DE BENS**

MINUTA

**ANEXO 8**  
**MINUTA DE CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE DE PAGAMENTO E GARANTIA E**  
**ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS**

MINUTA